



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

XII Legislatura

Número: 63

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 20 de abril de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado João Vasco Costa)*

Secretários: *Deputado Tiago Branco e Marco Costa (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Gomes).*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados deu-se início ao PTAP com a apresentação e votação dos votos presentes na Sessão.

O primeiro, foi um **Voto de Congratulação pelos 100 anos da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Luís Soares (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o [Voto de Congratulação pela passagem dos 500 anos das Romarias Quaresmais da Ilha de São Miguel](#), apresentado para Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), para apresentação do mesmo, José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e a Sra. Deputada Sandra Dias Faria (*PS*).

O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

De seguida, esteve presente o [Voto de Congratulação pelos 75 anos da Rádio Clube de Angra](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*).

Aberto o debate usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Luís Soares (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Posteriormente, esteve presente o [Voto de Congratulação pelo Dia Mundial dos Animais de Rua](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, o qual também foi aprovado por unanimidade.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*) e José Eduardo (*PS*).

Pela Sra. Deputada Edite Preto (*PS*) foi feita a leitura do [Voto de Congratulação pelos 500 anos de elevação da Lagoa a Vila e Sede de Concelho e dez anos de elevação a Cidade](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual também mereceu a aprovação, por unanimidade, por parte da Câmara.

Novamente por unanimidade, foi aprovado o [Voto de Congratulação aos 25 anos da Associação dos Amigos da Maia](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, não sem antes ter procedido à sua apresentação, a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*), seguida de uma intervenção por parte da Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*).

Seguiu-se o [Voto de Congratulação pelo Eco Festival Azores Burning Summer distinguido como o festival mais eco sustentável de Portugal](#),

novamente apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual também foi aprovado por unanimidade.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), usando de seguida da palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*).

Sobre o [Voto de Saudação pelos 125 anos da cozinha económica Angrense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), a quem coube a leitura do mesmo, e os Srs. Deputados Paulo Gomes (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Os trabalhos prosseguiram com as **Declarações Políticas**.

A primeira [Declaração Política](#) foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*), tendo participado no debate a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Seguiu-se a [Declaração Política](#) apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, mais precisamente pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Aberto o debate, usou da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

Na **Agenda da Reunião** prosseguiu-se com a votação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII – “Regime jurídico do transporte de animais de produção na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), e os Srs. Deputados Luís Soares (*PSD*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Pedro Neves (*PAN*).

Sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII – “Décima sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de](#)

[janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, e 15-A/2021/A, de 31 de maio, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional](#)”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores, usou da palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*), para apresentar a iniciativa.

Seguiu-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Sabrina Furtado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Sobre o [Projeto de Deliberação n.º 1/XII – Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República – Agendamento da Proposta de Lei n.º 106/XIV/2.^a – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social](#)”, apresentado pelo Deputado Independente, usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), seguindo-se a votação, tendo o diploma em análise sido aprovado por unanimidade.

De seguida, iniciou-se o debate do [Projeto de Deliberação n.º 2/XII – Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República – Agendamento da Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.^a - “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação](#)”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Usaram da palavra os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Indep.*) e António Lima (*BE*).

Após aprovação por unanimidade, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente iniciou-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII – “Regime Jurídico da Taxa Turística Regional”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), usou da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*) e os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*Indep.*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Rui Anjos (*PS*), Carlos Silva (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*) e a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Na votação da generalidade, o diploma foi aprovado por maioria, tendo transitado a restante votação para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente da Assembleia: Senhoras e senhores deputados, senhores membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos deste dia com a chamada. Faz favor, Sr. Secretário, tem a palavra.

Eram 10 horas e 11 minutos.

Secretário da Assembleia: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Edite de Sousa de Freitas **Preto**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Joana **Pombo** Sousa Tavares

João **Vasco** Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José **Gabriel** Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Maria **Gabriela** Vieira dos **Santos**

Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**

Marta **Ávila** **Matos**

Miguel António Moniz **Costa**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

CHEGA (CH)**José Eduardo Cunha Pacheco*****Iniciativa Liberal (IL)*****Nuno Alberto Barata Almeida Sousa*****Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)*****Pedro Miguel Vicente Neves*****Independente*****Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado**

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público. Sras. e Srs. Deputados, a nossa manhã está reservada ao período de tratamentos de assuntos políticos, conforme definido pela conferência de líderes. Os tempos definidos são os seguintes: o Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD de 40, o CDS-PP, 16 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM, 12 minutos cada, as representações parlamentares, 10 minutos cada, o Sr. Deputado independente, 5 minutos, e o Governo dispõe de 20 minutos. Vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto é um voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista pelos 100 anos da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**100 ANOS DA SOCIEDADE FILARMÓNICA ESPÍRITO SANTO DA
AGUALVA**

No passado dia 19 de março a Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Freguesia da Agualva, Concelho da Praia da Vitória, comemorou 100 anos de existência.

Fundada a 19 de março de 1922, os seus primeiros instrumentos foram comprados através de um peditório realizado na freguesia, contando com o apoio determinante do Dr. Ávila Gonçalves.

Na altura, a Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva era constituída por pouco mais de dez elementos, que serviam o Espírito Santo e abrilhantavam as festividades em honra da padroeira da freguesia, Nossa Senhora do Guadalupe.

A atual sede, cujo espaço foi cedido por um cidadão agualvense, foi construída por um grupo de voluntários, sendo alvo de remodelações e de melhoramentos ao longo dos anos de existência desta instituição.

Tem sido muito intensa a atividade desta Filarmónica, desde logo como escola de formação musical, mas também com inúmeras participações em vários eventos de relevo nesta área cultural e musical.

Aqui destacam-se várias atuações na Praça de Toiros da Ilha Terceira, a organização, em 3 edições, do Concurso de Bandas Filarmónicas na Freguesia da Agualva, a realização de um concerto no Auditório do Ramo Grande com várias vozes da cultura terceirense como Susana Coelho e Myrica Faya, de onde resultou a gravação do seu primeiro DVD, o concerto de Natal na Igreja da Agualva, concerto no Festival Literário Outono Vivo, Concerto da Broadway com convidados no Auditório do Ramo Grande e dois concertos com os FadoAlado.

Em 2021, esta Filarmónica apadrinhou o lançamento do Livro infantil “Ainda não é bem isto”, de dois Agualvenses, o escritor Diogo Ourique e o ilustrador Abel Mendonça, história de ficção do menino Francisco, um porta-estandarte

desta filarmónica. Livro lançado no arranque das comemorações do centenário e distribuída por todas as escolas do ensino primário do Concelho da Praia da Vitória.

Além da sua intensa atividade na Ilha Terceira, foram várias as deslocações ao exterior onde se realça a deslocação à Graciosa em 1995, ao Pico em 1996, a São Jorge em 2001, a São Miguel em 2002, aos Estados Unidos da América em 2005, novamente a São Jorge em 2008 e à Graciosa em 2010.

Atualmente, a filarmónica conta com cerca de 40 elementos, prevendo-se o seu crescimento devido à sua escola de formação musical.

Saudamos, assim, o atual Presidente da direção Marco Rocha, todos os atuais órgãos sociais, diretores, músicos e respetivas famílias, bem como todos os que, ao longo de 100 anos, nas mais diversas funções, trabalharam com dedicação e empenho para construir e consolidar esta importante instituição cultural do Concelho da Praia da Vitória e da Ilha Terceira.

A Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva é hoje um exemplo de dinamismo e juventude que deve ser apoiado e fomentado.

Hoje, fazemos através deste voto o justo e merecido reconhecimento a esta Sociedade Filarmónica, mas através da celebração do centenário desta instituição, realçamos também o trabalho de todas as filarmónicas da nossa Região, enquanto escolas de formação musical, enquanto escolas de formação cívica, espaços de cidadania no seu expoente máximo, com um papel determinante na dinamização social e cultural das nossas comunidades, que envolvem milhares de açorianos.

Homenageamos assim, também, todos os que se envolvem diariamente, num trabalho voluntário e abnegado, com grande esforço pessoal, nas nossas Filarmónicas, que infelizmente passaram tempos muito difíceis nos últimos dois anos, devido aos impactos da pandemia, desejando que possam retomar e normalizar rapidamente a sua atividade, com a mesma dinâmica anterior à pandemia.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pelos 100 anos da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais desta instituição, à Junta de Freguesia da Agualva e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 20 de abril de 2022

Os Deputados: Vasco Cordeiro, Berto Messias, Andreia Cardoso, Tiago Lopes, Francisco Coelho e Rodolfo Franca

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado. Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco:** Bom dia. Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. O Chega associa-se a este voto pelos 100 anos da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva. Até é um pormenor curioso – podia-se chamar Sociedade Filarmónica da Agualva, mas não, chama-se Sociedade Filarmónica Espírito Santo, ou seja, há que aprender também com o passado, com aqueles que são resistentes, que são muito resistentes, e as nossas Filarmónicas estão a ser muito resistentes. Aprender também que os nossos símbolos não são para deixar cair, são sim para nós honrarmos e nos orgulharmos todos os dias, e um deles é o Espírito Santo, começou no domingo, e estamos em época de Espírito Santos. Uma saudação muito especial a todos aqueles que têm prolongado ao longo dos anos, ao longo dos séculos, este culto tão bonito que é o do Espírito Santo. Mas falemos das nossas Filarmónicas! E apenas para dizer que também nos associamos que seja um voto a todas as Filarmónicas, a todos os que trabalham de forma voluntária nas Filarmónicas, pelo trabalho meritório que estão a fazer, ocupando os nossos jovens, e não só, os mais velhos também, juntando novos com velhos, e há aqui uma aprendizagem entre gerações, um partilhar de

sabedorias, e que enaltece tanto a nossa cultura, neste caso, a nossa cultura mais popular, mais tradicional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Só para referir que o grupo parlamentar do PSD, durante esta sessão plenária, também irá apresentar um voto de congratulação pelos 100 anos da Filarmónica da Agualva, obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O CDS-PP associa-se a este voto de congratulação. A celebração do centenário é um marco histórico que evidencia bem a importância da Filarmónica Espírito Santo da Agualva como polo de dinamização cultural e escola de formação dos jovens da nossa freguesia da Agualva, e, portanto, não poderia deixar de ser, associamo-nos a esta congratulação. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação, pela passagem dos 500 anos das Romarias Quaresmais da Ilha de São Miguel é apresentado pela Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

Deputado Nuno Barata:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO**PELA PASSAGEM DOS 500 ANOS DAS ROMARIAS QUARESMAIS
DA ILHA DE SÃO MIGUEL**

Remonta ao tempo do designado “grande castigo” em Vila Franca do Campo, outubro de 1522, o início de uma manifestação de fé inigualável entre as gentes da ilha de São Miguel – as Romarias Quaresmais.

A história conta-nos que esta manifestação de devoção surgiu após a crise sismovulcânica do século XVI, e foi a resposta encontrada pela população para acalmar a fúria da força da Natureza que nos ergue do mar.

Um terramoto apanhou as pessoas desprevenidas e vitimou grande parte da população de Vila Franca do Campo. Fez ruir habitações; as grotas encheram-se de lama arrastando consigo árvores, pedregulhos, animais e até mesmo pessoas; registaram-se aluimentos de terras que soterraram a primeira capital de São Miguel, provocando a morte da esmagadora maioria dos seus habitantes.

Para além disso, o enorme escoamento de terra, ao entrar no mar e ao dissipar-se, formou uma forte ondulação, que afetou algumas embarcações ancoradas perto do Ilhéu de Vila Franca.

A tragédia que arrasou a Vila provocou temor ao ponto de alguns habitantes partirem para o Reino ou de se estabelecerem em outras localidades da ilha. Os que permaneceram, temerosos, iniciaram a realização de procissões, eucaristias e penitências, iniciando uma romaria ao redor da ilha invocando a proteção da Virgem Maria.

Imergindo da fé individual e das famílias, as Romarias subsistiram alicerçadas nestas bases, vencendo mesmo a força das proibições eclesiásticas que, no século XVIII, foram determinadas: primeiro, a proibição da incorporação feminina; depois as proibições totais das Romarias. No entanto,

a ordem foi ignorada pelo Povo devoto, vencendo a fé popular e superiorizando-se a devoção individual às superstições eclesiásticas.

A Quaresma é o período anual eleito para esta manifestação, assumindo-se a quarta-feira de Cinzas como o início de um tempo de penitência, jejum, abstinência, reflexão e oração, sendo que, a cada semana, partem romarias diversas de várias freguesias da ilha e, frequentemente, até das comunidades de açorianos emigrados.

Trata-se de uma devoção piedosa que junta crianças, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, numa manifestação de fé que não encontra explicação no léxico corrente, percorrendo a pé a ilha de São Miguel, faça chuva ou faça sol, visitando todos os templos onde se promova invocação à Virgem Maria e ao Santíssimo Sacramento, depondo as suas orações, oferecendo os seus sacrifícios e entregando-Lhe o seu sacrifício.

Durante 8 dias seguidos, o itinerário percorre os 6 concelhos da ilha de São Miguel, visita cerca de 100 templos católicos e perfaz perto de 300 quilómetros de penitência e fé.

As Romarias Quaresmais obedecem a preceitos, usos e costumes, estabelecidos ao longo dos últimos 5 séculos, que respeitam uma simplicidade e obediência verdadeiramente cristãs.

O Mestre, o Contramestre, o Procurador das Almas, o Lembrador das Almas e os Guias, são as cinco personalidades consagradas pelo tempo na organização de um Rancho de Romeiros. Quem deseja ser Romeiro, solicita ao Mestre a permissão de ir na sua companhia e, e depois de, pelo menos, 20 horas de preparação e uma vez aceite, fica arrolado e apalavrado para, em certo Sábado, comparecer na Igreja Paroquial, para seguir no Rancho da devoção, cumprindo das suas promessas ou penitenciando os seus pecados.

No Sábado escolhido, comparecem todos os Romeiros, pelas 3 horas da madrugada, confessam-se, comungam, assistem à missa, finda a qual se vão juntar ao Mestre e de joelhos, ante o altar do Santíssimo Sacramento, ouvem a primeira oração.

O Mestre é a primeira de todas as figuras do Rancho, mas o seu lugar é no fim do Rancho junto com o Procurador das Almas, a meio das alas que os Romeiros formam pela estrada fora vai o Lembrador das Almas. O Mestre É o primeiro a ajoelhar-se, o último a recolher ao descanso, o primeiro que se apresenta para a caminhada do dia seguinte. É quem pede pousada para os Romeiros e o que agradece os favores recebidos, mas é o último a receber favores e regalias.

Abaixo do Mestre, na hierarquia da Romaria está o contramestre que o substitui nas faltas e impedimentos, depois o Procurador das Almas que tem o seu lugar também no fim do Rancho, pois é ele que pela estrada dirige as preces e quem recebe os pedidos de diferentes pessoas para orações.

A quarta figura do Rancho são os Guias (tempo houve que era apenas um), que vão à frente de toda a Romaria, desbravando os caminhos e veredas por onde passam para chegar às Ermidas e Igrejas onde haja invocação à Virgem Maria.

Nenhuma destas figuras usa distintivo ou traje diferente dos demais. Em todos se encontram um lenço de cor atado à cabeça ou à volta do pescoço, xaile a tiracolo, sovadeira às costas, presa por uns cordéis aos ombros, bordão ou cajado numa mão e Rosário dependurado na outra.

A comida, que pouco mais variava do que pão e queijo, hoje mais variada, levam-na os Romeiros na sovadeira assim como alguma muda de roupa, garantindo mantimento até meia jornada, altura do circuito em que vão ao encontro das famílias para lhes renovarem a guarnição para o resto da caminhada de fé.

Lá vão estrada fora em busca das Casas da Virgem, Xaile, lenço e bordão, caminham noite e dia, sacola, Terço na mão cantando : Avé Maria, entoada em ritmo próprio e consentâneo com a sôfrega caminhada.

Comem nas sombras dos caminhos; pernoitam na localidade onde a noite os surpreende; higienizam-se nas graças de todos quantos estão sempre disponíveis para os abrir as portas.

Sete dias passados, eis que, de novo, os Romeiros entram na sua Igreja Paroquial findando a devoção daquele momento de profunda e indiscreta fé, introspeção e penitência.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de congratulação pela celebração da passagem dos 500 anos das Romarias Quaresmais na ilha de São Miguel, enaltecendo-se, por essa via, uma das mais inabaláveis formas de fé e devoção de um povo.

Que desse Voto seja dado conhecimento ao Movimento de Romeiros da Ilha de São Miguel, a todas as Paróquias, Juntas de Freguesia e Câmaras e Assembleias Municipais da ilha de São Miguel.

Horta, Sala das Sessões, 20 de abril de 2022

O Deputado Regional: Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Não são 5 dias, não são 50 anos, são 500 anos. 500 anos da fé de um povo! Isto devia significar alguma coisa, isto devia dizer muito a nós todos. Com o lenço da nossa mulher, com o xaile da nossa mãe, muita falta nos fazem as romarias. O irmão que aqui traz é também romeiro, ali deteto mais um, não sei se cometo aqui o erro...

Deputado não identificado: O João.

O Orador: João, também. Só quem vive uma romaria é que sabe o que é uma romaria! Eu também não sou tão puritano assim, há quem não ache graça aparecer noutras ilhas, eu acho graça que apareça na Terceira, e penso que está a aparecer também na Graciosa, e devia aparecer nos nossos Açores todos a romaria. A Romaria de São Miguel é de São Miguel e cada ilha que

faça esta peregrinação de fé e que demonstre a todos aqueles que acham que este povo não é um povo de fé – é um povo de fé! Com muita pena minha, este ano tínhamos condições de ter as romarias na rua, uma falha muito grave, e também aqui, se me permitem, uma crítica, este é um movimento do povo, tal como é um movimento do povo o Espírito Santo, e quando as coisas são do povo, que nenhum dedo seja colocado sobre a ação do povo. Este povo que também é soberano, este povo que também manda e que nas suas romarias gosta de mandar com as devidas regras, como dizia aqui o irmão Nuno. Mas, matar as romarias este ano foi um erro, e um erro que é preciso dizer publicamente. Muito obrigado, Nuno, e muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhores Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. Em boa hora, e no bom espírito democrata crítico, o Sr. Deputado Nuno Barata nos trouxe este voto de congratulação. É um bom voto de congratulação, porque assinala aquilo que é a demonstração da fé de um povo. A romagem é um marco da nossa herança comum, apesar de ser, obviamente, e se ter iniciado na Ilha de São Miguel, mas faz parte da herança comum açoriana. É um marco da tradição micalense e açoriana por isso. Faz deslocar para a Ilha de São Miguel, para a romagem, crentes de todo o arquipélago e da diáspora, independentemente de agora se verificar noutras ilhas. É um movimento do povo e isso é incontestável. Mas é de salientar também essa capacidade agregadora que tem e esse movimento de fé que transporta pessoas de todas as ilhas e da diáspora açoriana para fazer esse momento de introspeção e de fé. E, por isso, esse que é um espírito de fé e devoção, que consideramos que importa respeitar e que deve ter o merecido destaque religioso e cultural, como um marco da tradição e cultura açoriana que é, e que por isso, em boa hora, congratulamos também, associando-me a este voto de congratulação

trazido aquilo pelo Deputado Nuno Barata, Iniciativa Liberal, pela passagem dos 500 anos das Romarias Quaresmais da Ilha de São Miguel. Obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. Naturalmente que o grupo parlamentar do PSD se associa a este voto, reconhecendo a importância das romarias, a sua tradição e os 500 anos que agora se comemoram, também deixamos aqui o testemunho daquilo que foi o testemunho completo do Sr. Deputado Nuno Barata, pela experiência que tem, do Sr. Deputado José Pacheco, e pela nossa experiência também em romarias. E deixava aqui ainda uma questão que não foi afluída na apresentação de voto, que é a fé também de quem recolhe os romeiros, que é outro aspeto fundamental, sobretudo em algumas freguesias em que há promessas feitas por muitas famílias e que às vezes não há romeiros suficientes para aquilo que são as promessas de acolher romeiros. Ou seja, não é só a fé de quem participa na romaria, mas também daqueles que acolhem e o termo é “recolhem” os romeiros em cada uma das freguesias da Ilha de São Miguel. E, portanto, este voto é claramente justo, é um voto que representa muito daquilo que é a cultura da Ilha de São Miguel e a sua fé, e, portanto, o grupo parlamentar do PSD não poderia deixar de se associar. Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sandra Dias Faria:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do

Governo. O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto apresentado pela Iniciativa Liberal, de Passagem dos 500 Anos das Romarias Quaresmais na Ilha de São Miguel, esta que é uma tradição que aos micalenses muito diz, não só pelo facto de ser uma expressão máxima da religião, mas também do sentido de partilha, solidariedade, de interajuda, em que envolve os próprios participantes das romarias, as suas famílias que de alguma forma os acompanham durante uma semana inteira, quer no encontro de famílias dos romeiros, quer ainda, de alguma forma, acompanhando ao longo daquela semana a forma como está a decorrer a romaria, em oração também elas próprias acompanham os seus familiares. Como já aqui foi referido, e porque fiz parte também desta realidade, ou experienciei, o recolher de romeiros é também expressão da solidariedade das famílias micalenses, que encontram desta forma uma oportunidade de participar nesta que é uma tradição, uma expressão da religião, mas também do viver micalense. Para quem já teve a oportunidade de ouvir o entoar do Avé Maria de uma romaria é algo que a qualquer micalense toca, seja mais ou menos a favor, ou acompanhante destas romarias, mas é um entoar que traduz muito daquela que é a expressão de sacrifício, de introspeção, de religião dos próprios participantes nas romarias e que a todos, de alguma forma, nos toca. Gostaria ainda de fazer referência ao facto do surgir das romarias nos tocar de forma particular. Surge com a crise sismo vulcânica há 500 anos, na Vila Franca do Campo, e hoje, noutra ilha, estamos a viver esta realidade. E, portanto, é aqui o refúgio muitas vezes, e o suporte, que de alguma forma estas romarias também significam, e queria por isso deixar aqui o associar do grupo parlamentar a este voto e congratular todos aqueles que participam nestas romarias todos os anos, embora, como sabemos, nos últimos dois anos não foi feito de forma normal, mas de alguma forma encontram espaço para manifestar a sua expressão de fé. Obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos então votar este voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista, pelos 75 anos da Rádio Clube de Angra. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho para a sua apresentação. Faz favor, Sr. Deputado, tem a palavra

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 75 Anos do Rádio Clube de Angra

O rádio Clube de Angra é juridicamente uma associação, que estatutariamente tem por escopo fomentar a cultura e informação. A estação foi fundada a 12 de outubro de 1946 por um grupo de amadores da rádio, e foi reconhecida oficialmente por alvará de 3 de abril de 1947, tendo iniciado as suas emissões no dia 30 de julho de 1949 como a estação CSB80 — A Voz da Terceira. Atualmente emite um canal de radiodifusão estereofónico em frequência modulada para a Terceira e ilhas vizinhas.

Na sequência de algumas experiências de emissão amadora de voz e música na cidade de Angra do Heroísmo, organizadas por amadores de rádio locais, as mesmas foram retomadas após o fim da II Grande Guerra, pelos radiófilos angrenses Belmiro da Silva Rocha e Fausto Rodrigues Cristovam. Foi sob o seu impulso que a 12 de outubro de 1946 se fundou uma "Sociedade de Amadores de Telegrafia Sem Fios, com o fim de construir uma Emissora de

Rádiodifusão" em Angra do Heroísmo destinada à propaganda das terras açorianas.

Com o apoio das autoridades e da população locais, que viam na ideia da criação de um posto emissor de rádio uma oportunidade de promoção cultural e cívica, os 12 sócios fundadores da associação obtiveram por alvará de 3 de abril de 1947, emitido pelo Governo Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo a necessária aprovação oficial. Ficava assim constituída, por tempo indeterminado, uma associação de amadores de T.S.F. visando construir uma estação emissora de amadores na cidade de Angra do Heroísmo, promover a radiodifusão em todas as ilhas dos Açores, fomentar o conhecimento nacional e internacional da Terceira e dos Açores.

A 30 de julho de 1949, entrou em funcionamento um emissor de construção artesanal, que tinha uma potência de apenas 100 Watts, e que cobria apenas a zona urbana de Angra, funcionando inicialmente apenas algumas horas por dia. O período de emissão foi sendo progressivamente alargado, e uma década depois o RCA já emitia 9 horas nos dias úteis, em três períodos de emissão (manhã, tarde e noite) e 15 horas aos domingos e feriados.

Em 1954 passou a utilizar um emissor Gates de 320 Watts e em 1958 um emissor Fritz Bauer FB-1000J de 1 kW, o que associado à construção de estúdios e antena emissora na Ladeira Branca em 1954, permitiu alargar a área de cobertura a todo Grupo Central do arquipélago e depois, especialmente no período noturno em que a propagação em Onda Média é mais favorável, a todo o arquipélago dos Açores.

As autoridades do Estado Novo sempre recusaram, porém, o pedido de aumento da potência de emissão para os 10 kW. Apesar disso, e das conseqüentes dificuldades de cobertura durante o período diurno, o RCA cobria razoavelmente o arquipélago, fornecendo informação geral e regional, da cultura, da música, do teatro-radiofónico, do lazer, do desporto, da religião. Referência especial merece a inestimável função de utilidade pública e de proteção civil, de união e solidariedade em momentos de catástrofe e

aflição. Ao longo de décadas estreitou distâncias e aproximou pessoas e comunidades, contribuindo assim também para a construção dos alicerces das ideias da unidade e identidade açorianas.

Assim foi por ocasião da erupção vulcânica dos Capelinhos, em setembro de 1957, e por altura da crise sísmica dos Rosais de São Jorge, em fevereiro de 1964, quando em menos de 24 horas o Rádio Club Angra conseguiu encontrar alojamento e transporte na Terceira para cerca de 1600 jorgenses evacuados à pressa daquela ilha por barcos estrangeiros. Também por ocasião do Sismo de 1 de janeiro de 1980, que arrasou a cidade de Angra, mesmo com a sua sede destruída, emitiu a tempo inteiro das suas instalações na Ladeira Branca.

Com o RCA colaboraram os melhores jornalistas, radialistas e intelectuais locais, sendo de destacar, de entre os seus mais conhecidos colaboradores o tenente-coronel José Agostinho que, com as suas palestras sobre temas de natureza científica e etnográfica, deu grande projeção ao RCA. A ele se deveu igualmente o título "A Voz da Terceira", em artigo no "Diário Insular", e teve palestrantes muito apreciados como os Padres Caetano Tomás e Coelho de Sousa.

De resto, RCA foi ainda a primeira estação de rádio dos Açores a transmitir uma cerimónia religiosa, em 1952, transmitindo até hoje a Eucaristia da Sé de Angra do Heroísmo.

Em 23 de fevereiro de 1973 com Decreto de 21 de março de 1973 o Presidente da República e Grão-Mestre das Ordens Portuguesas conferiu à Rádio Club de Angra o título de Membro-Honorário da Ordem de Benemerência.

Em 1982, o Governo Regional dos Açores declarou o Rádio Club de Angra como uma "pessoa coletiva de utilidade pública".

Em 2007 a Rádio Clube de Angra foi agraciada com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico.

Por altura da passagem oficial dos 75 anos da sua criação, é de elementar justiça louvar esta instituição, que muito faz e continua a fazer pela Terceira e pelos Açores, ao nível da informação, diversão, cultura e união entre os Açorianos, nunca esquecendo o precioso apoio ao nível das situações de emergência civil e de calamidades naturais, a que tanto somos azeitos.

O RCA continua vivo e atuante, tendo-se adaptado aos novos tempos e aos novos desafios, continuando fiel e útil nos fins e propósitos que motivaram a sua fundação, e continuando a servir de forma desinteressada os Açores.

Que assim continue, com o justo e merecido apoio dos seus sócios, amigos e autoridades açorianas, e que este merecido louvor seja para isso apenas mais um justo e merecido incentivo.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pelos 75 anos do Rádio Clube de Angra.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais desta instituição, ao Conselho de Ilha da Terceira e aos respetivos municípios.

Horta, Sala das sessões, 20 de abril de 2022

Os Deputados: Francisco Coelho, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Berto Messias, Tiago Lopes e Rodolfo Franca

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O grupo parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação pelos 75 anos do Rádio Clube de Angra, é um voto merecido, é uma efeméride que merece ser celebrada. Trata-se de uma voz independente, de uma estação de rádio independente, criada por sócios, e, portanto, com abrangência regional que ultrapassa as fronteiras físicas da Ilha Terceira, como já muito bem foi relevado pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, e, portanto, é merecedor de destaque esta importância e esta

relevância do trabalho cívico que a Rádio Clube de Angra tem tido ao longo destes anos, e desejamos longa vida a esta empresa. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Soares:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Apenas para referir que o grupo parlamentar do PSD irá apresentar um voto de congratulação pelos 75 anos do Rádio Clube de Angra durante esta sessão plenária. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então votar este voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação, pelo Dia Mundial dos Animais de Rua, é apresentado pelo PAN. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo.

Voto de Congratulação pelo Dia Mundial dos Animais de Rua

Desde 2010 que no dia 04 de abril se assinala o Dia Mundial dos Animais de Rua, estando intimamente interligada com o dia 04 de outubro, Dia Mundial dos Animais. O Dia Mundial dos Animais de Rua foi oficializado pelos Países Baixos após a realização da Primeira Conferência Holandesa de Animais de Rua, realizada por diversas Organizações Não Governamentais que tinham e têm como missão a proteção e bem-estar animal, sobretudo os

animais de companhia. Esta Conferência teve como intuito primordial alertar a sociedade global para o flagelo do abandono de animais de companhia. Pois, apesar das cifras negras, a OMS estima que existam cerca de 600 milhões de animais de rua em todo o mundo.

Milhões de animais que não escolheram viver na rua, mas que foram abandonados, que se perderam no regresso ao seu lar, ou que, simplesmente, nasceram na rua, e são expostos a diversos fatores externos que os impele numa luta diária de sobrevivência para satisfação das necessidades básicas diárias, como beber água e comer, superar diversas patologias sem tratamento, abrigar-se de intempéries, fugir a atos furtivos de violência, seja por ação ou por omissão, essencialmente de auxílio.

Ante este cenário, os Países Baixos decidiram liderar pelo exemplo e conseguiram, sendo um verdadeiro exemplo mundial a seguir em matéria de proteção e bem-estar, demonstrando a todos os decisores políticos que é possível não ter um único animal de rua em situação de abandono. Qual a fórmula deste sucesso? Um conjunto de políticas públicas concertadas que apostou forte na esterilização e castração - conseguiram castrar 75% da população canina nos primeiros meses. Em paralelo, a legislação foi alterada, havendo uma severa aposta na prevenção, geral e especial, através da alteração da legislação contraordenacional e penal, aumentando-se a moldura penal no seu limite máximo para os crimes perpetrados contra os animais de companhia. E foi criada e promovida uma ampla campanha de adoção responsável, aumentando-se os tributos sobre a comercialização de animais de companhia. Este foi o caminho que se trilhou para o sucesso e que é digno de celebração: castração, legislação e adoção. Porém, é uma exceção, sobretudo se olharmos para a nossa realidade.

E, por isso, o dia 04 de abril não é uma data de celebração, de comemoração, mas sim de introspeção sobre os comportamentos e políticas implementadas por uma sociedade que, na sua larga maioria, se desresponsabiliza pelo impacto dos seus comportamentos na vida dos animais que usa e deita fora

como se fossem objetos descartáveis, desprovidos de valor. Um verdadeiro apanágio ao especismo, contrariado pela visão utilitarista que defende a existência do dever moral e ético, inato, de nos preocuparmos com aqueles que são capazes de experimentar sentimentos - senciência, por forma a eliminar-se as barreiras que constroem o seu bem-estar.

Desse modo, aos dias de hoje é já uma verdade científica incontestável que os animais são capazes de experimentar sentimentos e possuem consciência dos sentimentos vivenciados. Então e os carrapatos, e as pulgas? Pese embora o seu estado parasitário, pode, igualmente, crer-se que sim, mas o futuro, a ciência o dirá e a história o escreverá.

Face ao exposto, está instalada a urgência na mudança de paradigma, impelindo os atores políticos, enquanto verdadeiros decisores políticos, a repensar a estratégia das políticas públicas adotadas para esta matéria. Urge a adoção de uma visão estratégica holística para a proteção e bem-estar animal, por forma a ultrapassar-se este cenário de abandono e maus-tratos a animais, sobrelotação de Centros de Recolha Oficial de Animais – em que a solução apresentada pelos executores políticos é o retrocesso, regressando-se ao abate como forma de controlo da população de animais de companhia e animais errantes. É este o parco investimento público na proteção e bem-estar dos animais, em concreto, dos de companhia. Mas quer-se mais, quer-se um Provedor Regional do Animal.

Todavia, há que salvaguardar a ação das associações de proteção animal e dos seus voluntários que tudo fazem para reduzir o impacto da ação humana nos animais de companhia, através, por exemplo, do Programa CED, ações de recolha de alimentos para animais de companhia, tratamento das colónias de animais de rua, auxílio da prestação de cuidados médicos-veterinários, entre outras. Era isto e mais, muito mais que Alice Moderno almejava enquanto fundadora da Sociedade Micaelense Protetora de Animais, que um dia sonhou a construção de um hospital público veterinário para prestação de cuidados médico-veterinários gratuitos aos animais de rua. Temos o dever

de honrar o legado e a vontade de Alice Moderno, eliminando todas as barreiras ao bem-estar animal.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove o Voto de Congratulação pelo Dia Mundial dos Animais de Rua.

Agradecemos que este voto seja endereçado à Associação Animais de Rua - núcleo de São Miguel, Associação Cantinho dos Animais dos Açores, à Associação Santuário Animal do Pico, AFAMA- Associação Faialense dos Amigos dos Animais, Associação Amigos dos Animais da Ilha Graciosa, Associação da Defesa dos Animais da Ilha de São Jorge, Brigada Animal de Rua do Faial, Associação Amigos dos Animais da Ilha Terceira e Coletivo Alice Moderno.

Horta, 19 de abril de 2022

O Deputado: Pedro Neves

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? A Mesa já tem uma inscrição. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Ó Sr. Deputado Pedro Neves, o passaporte já está, agora falta mesmo é a linguística – não é “os carrapatos”, “os carrapatos”! E é a parte que era para ter graça, que não consegui ter. Agora, a parte a sério... eu sei que os senhores não acham graça nenhuma ao que o Chega diz, mas lá vão tendo que engolir! Agora, a parte séria: o Chega queria associar-se a esse voto, e, realmente, se existem animais (e disse muito bem ali o Sr. Deputado Pedro Neves), errantes e animais de rua, muito se deve à má consciência dos seres humanos que trata os animais como descartáveis, e isto não é aceitável. Muitas vezes eu vejo, e às vezes não vejo só nas ruas, vejo também em casos cães acorrentados, que muita aflição me faz e esse apelo também faço para casa – quem quer ter um

animal, percebe que tem que ter a responsabilidade de o ter, e não é só quando ele é deste tamanho, é que eles crescem! Os cães, os gatos, eles crescem. Eles crescem e nós temos que ter a responsabilidade e a consciência de o tratar como um membro da família, ele merece tudo, ele merece ser bem tratado, ele não merece ser abandonado simplesmente porque queremos ir de férias. Então, tenham o cuidado de não os ter! Ter o cuidado de castrar também os animais, é um cuidado que há que ter e há câmaras municipais que já o fazem de forma gratuita! Nós temos que ter este cuidado, nós não podemos maltratar aqueles que devem ser os nossos melhores amigos. E, finalmente, agradecer a todas as associações, a todas as pessoas de forma voluntária que vão cuidando destes animais, os vão acolhendo, os vão tratando, e acho que penso que não cometo uma inconfidência, o Sr. Deputado Pedro Neves tem sido uma destas pessoas, e eu reconheço-lhe isso e agradeço-lhe isso, porque também esta sensibilidade pelos animais e saber cuidar deles, tenho muito a aprender consigo também no acolhimento. E nós temos que explicar às pessoas que se queremos ter animais, temos que ter a responsabilidade e o civismo de os cuidar. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo PAN e, como é referido no próprio voto, a data não serve tanto para comemoração, mas sim, deve servir para cada um de nós tomar consciência sobre os comportamentos e políticas a implementar nesta matéria. Sobre este tema, relembro que ainda recentemente tivemos em análise nesta casa uma proposta de DLR sobre as medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes, e assistimos à tomada de posição por parte da sociedade civil e de diversas associações, que não pretendem um retrocesso nem o regresso do abate como forma de controlo da população dos animais de companhia

errantes. Serve ainda, e aproveitando o voto, para lembrar o papel das diversas associações que na região desenvolvem um importante trabalho de salvaguarda e de cuidado destes animais. Assim, ao associarmo-nos a este voto, queremos deixar a todas essas associações e a todos os quantos voluntariamente desenvolvem esse trabalho, o nosso reconhecimento e, na pessoa do Deputado Pedro Neves que, ao trazer este voto, nos permite saudar estas associações pelo trabalho que desenvolvem. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Passamos para o próximo voto de congratulação, tem a palavra a Sra. Deputada Edite Preto para apresentar um voto pela elevação da Lagoa a vila e a sede de concelho.

Deputada Edite Preto: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 500 anos de elevação da Lagoa a vila e sede de concelho e dez anos de elevação a cidade

No ano em que a Lagoa assinala 500 anos de elevação a vila e sede de concelho e 10 de elevação a cidade, o Grupo Parlamentar do PS não podia deixar de se associar a tão importante data na vida de um concelho, de uma comunidade.

A Lagoa celebrou, a 11 de abril, o seu passado, marcado pela sua centralidade no contexto da ilha de São Miguel, com uma riqueza histórica, cultural e patrimonial que se construiu ao longo destes 500 anos.

De acordo com os registos históricos, a Lagoa foi dos primeiros locais a ser povoado. Os primeiros povoadores ter-se-ão fixado na Freguesia de Santa Cruz junto a uma lagoa aí existente. Crê-se que esse facto terá estado na origem do nome do concelho da Lagoa.

A localização geográfica do concelho terá sido determinante para o seu desenvolvimento pois ficava entre os dois concelhos mais importantes da época.

A Lagoa assumia, assim, uma posição estratégica para a pernoita e abastecimento dos mercadores e viajantes.

Os lagoenses cedo perceberam a importância do Porto dos Carneiros para a pesca e a riqueza dos seus solos para a cultura do trigo, do pastel, da laranja e da vinha. Afirmou-se, desta forma, a atividade económica do concelho através da exportação de produtos e venda de peixe.

A exportação da laranja, sobretudo, trouxe riqueza ao concelho da Lagoa. Mais tarde afirmaram-se as culturas do tabaco, da chicória e da beterraba.

Nos séculos XVIII e XIX aumentou significativamente a sua população e, conseqüentemente, verificou-se o aumento da construção de edifícios. Datam desta época igrejas, casas e solares de grande valor patrimonial.

A vocação industrial da Lagoa afirmou-se no final do XIX e ao longo do século XX com o aparecimento das fábricas da cerâmica e da destilação do álcool, a de óleo vegetal, sabão e de ração para animais.

Nestes últimos anos, e fruto da estratégia e da visão dos autarcas, a Lagoa consolidou a sua centralidade com o desenvolvimento turístico, as empresas de serviços que cresceram em número e em importância na economia do concelho, bem como a aposta na Inovação e Tecnologia.

E, portanto, é com redobrado sentimento de orgulho, que hoje e aqui, reconhecemos no assinalar dos seus 500 anos, a importância da sua história,

identidade, cultura e património desta ímpar vila de São Miguel, e a inegável importância da sua afirmação como cidade de futuro.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um voto de congratulação pelos 500 anos de elevação da Lagoa a vila e sede de concelho e dez anos de elevação a cidade.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 20 de abril de 2022

Os Deputados: Edite Preto, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Faria e Miguel

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação é apresentado também pelo Partido Socialista, aos 25 anos da Associação “Os Amigos da Maia”. Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo para a sua apresentação.

Deputada Joana Pombo Tavares: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo, Sr. Presidente.

Voto de Congratulação

Aos 25 anos da Associação “Os Amigos da Maia”

No passado dia 26 de março, a Associação “Os Amigos Da Maia” celebrou os 25 anos da assinatura da escritura da sua constituição, celebrando assim, o

que um grupo de amigos e frequentadores da Baía da Maia, na ilha de Santa Maria, ansiavam melhorar as condições da referida baía e de, legalmente, realizar as suas festas temáticas, inicialmente dirigidas aos emigrantes que, no Verão, voltavam a “casa”.

Assim, surgiu a Associação “Os Amigos da Maia”. Uma associação sem fins lucrativos que tem como principais objetivos promover e incentivar iniciativas de carácter desportivo, recreativo e cultural e promover e incentivar as iniciativas conducentes à proteção e melhoria da qualidade ambiental e paisagística.

A Associação “Os Amigos da Maia” organiza o Festival “Maia Folk”, que este ano terá a sua 14ª edição, tendo organizado nos anos 2020 e 2021 duas edições LIVE, cumprindo assim as contingências consequentes da pandemia COVID-19, mas nunca deixando a essência do que é o referido Festival, que é um dos mais impactantes acontecimentos da ilha de Santa Maria.

O Festival Maia Folk, iluminado pelo Farol do Gonçalo Velho do alto da Ponta do Castelo, traz à baía, não só bandas de música folk, mas também permite aos presentes contemplar, ao ar livre, músicas tradicionais, muitas das vezes do Cancioneiro dos Açores e com destaque para músicos dos Açores.

A Associação é também responsável pela organização de Workshops de Danças Tradicionais, que permite remontar aos nossos costumes, revitalizando os serões de pernoita na baía na altura da vindima, e que durante o Festival é uma forma de juntar gerações e culturas.

Com sede no Lugar da Maia, a defesa da baía, a nível ambiental e patrimonial é uma das constantes preocupações, tendo esta associação recentemente enfatizado a preocupação dos estragos verificados pelo inverno rigoroso que se fez sentir na ilha, com consequências graves para a baía que, de uma forma sistemática e preocupada, foram remetidas a todas as entidades com competência na Baía da Maia.

À semelhança de todas as direções de cariz voluntário, enaltecemos todos os elementos que dela fizeram parte, permitindo que a Associação celebrasse os seus 25 anos de existência.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão planária do mês de abril, aprove o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula os 25 anos da Associação “Os Amigos da Maia”.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Associação “Os Amigos da Maia”, ao Município de Vila do Porto e à Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 20 de abril de 2022.

Os Deputados: Joana Pombo Tavares e João Vasco Costa

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições. A Mesa tem uma inscrição. Senhora Deputada Elisa Sousa, faça favor.

(*) **Deputada Elisa Sousa:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. O grupo parlamentar do PSD Açores associa-se, obviamente, com muito gosto a este voto de congratulação pelos 25 anos de Associação “Os Amigos da Maia”. Para além de manter um olhar atento nas mais variadas questões relativas à baía, esta associação promove diversas atividades culturais, onde se destaca, obviamente, a organização do Festival Maia Folk. Este festival é um festival gratuito, que se realiza ao ar livre e que se desenvolve durante o mês de julho e que reúne músicos e música folk de todo o mundo. Um bem-haja a todos os sócios e a todos os voluntários que permitem a continuidade deste festival, de modo a que ele possa continuar a levar aos marienses, e a todos os que nos visitam, boa música, boa disposição e muita animação. Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pelo Vice-Presidente da ALRA, Deputado João Vasco Costa)

Presidente da Assembleia: Não havendo mais inscrições, passemos então à votação, se faz favor. Quem vota a favor deixe-se estar como está.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo é também de congratulação ao Eco Festival Azores Burning Summer, distinguido como o festival mais sustentável de Portugal. É apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Wilson Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes: Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

ECO FESTIVAL AZORES BURNING SUMMER DISTINGUIDO COMO O FESTIVAL MAIS SUSTENTÁVEL DE PORTUGAL

No passado dia 26 de Março, o Eco Festival Azores Burning Summer organizado pela ARTAC - Associação Regional para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo, Ambiente, Cultura e Saúde, conquistou o prémio “melhor contributo para a sustentabilidade”, na 6ª edição do Iberian Festival Awards, uma iniciativa que visa reconhecer o contributo e conquistas das organizações de eventos e de todas as partes envolvidas na indústria dos festivais em Portugal e Espanha.

Este festival, que acontece desde 2015 na praia dos Moinhos, no Porto Formoso, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, caracteriza-se por acontecer num local de beleza natural ímpar e distingue-se pelas iniciativas

de cariz artístico e de sensibilização ecológica, através de boas práticas e do controlo de impactos ambientais.

Embora atraia grandes figuras da cena musical internacional, não se trata de um festival de música para as massas. A tónica assenta no equilíbrio e na harmonia entre a música, a terra a arte e a consciencialização ambiental.

O Eco Festival Azores Burning Summer tem contribuído para a afirmação do arquipélago dos Açores como região promotora de eventos de qualidade e ambientalmente sustentáveis, marcando positivamente todos aqueles que nele participam, contribuindo para uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais sustentável.

Através de uma intensa programação, este festival tem proporcionado atuações musicais de grande gabarito, indo mais além. Na sua programação multidisciplinar, incluem-se os já célebres debates “Eco Talks”, em parceria com a Antena1/Açores, a Feira de Ecodesign e produtos naturais “Eco Market”, a exposição das mais recentes ofertas de veículos elétricos no mercado, sessões de cinema ao ar livre, instalações de Land Art e um Programa Comunitário de Saúde no Porto Formoso, com acesso gratuito.

Mais concretamente, o Eco Festival Azores Burning Summer implementa diversas medidas e práticas com o objetivo de promover mudanças de hábitos de consumo e redução do desperdício.

A organização implementou, desde logo, uma gestão ambiental baseada no conceito de Economia Circular, tendo alcançado as metas “Zero Desperdício” e “Zero Ruído Visual” em 2017, tendo como objetivo traçado para 2022 alcançar a meta “Zero Beatas”.

Como medidas ambientais destacam-se a implantação de ecopontos, a distribuição de cinzeiros individuais, a redução e a separação, a reciclagem de resíduos orgânicos, o uso de utensílios biodegradáveis e compostáveis, a utilização de copos reutilizáveis com sistemas de “refill”, o recurso a energia de fontes renováveis, a iluminação através de tecnologia LED e a inibição da

circulação automóvel, disponibilizando estacionamento gratuito a 1km do recinto e serviço de shuttle gratuito.

Do ponto de vista social, o festival promove, desde sempre, a igualdade de género e a inclusividade e, este ano, a organização pretende contribuir mais ativamente para a comunidade do Porto Formoso, com o programa “VIVE”, que irá propor um novo conceito comunitário de saúde ativa e participada, que aposta na consciencialização do indivíduo a assumir-se como agente ativo e responsável pela sua saúde.

Do ponto de vista económico, este festival tem contribuído para a dinamização da economia local, estabelecendo parcerias com empresas de transporte, unidades de alojamento e restauração locais e integrando jovens da comunidade do Porto Formoso na equipa de produção do evento, com cerca de 80% do investimento realizado no evento a ser empregue nas empresas e profissionais da Região Autónoma dos Açores.

Impõe-se o reconhecimento pelo meritório trabalho desenvolvido pela ARTAC, que, para além deste festival, já organizou muitos outros eventos e já realizou contributos de grande relevância para a sociedade micaelense e Açoriana.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida na sua sessão plenária do mês de abril, aprova o presente voto de congratulação pela conquista do prémio de “best contribution to sustainability” na 6ª edição do Iberian Festival Awards, ao Eco Festival Azores Burning Summer, organizado pela ARTAC - Associação Regional para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo, Ambiente, Cultura e Saúde.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Associação Regional para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo, Ambiente, Cultura e Saúde

(ARTAC), à Assembleia Municipal e Câmara Municipal da Ribeira Grande e à Junta de Freguesia do Porto Formoso.

Horta, Sala das Sessões, 20 de abril de 2022.

Os Deputados: Vílson Ponte Gomes, Carlos Silva e Valdemira Gouveia

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição. Sr. Deputado Jaime Vieira, faça o favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Jaime Vieira:** Excelentíssimo Sr. Presidente atual da assembleia, excelentíssimos Sras. e Srs. Deputados, excelentíssimo Sr. Presidente do Governo, excelentíssimos senhores membros do Governo. Logicamente que o PSD associa-se a este voto de congratulação ao Eco Festival Azores Burning, pela importância que o mesmo tem no concelho da Ribeira Grande, mas também pelas questões ambientais. É preciso não esquecer que conciliar um festival com as questões ambientais tem que ter uma grande preocupação pelo próprio ambiente, mas acima de tudo também, ter a noção que viver nos Açores é viver, acima de tudo, no jardim de Portugal, e, como tal, esta iniciativa para nós é sempre de louvar. Diria que a quantidade de eventos realizados por esta associação, a ARTAC, em que aborda situações como o cinema ao ar livre, como as questões da saúde, como também questões económicas, é para nós motivo de grande importância e que é preciso não esquecer que este evento também acontece devido à visão da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que tem apoiado e bem todos esses eventos sendo um parecer presente para a concretização de colocar também a Ribeira Grande no mapa regional. E é neste sentido que vemos com grande importância esse tipo de eventos e que o PSD, como eu já disse, associa-se e bem a este voto. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Parecendo-me não existir mais inscrições, passávamos então à votação. Quem vota a favor deixe-se estar como está. Senhor secretário, faça o favor.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado. Próximo voto é também de congratulação, de saudação, pelos 125 anos da fundação da Cozinha Económica Angrense, é apresentado pelo Partido Socialista. Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça o favor, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Saudação

Pelos 125 anos da fundação da Cozinha Económica Angrense

A Cozinha Económica Angrense é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada a 17 de abril de 1897, por iniciativa da terceirense Maria Guilhermina de Bettencourt Mesquita. Os primeiros Estatutos datam de 5 de agosto e foram aprovados pelo Governo Civil de Angra a 9 de novembro do mesmo ano.

Os já referidos Estatutos foram assinados por uma Comissão Fundadora composta por: Alfredo da Silva Sampaio, Gervásio Lourenço, Manuel de Macedo Pereira, António Miguel da Silveira Moniz, Alfredo Pamplona Machado Corte-Real, João de Lemos Bettencourt e José Maria Coelho de Lima.

A Cozinha Económica Angrense tinha como objeto social distribuir, gratuita e diariamente, refeições a pessoas carenciadas, em número não inferior a 20, estando ainda disponível para fornecer refeições diárias a pessoas ou famílias a preços ajustados às condições socio económicas de cada um dos beneficiários.

A instituição, a sua sede e atividade foram fortemente condicionadas pelo sismo de 1 de janeiro de 1980.

Anos depois, conscientes da importância da instituição no apoio à população, mas também dos necessários ajustamentos a realizar aos Estatutos da instituição, a Comissão Administrativa liderada por João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes e da qual faziam ainda parte Luís Filipes Cota Bettencourt Moniz Barreto, Humberto Sérgio Ávila, Paulo Lima e Miguel Teles, tomou em suas mãos a missão de dinamizar a Cozinha Económica Angrense.

Por iniciativa destes últimos, foi possível não só renovar e atualizar os Estatutos como reanimar o quadro social da instituição e, com o apoio do Governo dos Açores, foi também possível restaurar e construir uma nova cozinha para prosseguir a atividade de confeccionar e distribuir refeições, consolidando o fim para o qual havia sido fundada.

Este impulso, associado à celebração de um Contrato de Cooperação com o Instituto de Segurança Social dos Açores, bem como ao estabelecimento de parcerias com outras instituições, assegurou, até ao presente, a continuidade do fornecimento de refeições (almoço) de segunda a sexta a pessoas e famílias das freguesias citadinas, a preços ajustados ao rendimento mensal de cada um.

Esta instituição e os seu dirigentes, nomeadamente os Presidentes João Maria Mendes e Ricardo Barros, abraçaram e dinamizaram outras missões desde logo na dinamização da distribuição de cabazes alimentares no âmbito do PCAC (Programa Comunitário de Apoio a Carenciados) mas também integrando a Rede de Apoio Integrado ao Cidadão em Situação de Exclusão Social.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores propõe um voto de congratulação à Cozinha Económica Angrense pela passagem dos 125 anos da sua fundação.

Que deste voto seja dado conhecimento à direção da Cozinha Económica Angrense e à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, sala das sessões, 20 de abril de 2022

Os Deputados: Andreia Cardoso, Vasco Cordeiro, Berto Messias, Francisco Coelho, Rodolfo Franca e Tiago Lopes

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto e estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Gomes, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Gomes:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. O grupo parlamentar do PSD associa-se, naturalmente, a este voto de saudação pelos 125 anos da Cozinha Económica Angrense. A Cozinha Económica Angrense é uma instituição particular de solidariedade social de enorme importância na Ilha Terceira. 125 anos demonstram uma enorme resiliência e muito dinamismo da parte de todos aqueles que contribuíram ao longo desses anos para que esta instituição tenha tido a vivência que tem tido. Num mundo cada vez mais virado para as redes sociais, para o conforto individual das pessoas, haver cidadãos que se entregam a causas em prol das suas comunidades é sempre de louvar. Todas as contribuições por parte das pessoas em prol de movimentos associativos ou culturais são importantes, mas, não há causa mais nobre do que aquela em que envolve ajuda a quem necessita, a quem tem dificuldades nas suas vidas, e, ainda para mais, uma refeição é sempre uma refeição. Fazemos votos para que a Cozinha Económica Angrense continue por muitos e bons anos com esse dinamismo e com este trabalho em prol da sociedade, em particular, de Angra e da Ilha Terceira.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O grupo parlamentar do CDS-PP associa-se a este

voto de saudação pelos 125 anos da fundação da Cozinha Económica Angrense, uma instituição marcante do ponto de vista social na nossa cidade de Angra do Heroísmo, à qual muitos cidadãos se têm dedicado para amenizar os focos de pobreza que ainda vão existindo na nossa comunidade. Desejavelmente seria que nunca tivesse havido a necessidade para a fundação deste tipo de instituições, mas estamos certos que o papel desempenhado pela Cozinha Económica Angrense tem servido para amenizar o sofrimento de muitas pessoas necessitadas ao longo destes 125 anos, e desejamos longa vida e que, com isso, mais pessoas possam ver as suas carências colmatadas. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver, vamos então votar este voto de saudação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário. Encerramos assim a apresentação e votação dos votos. Vamos avançar para as declarações políticas. O primeiro que tem esse direito é o Partido Social Democrata. Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Silveira para a declaração política. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Silveira:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo.

Desde o dia 19 de março que a Ilha de São Jorge vive uma crise sísmo vulcânica que alterou por completo o dia-a-dia da sua população. Quero, em primeiro lugar, e em nome do grupo parlamentar do PSD, manifestar o nosso profundo apreço pelo exemplo de adaptação e resistência dado pelos jorgenses. Numa hora difícil não houve espaço para rivalidades, numa hora difícil, os da Calheta prontamente ajudaram os das Velas, numa hora difícil, os do Topo imediatamente apoiaram os de Santo Amaro. Simultaneamente,

as outras ilhas dos Açores correram em socorro de São Jorge e dos jorgenses. Como o Deputado eleito por São Jorge, quero agradecer aos açorianos de todas as ilhas e da diáspora que desde a primeira hora têm estado com os jorgenses.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Queremos também destacar a enorme dedicação e profissionalismo dos cientistas do CIVISA, Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores. Diariamente, faça sol, chuva ou nevoeiro, os cientistas do CIVISA percorrem muitos quilómetros para recolher os dados relativos à monitorização de fluxos de gases, nomeadamente, dióxido de carbono e radão, no subsolo. Também todos os dias os cientistas do CIVISA procedem à análise da informação obtida nas seis estações sísmicas atualmente em São Jorge, bem como a avaliação da composição química da água no subsolo. O CIVISA não é só merecedor dos nossos elogios, como deve passar a receber uma atenção acrescida por partes dos poderes políticos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Destacamos igualmente o trabalho do serviço regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, dos serviços municipais de Proteção Civil de Velas, Calheta, das cooperações dos Bombeiros dos dois concelhos da ilha, da Cruz Vermelha Portuguesa, das forças de segurança, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, da SATA, da Atlânticoline, da EDA, dos Transportes Marítimos Graciosences e da Altice, bem como das Forças Armadas através do Comando Operacional dos Açores. É também de inteira justiça salientar o acompanhamento permanente da

situação pelo Sr. Presidente da República que se deslocou por duas vezes a São Jorge, bem como a solidariedade demonstrada pelo Governo da República. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo, temos assistido nos últimos dias a um retomar da normalidade, atenta e cautelosa, em São Jorge. É com agrado que vemos o retomar da atividade letiva na Escola Básica e Secundária das Velas, com o regresso da grande maioria dos docentes, não docentes e alunos. Saudamos o exemplo e a responsabilidade dos agentes educativos, que também serão agentes mobilizadores das medidas a adotar em caso de crise sísmica, junto das crianças e dos jovens, de forma clara e serena para além da natureza da aprendizagem letiva. A população de São Jorge tem demonstrado uma capacidade de resistência e solidariedade excepcional no decorrer desta crise sismo vulcânica. Assim também foi nas catástrofes e intempéries que a antecederam, como a crise sísmica dos Rosais em 1964 e os sismos de 1980 e 1998. Ainda assim, o êxodo populacional que normalmente acontece após estes eventos, associado à perda demográfica contínua em São Jorge, e um pouco por todas as ilhas da região, é um motivo para efetivamente se debater e criar soluções para atrair e fixar população das nossas ilhas e, em particular, na ilha de São Jorge. Estou certo de que tal, como até aqui, este Governo regional será capaz e disponível para responder aos desafios.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: De facto, nesta hora difícil para a Ilha de São Jorge, tivemos um Governo sempre presente, mas contido no protagonismo. Este Governo não fez desta crise sismo vulcânica, que tanta instabilidade emocional e ansiedade causou nos jorgenses, um jogo de protagonismos políticos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo dos Açores deu um exemplo de liderança, transparência e ponderação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deu um exemplo de liderança ao assumir diretamente decisões impostas por uma crise súbita e imprevisível, e que tinham de ser imediatamente tomadas, como a deslocação do Centro de Saúde das Velas para as instalações da Escola Básica e Secundária; deu um exemplo de transparência ao manter permanentemente informados todos os Deputados eleitos pela Ilha de São Jorge, independentemente das cores partidárias; bem como ao manter um contacto direto com as instituições da sociedade civil. O Sr. Presidente do Governo dos Açores deu um exemplo de ponderação ao evitar, como é seu hábito, ceder à tentação mediática e à propaganda.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Com este Governo não se transformam calamidades em circos mediáticos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Com este Governo não se usam os momentos de ansiedade das pessoas para tentar obter dividendos políticos. Obrigado, Sr. Presidente, pelo seu exemplo de liderança, transparência e ponderação. Salientamos ainda a atitude responsável da generalidade das forças políticas perante esta crise. E em momentos como este, em que a tentação mediática é grande, é que se vê quem tem verdadeiro sentido de Estado. Com a mesma ponderação que tem revelado na tomada de decisões em termos de Proteção Civil, o Sr. Presidente do Governo já anunciou medidas de apoio ao tecido empresarial de São Jorge. Conforme anunciado neste parlamento, o Governo dos Açores está a trabalhar na criação de um incentivo financeiro aos turistas que se desloquem a São Jorge e a preparar uma promoção especial dos produtos da ilha no âmbito da marca “Açores”. Porém, o que assume grande relevância a curto prazo é a criação da majoração do programa “Apoiar.PT Açores” para os empresários de São Jorge. Esta medida, cujo regulamento foi publicado esta

terça-feira em jornal oficial, irá constituir um importante apoio à capitalização e liquidez das empresas de São Jorge num momento particularmente delicado. Em vez de anunciar pacotes e mais pacotes de medidas só para simular que faz alguma coisa, o Presidente do Governo tomou a decisão mais eficaz – em vez de criar mais e novos programas e gerar mais burocracia, optou por adaptar o programa “Apoiar.PT” à atualidade da realidade de São Jorge.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: Trata-se de uma medida que não dá para fazer dezenas de títulos de jornal, mas contribui para apoiar verdadeiramente a economia da Ilha de São Jorge.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, meus caros, é isso que realmente importa. Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições. Aproveito, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo, para informar que acompanha os nossos trabalhos nas galerias o antigo Deputado Dr. Bento Barcelos, a quem saúdo em nome desta assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo. Só para informar a Câmara que, e já antecipando aqui um bocadinho, a declaração política do grupo parlamentar do CDS, que será de seguida, será sobre esta mesma matéria e, como tal, não farei mais uma intervenção. Obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Bom, não havendo mais inscrições, não sei se o Sr. Deputado Paulo Silveira pretende encerrar a declaração política, porque não vejo manifestações de inscrição. Sr. Deputado Paulo Silveira, pretende encerrar a declaração política? Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo. Aproveito esta oportunidade de encerramento desta declaração política para, mais uma vez, agradecer a todos que têm dado o seu contributo em todo este processo, claro, depois, como afirmei, todo o empenho e todo o acompanhamento do Sr. Presidente do Governo, deixar também aqui uma palavra ao Sr. Secretário da Tutela, o Sr. Secretário Clélio Meneses, por todo o seu empenho e acompanhamento desta situação, bem como todos os departamentos do Governo, de uma forma direta ou indireta, têm participado neste processo. Mas permitam-se também fazer aqui um agradecimento em nome da Proteção Civil, ao Brigadeiro-General Eduardo Faria, Presidente da Proteção Civil dos Açores, pelo seu excelente trabalho. E, em relação ao CIVISA, permitam-me, porque tenho um pouco como em causa própria, tem dois investigadores do CIVISA que são jorgenses, a Professora Dra. Fátima Viveiros e o Dr. Rui Fagundes Silva, que têm estado a viver isto intensamente, duplamente, como jorgenses e como cientistas, e uma palavra também de apreço ao Professor Dr. Rui Marques, Presidente do CIVISA, que tem sido incansável no apoio a São Jorge e da ciência, e ainda hoje estamos aqui neste plenário e tiveram a delicadeza de, ainda há pouco terminou mais

um briefing, que nos mandaram os dados desse briefing, e, por exemplo, continuamos nesta crise, infelizmente – hoje já foram sentidos 271 sismos até às 10 da manhã, já vamos em quase 30.000, temos 254 sentidos, e o gabinete CIVISA, o seu colégio de 10 cientistas mantêm o nível de alerta V4, porque, portanto, a situação continua na emergência que estava, e este todo trabalho que tem sido desenvolvido é meritório e queria agradecer. Mas não queria deixar também de ser justo com os autarcas de São Jorge, quer o Presidente Luís Silveira, quer o Presidente Décio Pereira, a forma como os dois municípios se têm empenhado e têm trabalhado em conjunto, de braço dado, não se podia esperar outra coisa, em prol da defesa e da preparação de São Jorge. Por fim, deixar aqui um repto ao Governo da República, que tem estado atento e solidário, dizer que tem uma oportunidade, agora, de dar um apoio efetivo a São Jorge e aos açorianos. Há várias medidas que podem ser apresentadas e uma delas entra hoje na Assembleia da República, do Deputado Paulo Moniz, que propõe a isenção da Segurança Social no Orçamento de Estado, uma proposta de alteração ao orçamento para São Jorge, até ao final deste ano. Espero que essa medida, e possam surgir outras de outros partidos, sejam bem acolhidas e espero que a república esteja disponível para dar esse apoio a São Jorge, mostrar verdadeiramente, na prática, que está com os jorgenses. Muito obrigado. Disse.

Voices de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrada esta declaração política. Vamos fazer o nosso intervalo da manhã, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 38 minutos.

(Neste momento o Sr. Presidente da ALRAA voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente da Assembleia: Srs. Deputados, senhores membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, com a próxima declaração política. Dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Se faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. No passado dia 19 de março, o dragão despertou e, ao final dessa tarde, deu sinal de si, iniciando-se uma atividade intensa e acima do normal ao longo dos 24 km no sistema vulcânico fissural de Manadas. Foi o primeiro dia da crise sismo-vulcânica que, infelizmente, ainda persiste na ilha de S. Jorge. As primeiras horas desta crise foram de grande intensidade e ansiedade. No dia 20 de março, foram registados 4.554 sismos, em que 32 foram sentidos e, após 7 dias, já tinham sido totalizados 12.708 sismos, 186 dos quais sentidos. De salientar que, no ano passado, 2021, o total de sismos registados em toda a região foram 2.470, sendo que, em 2020, foram de 4.664. S. Jorge, em 7 dias, registou 12.708 sismos. Face a este cenário, logo uma equipa do CIVISA foi projetada para monitorizar, reforçar e acompanhar *in loco* toda a situação, assim como o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores preparou uma equipa de técnicos para se deslocarem para o terreno. Foram ativados planos regional e municipais de proteção civil, começando a ser desenrolado todo um processo de articulação entre as diversas entidades e instituições locais, regionais,

nacionais, para dar resposta ao que poderá vir a acontecer. Assim, de forma rápida e progressiva, a ilha preparou-se com as respostas necessárias para que, em caso de alguma eventualidade, haja uma reação pronta para acudir às populações. Paralelamente, a natureza não deu tréguas, tanto que, no dia 20 de março, o nível de alerta de caracterização do estado da atividade sísmo vulcânica do sistema vulcânico fissural de Manadas subiu para V2, e ainda nesse mesmo dia, para V3. Dada a elevada frequência diária de sismos associada às imagens de satélite que davam conta da deformação costal, a 23 de março, o gabinete de crise do CIVISA subiu o nível de alerta para V4. Para assim, o seu objetivo tem sido reforçar os meios de motorização e acompanhamento de vários parâmetros, e para os meios operacionais no terreno, reforçar a capacidade de resposta ao socorro das pessoas em caso de necessidade, capacitando a ilha de meios humanos e técnicos de equipamentos para a adequada resposta em caso de necessidade de evacuação. Como é natural, as pessoas, ao sentirem a terra a tremer debaixo dos seus pés com tanta frequência, passaram a viver numa profunda incerteza, incerteza sobre o que poderia acontecer, incerteza sobre quando poderia acontecer, e a ansiedade passou a ser uma constante no nosso dia a dia. Uns lidaram melhor, outros pior, faz parte da sensibilidade humana. A noite representava um medo suplementar, uma ansiedade mais agreste afetava cada família jorgense. À incerteza e à ansiedade juntava-se vastas vezes um sentimento de impotência face à realidade que a natureza nos impunha. Subsistia em nós a fé e a esperança de dias melhores. Apesar do alerta de evacuação nunca ter sido dado, durante as primeiras semanas, em resultado desta panóplia de sentimentos, foram muitos os jorgenses que decidiram abandonar a sua ilha ou fixar-se no Concelho da Calheta. Fizeram-no em total liberdade, tentando reencontrar momentos de equilíbrio emocional perante a nova realidade. Dada esta realidade, o que se espera é que o despovoamento forçado pelas circunstâncias não seja efetivo, não seja para sempre. Preocupados com os impactos decorrentes desta situação, foi um impulso humano, foi

natural. Preocupa-nos também os possíveis impactos que possam sentir na economia local em virtude das perdas já verificadas ao nível do turismo, do comércio e nas pequenas e médias empresas da ilha. Com a pandemia, o aumento dos preços decorrentes da guerra e com a crise sísmo vulcânica, S. Jorge sai grandemente afetada desta multiplicidade de crises que se sucedem a um ritmo frenético. Prontamente, o Governo Regional, em articulação com os Municípios e com a concordância do Conselho de Ilha e representantes dos empresários, apresentou uma resposta para fazer face a esta situação mais difícil por via do APOIAR.PT, criando a majoração para os empresários de S. Jorge, ou ainda o anunciado ontem pelo Sr. Presidente do Governo Regional voucher, como forma de incentivar e promover o turismo na nossa ilha, e assim beneficiar os vários setores económicos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E é exatamente este contínuo acompanhamento por parte do Governo Regional que necessitamos na ilha de S. Jorge. Adequando as respostas às necessidades das nossas empresas, à nossa realidade, e até porque esta crise sísmo-vulcânica ainda não terminou. Infelizmente, poderá dar lugar a mais algum tempo. Da parte do grupo parlamentar do CDS, estaremos aqui prontos para ajudar a encontrar as soluções mais adequadas, dando os nossos contributos, à semelhança do que fizemos em outras situações difíceis pelas quais a região atravessou.

Deputado Rui Martins: Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo, desde o primeiro momento, o Governo Regional, os Municípios e os serviços de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, o CIVISA, e o comando operacional dos Açores, num trabalho de cooperação entre todos e com as mais diversas entidades e

instituições, desenvolvem um trabalho diário e permanente de acompanhamento e articulação, tomando as decisões necessárias. Aliás, desde a primeira hora, nós, os 3 deputados regionais, eleitos por S. Jorge, estivemos presentes na primeira linha de ação, inteirámo-nos de toda a situação e podendo dar os nossos contributos. Passadas estas semanas, com muitos acontecimentos, muita contrainformação, com algum aproveitamento da situação, com muitas opiniões a serem dadas sem conhecimento real da situação, às vezes não tem sido fácil lidar. Mas este acontecimento, deve-nos convocar a todos para que se tenham os planos de ação em catástrofe atualizados, garantindo que estes são conhecidos pela população e para que se realizem simulacros, sendo estes essenciais, dadas as características geológicas da nossa região. Todavia, estou convicta que todos aqueles que desde o primeiro dia e que diariamente estão no terreno aos que acompanham a primeira linha toda a situação ou aqueles que têm que tomar decisões diárias para fazer face a toda esta situação aos mais variados níveis têm dado o seu melhor, demonstrando uma enorme capacidade de trabalho, de entrega e um grande espírito de equipa. A todos, uma palavra de profundo agradecimento e reconhecimento, mas também a todos os jorgenses pela sua tenacidade.

Deputado Rui Martins: Muito bem!

A Oradora: 32 dias após o início desta crise sismo-vulcânica, resta-me manter a fé e a esperança em dias melhores para a minha ilha, contando com o essencial: com a ciência, com a dedicação de todos os envolvidos e a monitorização constante, com a parte operacional, àqueles que compete essa parte em plena articulação e para dar a devida resposta ao socorro das populações e com o apoio público das autoridades locais, regionais e nacionais. Estamos hoje mais bem preparados para enfrentar a força do dragão adormecido, preparados para o pior, esperando o melhor, é esse também o nosso mote. Muito obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentada a declaração política, e estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor. Tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco: Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do governo. O CHEGA, neste momento difícil que não passou (que não passou), associa-se e manda um abraço, através dos nossos deputados regionais da ilha de S. Jorge, através dos nossos governantes, a toda a população de S. Jorge. Não é fácil viver-se, e há alguns anos em S. Miguel, que em nada se compara, tivemos uma crise sísmica e vi os meus vizinhos a viverem momentos de pânico. Cada um lida com as coisas com a forma que sabe lidar: uns de uma forma mais fria, mais racional, outros de uma forma mais emotiva... enfim... agora, que não é fácil estar, Sra. Deputada, numa situação destas, não é fácil. E os Jorgenses, aqui quero também, em nome do CHEGA, dizer que nós estamos solidários, nós estamos solidários também com os Açores. Nós vivemos numa região vulcânica, infelizmente, a ciência ainda não nos consegue acudir, ou prevenir, ou nos alertar com a devida antecedência. Nós vivemos até de forma, enfim, pacífica com tudo isto, mas a verdade é isto. Também, para além deste voto de solidariedade, gostaria de deixar a todos os Jorgenses e a todos os Açorianos, neste momento difícil, manifestar o repúdio por algumas informações, enfim, de alguma comunicação social que, às vezes, em vez de ajudar, simplesmente está a denegrir a imagem dos Açores. Quer dizer, eu não posso obrigar a ninguém que está no Continente que perceba o

que é que são as ilhas dos Açores. Deviam saber, aprende-se nas escolas, mas não os posso obrigar. Não os posso obrigar a uma série de coisas. Ontem, na televisão, eu vi a seguinte notícia: "houve um sismo de 3.2, a não sei a quantos quilómetros da ilha de S. Miguel e, até ao momento, não há registo de danos materiais e humanos", isto é o tipo de informação que nós não precisamos, porque quem não sabe, isto, o que é, nem percebe do que é que estamos a falar, fica com a ideia de que isto, a qualquer altura, pode cair tudo e até podem morrer pessoas. Eu acho que os jornalistas... não os nossos jornalistas, que estão muito acostumados a trabalhar com isto, mas os jornalistas das televisões nacionais, que chegam a casa de todo o país e estrangeiro, deviam ter muito cuidado no tipo de informação que estão a transmitir, porque isto não é bom para os Açores a nenhum nível, e especialmente agora que estamos, enfim, a sair desta pandemia, nós precisamos que as pessoas nos visitem, que as pessoas para cá venham e que sintam segurança nisto. Este tipo de informação só faz afastar dos Açores, e daqui, o CHEGA deixa o seu repúdio por este péssimo jornalismo que se pratica em Portugal. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, para encerrar a declaração política, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo. Esta declaração política, como não podia deixar de ser, abordou a questão que estamos a viver na ilha de S. Jorge. A verdade é que hoje já temos menos sismicidade registada. A situação, claro que ainda é preocupante, mas não ao nível dos primeiros dias e, aos poucos, acreditamos que iremos retomar a nossa normalidade e que a ilha irá viver como vivia antes do dia 19 de março. Quero, e para finalizar, também agradecer, uma palavra de agradecimento. Já o fiz naquela tribuna, mas também nunca é demais fazê-lo, a todos aqueles que têm colaborado, quer no terreno, quer a acompanhar a situação, quer na

tomada de decisão... a todos, por parte do grupo parlamentar, o nosso muito obrigado, porque, realmente, é um alento muito importante neste período mais difícil. Quanto aos órgãos de comunicação social, e já que foi mencionado não posso deixar também de dizer e agradecer o trabalho que tem sido e que foi desenvolvido pelos órgãos de comunicação social, principalmente os regionais, a verdade é que a própria RTP Açores, a Antena 1 e outros estiveram sempre presentes no terreno. Claro que, muitas vezes, infelizmente, surgiram informações que não eram as corretas, mas os nossos órgãos regionais, a verdade é que têm tido um papel muito, muito importante na transmissão daquela que é a informação a todos os açorianos, a quem está fora, a quem está no Continente, a quem está na diáspora, e tem um papel fundamental de fazer chegar essa informação fidedigna a todos, numa sociedade cada vez mais global, em que todos nós temos acesso cada vez mais a informação. Claro que, dentro dessa informação, temos melhor e pior informação. Mas tenho que deixar este reconhecimento a todos aqueles que têm acompanhado e que têm transmitido de uma forma fidedigna tudo aquilo que se tem passado na ilha de S. Jorge a todos os açorianos, mas também a quem está fora da região. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está encerrada esta declaração política. Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...

Deputado António Lima: Sr. Presidente, uma interpelação, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente da Assembleia: É regimental, está concedido. Eu pedia à conferência de líderes que se abeirasse da mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, o intervalo regimental está concedido e regressamos às 12h50.

Eram 12 horas e 20 minutos.

Presidente da Assembleia: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Sr. Deputado Nuno Barata pede a palavra para?

Deputado Nuno Barata: Interpelação, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Faz favor.

Deputado Nuno Barata: É para pedir um intervalo regimental de 15 minutos

Presidente da Assembleia: É regimental, está concedido. Vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço, regressamos às 15, com a agenda.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade às votações relativas ao Projeto de Decreto Legislativo Regional, n.º 44/XII - Regime Jurídico de Transporte de Animais de Produção da Região Autónoma dos Açores. Encerramos ontem as nossas votações no art.º 9.º, n.º 1, que tinha duas propostas de alteração que foram votadas e rejeitadas. Avançamos para a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 2, do art.º 9.º. Está à votação, a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 2, do art.º 9.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam,

façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação teve uma votação de empate, com 25 votos à favor de PS, 2 do BE e 1 do PAN. 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do deputado independente.

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado João Bruto da Costa...

Deputado João Bruto da Costa: Sr. Presidente, eu penso que são 24 do PS.

Presidente da Assembleia: Ok, 24... pode repetir o anúncio.

Secretário da Assembleia: Peço desculpa, vou repetir. A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 24 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 9.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O art.º 9.º colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Passamos ao art.º 10.º. A primeira proposta de alteração é apresentada pelo Bloco de Esquerda. Coloco à votação, a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, o art.º 10.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 24 à favor do PS, 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação proposta de alteração apresentada ao art.º 10.º pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o

favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 1 voto à favor do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 10.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O art.º 10.º, colocado à votação, foi aprovado, com 24 votos à favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 2 contra do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, os dois próximos artigos, 11.º e 12.º, não foram alvo de propostas de alteração. Podemos votá-los em conjunto? Estão à votação o art.º 11.º e 12.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: Os artigos colocados à votação, foram aprovados, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PAN de um art.º 12.ºA. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi rejeitada, com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 13.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O art.º 13.º, colocado à votação, foi aprovado, com 24 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. E 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao art.º 14.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 24 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao art.º 14.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento de uma alínea i) apresentada pelo PAN ao art.º 14.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi rejeitada, com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 14.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O art.º 14.º, colocado à votação, foi aprovado, com 24 votos à favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. E 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento... Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra, faz favor.

Deputado João Bruto da Costa: Sr. Presidente, para solicitar que o n.º 2 desta proposta de aditamento do art.º 14.º A, seja votado em separado. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Então, colocarei, exatamente, esse n.º 2, do art.º 14.º A, proposta de aditamento apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi rejeitada, com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. E 1 voto à favor do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação os restantes números do art.º 14.º A, apresentado pelo PAN. Portanto, os números 1), 3) e 4). As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: Os números 1), 3) e 4), do art.º 14.º A, foram aprovados, com 24 votos à favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do deputado independente. E 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 15.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O art.º 15.º colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao art.º 16.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 24 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 16.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O art.º 16.º, colocado à votação, foi aprovado, com 24 votos à favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. E 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação as propostas de aditamento apresentadas pelo PAN ao art.º 17.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor... Sr. Deputado João Bruto da Costa, faz favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Sr. Presidente relativamente a esta proposta de alteração do PAN para o art.º 17.º, nós queríamos votar em separado o ponto 1), o ponto 2), as alíneas g), h), i) e j) do n.º 7, que pode ser em bloco, mas, separado do restante... e o n.º 9, também, em separado. Podem ser todas em bloco, estas que eu referi, mas, separadas dos restantes números. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Vamos lá ver se eu percebi. Os n.ºs 1) e 2) podem ser colocados a votação em conjunto?

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** 1), 2) e o 9)... Já agora, as alíneas g), h), i) e j).

Presidente da Assembleia: Portanto, essas em separado, também. Então, coloco à votação o n.º 1), o n.º 2) e o n.º 9) à votação em bloco, pode ser? Não há oposição da Câmara? Estão à votação as propostas de aditamento do n.º 1), do n.º 2) e do n.º 9), ao art.º 17.º, apresentadas pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: As propostas de aditamento ao n.º 1), 2) e 9), do art.º 17.º, foram rejeitadas, com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco, agora, à votação as alíneas g), h), i) e j) do n.º 7. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: As alíneas colocadas à votação, foram rejeitadas, com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco, agora, à votação as propostas de aditamento do n.º 3), 4), 5), 6), as alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 7, e a proposta de aditamento do n.º 8) e do n.º 10). As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: As propostas de aditamento colocadas à votação, foram aprovadas, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco, agora, à votação o art.º 17.º com estas propostas de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O art.º 17.º colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Os artigos 18.º, 19.º e 20.º, não foram alvo de propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto? As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: Os artigos colocados à votação, foram aprovados, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao anexo 3 do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e os Srs. Deputados que vota contra, faça favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, com 24 votos à favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Votação final global. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII, foi aprovado em votação final global, com 24 votos à favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do deputado independente. 2 votos contra do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Sra. Deputada Alexandra Manes pede a palavra para? Uma declaração de voto. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. O Grupo Parlamentar do Bloco de esquerda

acredita que o bem-estar animal deve ser constantemente melhorado, através de avanços legislativos ambiciosos e da alocação de mais recursos adequados. Esperamos que a votação na especialidade tornasse essa proposta num verdadeiro avanço, no que respeita ao bem-estar animal. Infelizmente, isso não aconteceu. O Bloco apresentou um conjunto de propostas de alteração para que fosse possível salvaguardar, neste regime jurídico, a defesa pelos direitos dos animais. Infelizmente, a maioria foi rejeitada e, assim, não se aproveitou esta oportunidade de fazer a diferença nesta área. É verdade que exigimos a relevância animal, mas, exigimos uma relevância com consequências práticas e, infelizmente, isso não se verifica com a aprovação deste regime jurídico. Perde-se hoje, nesta casa, uma oportunidade de fazermos mais, de fazermos melhor e sermos, realmente, uma região pioneira no bem-estar animal. Sr. Secretário, foram os partidos que sustentam o seu Governo que não fizeram isto. A utilização de choques elétricos e a permissão que animais doentes e/ou lesionados, sejam expostos à dureza de horas de embarque não se coaduna com o bem-estar animal. Muito pelo contrário. Trata-se da manutenção de práticas condenáveis. Dizer que este regime jurídico é melhor do que nada, é ceder a uma ideia falaciosa de que se fez o máximo possível. Mas, a realidade, mas, a realidade, é que tivemos aqui a oportunidade de fazer mais. Mas, não houve vontade política para se alcançar este objetivo. Bem sabemos que o caminho faz-se caminhando, no entanto, já era tempo de darmos o salto das palavras aos atos, coisa que não se verifica com a aprovação deste diploma, que, claramente, não salvaguarda o bem-estar animal.

Deputado João Bruto da Costa: Não apoiado!

Deputado Bruno Belo: Salvaguarda, sim senhora!

A Oradora: Na verdade, esta proposta é sinónimo de tudo pode acontecer, inclui o nada pode acontecer, palavras proferidas pelo Sr. Presidente do Governo Regional. Neste caso, ficou tudo na mesma. Fica aqui hoje, bem claro, quem realmente quer fazer a diferença nesta matéria e quem apenas

quer iludir uma ideia de bem-estar animal, que, na realidade, não se irá concretizar.

Deputado Bruno Belo: Não apoiado!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está hoje, como esteve e estará, pela defesa dos animais, mas de uma forma consequente. Esta proposta não reflete o caminho que defendemos.

Deputado Bruno Belo: Como os outros todos!

A Oradora: Os animais merecem mais e melhor. Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sr. Deputado Luís Soares, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares:** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, congratulo o facto deste diploma ter sido aqui aprovado nesta Câmara. O voto dos partidos, dependendo do seu sentido, afirmam a sua posição sobre uma matéria tão importante para o setor agrícola e para os criadores de animais.

Deputado Flávio Soares: Muito bem!

O Orador: Congratulo todas as propostas de alteração apresentadas pelos vários partidos, resultado do empenho e diligência em todos quantos quiseram contribuir para tornar este diploma mais adequado e proporcional à realidade açoriana. Todas as propostas de alteração apresentadas, não tenho dúvidas, foram com o intuito de melhorar o diploma e o seu objeto, inclusive, aquelas que não mereceram aprovação neste plenário. O diploma aqui aprovado será uma mais-valia para o estabelecimento de negócios entre as várias ilhas, para a necessária regulação do transporte de animais vivos por via marítima, quer por via terrestre, assegurando as melhorias nas condições do bem-estar animal, sem prejudicar o rendimento dos produtores. Este é o primeiro diploma que versa o transporte de animais de produção na Região Autónoma dos Açores. É, assim, pioneiro, numa matéria tão importante,

diria, fundamental para a economia da Região Autónoma que é a atividade agrícola, convergindo para as questões do bem-estar animal e salvaguardando a sua dignidade.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: É, assim, benéfico para todos os intervenientes do setor do transporte dos animais de produção, para os produtores, para os transportadores, para os tratadores, para as entidades fiscalizadoras e, principalmente, para os animais transportados. Ainda que, no futuro, e como qualquer diploma legal, este venha a ter que sofrer alterações e atualizações, o regime jurídico aqui aprovado, não perde a sua originalidade nem o seu objeto e permite-nos ter tempo para nos prepararmos para uma evolução do setor do transporte de animais de produção que se quer cada vez mais positiva, coesa e convergente com as normas e diretivas nacionais e comunitárias que venham a ser emanadas. Disse.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. O bem-estar animal foi uma preocupação constante de Governos anteriores, garantindo que fosse cumprido o bem-estar de animais transportados, quer por via terrestre ou via marítima, entre as ilhas dos Açores e entre os Açores e o continente europeu e não só. Com a aprovação do presente regime jurídico e com as propostas que foram apresentadas pelos Grupos Parlamentares e representação parlamentar e que traduzem a preocupação de todos nesta matéria, destacamos aquelas que, no

momento em que nos encontramos, impedem o aumento imediato dos custos aos produtores. Ficaremos atentos às alterações da União Europeia, que, caso orientem para o aumento da área por animal, estaremos cá para assumir as alterações que forem necessárias, se tal houver, para isso, entendimento. Chamamos ainda a atenção, para a necessidade de adaptação, em seis meses, dos portos da região, para o cumprimento integral das normas aprovadas hoje. Ainda em tempo, aproveito para referir que, com a aprovação do presente regime jurídico e, muito em particular, no caso da Ilha das Flores, com o aumento no número de animais de carne, uma vez que, por incentivos oportunistas, levaram ao afastamento dos produtores de leite e inevitável fecho da cooperativa,...

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: ... teremos que estar ainda mais atentos ao cumprimento do diploma que hoje aprovamos. Mas, sobre o regime jurídico de transporte marítimo de animais vivos que hoje aprovamos, com o voto favorável do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, demos o devido enquadramento jurídico ao tratamento e cuidado a ter com a condição de bem-estar animal, com a atenção devida às regras a ter com as operações de cargas e descargas dos animais, dos contentores, com a preocupação das rampas e plataformas elevatórias, com os sistemas de plataformas e demais condições gerais aplicáveis, ao transporte de animais de produção. Contudo, neste momento, e recorrendo, novamente, à Ilha das Flores, se, porventura, este diploma entrasse já hoje em vigor, faltaria o navio para realizar este transporte.

(Risos do Deputados Bruno Belo)

Uma vez que este Governo não acautelou, atempadamente, a substituição do navio fiscal do porto naval do porto das Flores, mesmo assim, o diploma mereceu o voto favorável do Partido Socialista, na esperança de que as

viagens retornem no mais curto espaço de tempo e que este regime jurídico seja aplicado, também, nas Flores, que, também, são Açores. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Como nós sabemos no Corvo e, também, na Ilha das Flores, continua a ter uma importância fundamental o transporte de animais. Ao longo deste ano, registaram-se avanços muito significativos em relação às condições em que esse mesmo transporte se realizou,..

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

O Orador: ... não só em relação às condições, como, também, ao período em que ele foi feito.

Deputado Bruno Belo: Exatamente!

O Orador: Em anos anteriores, os atrasos foram de 3 meses em relação àquele que era o período em que deveria ter sido feito.

Deputado Carlos Freitas: Muito bem!

O Orador: Eu, este ano, posso dizer que o fizemos com vários meses de antecedência e com muito maior eficácia em relação ao período do anterior Governo, que foi garantido pelo anterior Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Eu só faço esta referência para repor a verdade. Foi um sucesso o transporte de animais vivos, a partir das Flores e do Corvo, nada de comparável com o que acontecia anteriormente. Nada comparável. E, uma parte significativa

desse transporte, vá-se lá saber com quê, por quem, qual foi o navio? Pelo Thor! Pelo Thor....,

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

Orador: ... que transportou, aliás, mais animais das Flores do que do Corvo. Foi um sucesso, transportou os animais do Corvo, no período que estava previsto, com 3 meses de antecedência, em relação ao que tinha sucedido nos anos anteriores e também os das Flores. Portanto, em relação a esta matéria, não há nada de comparável, é tudo diferente, mas, é tudo diferente para melhor no âmbito daquilo que aconteceu este ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Finalmente, para que não fiquem preocupações para quem está e termino Sr. Presidente, para quem está a seguir esta sessão, a questão do transporte para as Flores está resolvida. O Governo Regional já diligenciou nesse sentido. Nada tem a ver a regularidade que está garantida, agora, para o grupo ocidental com o que se estava a passar anteriormente. Também, mais uma vez, qualquer tipo de comparação é absolutamente hipócrita e não tem qualquer base real.

Deputado Carlos Silva: Que o diga Mota Borges!

O Orador: Neste diploma, o que é importante, é referenciar que foi possível encontrar aqui consensos fora do radicalismo de alguns. O radicalismo que evita que se encontrem soluções e que se possa avançar. É muito importante, quando vários Grupos Parlamentares, como aqui aconteceu, com sentido de responsabilidade, fizeram avançar esta matéria para níveis nunca antes alcançados nos Açores. Essa é que é a verdade. Se fosse a vontade de alguns radicais pois não se faria nenhuma alteração e não se procedia a avanços muito significativos nesta matéria.

Deputada Alexandra Manes: E os taxistas, não disse aqui que eram nazis!

O Orador: É, por isso, de saudar as propostas de vários Grupos Parlamentares e os consensos que aqui foram alcançados, que permitiram avanços muito significativos contra à vontade daqueles que nada queriam fazer, que não queriam alterar coisa nenhuma para continuarem, pura e simplesmente, a protestar sem resolver, sem melhorar, as condições de transporte dos animais. Essa é que é a verdade.

Deputada Alexandra Manes: Não, não! Apresentámos aqui propostas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Tem, agora, a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. O Grupo Parlamentar do CDS votou favoravelmente este diploma, porque consideramos que é um diploma que introduz melhorias significativas e um enquadramento legal para o transporte de animais marítimo e terrestre e consideramos que, efetivamente, se calhar, neste diploma faltaria uma alínea sobre a contratação de embarcações, eventualmente, definição de linhas, porque, agora, parece que se pode fazer tudo em todos os diplomas. O “CEDO” também já é para unhas encravadas e dores de dentes e, por isso, talvez, seja esse o precedente que se abriu com estes documentos. De qualquer das formas, gostaria de dizer que este documento contribuiu com amplos contributos de vários partidos e, também, importa salientar que, antes de partidos mais radicais, ou outros, até, mais ou menos monotemáticos que deixaram de o ser, também, mas que, talvez, tenham iniciado o seu trajeto político assim, já havia outros partidos com preocupações no bem-estar animal...

Deputado Pedro Pinto: E bem!

O Orador: ... e a prova disso é a origem deste diploma que aqui votámos hoje. E, ao contrário daquilo que foi, a mensagem que se tentou fazer passar por outros partidos, a realidade é que este diploma foi aprovado por uma ampla maioria e, só para salientar, que não podemos estar todos errados e há aqui um Grupo Parlamentar que é o dono da verdade, e isso, julgo que ficou bem patente nesta votação final, em que há uma ampla maioria que aprovou este diploma e isso é de saudar e julgo que todos contribuímos para a melhoria e para dar passos significativos no bem-estar animal, no transporte de animais, tanto marítimo como terrestre, na Região Autónoma dos Açores. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado. Sra. Presidência, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Eu não ia fazer declaração de voto, mas, obviamente, senti-me impelido depois de ouvir aqui o meu colega, deputado do CDS, Rui Martins. Isto porque, o PAN absteve-se, o PAN que é um partido que nunca foi monotemático, basta fazer o trabalho de casa e ver o manifesto desde 2011, para saber que nós temos várias preocupações, só que, tínhamos, também, coisa que faltava aos outros partidos, uma preocupação, neste caso, mais da parte animal do que os outros partidos.

Deputado Pedro Pinto: Olha a presunção!

O Orador: Não quer dizer, à partida, que os outros partidos não tivessem, mas, basta ver, também, o histórico para ver a evolução sobre os direitos dos animais durante anos em todas estas Assembleias de Portugal - Assembleias

Legislativas. E, por isso, é que nos abstivemo-nos, porque, algo muito simples, achamos, à partida, que não evoluímos o suficiente com este regime. Nós tentámos com várias propostas de alteração, algumas foram aprovadas, agora, as que podíamos mudar de página, essas foram todas chumbadas de forma da larga maioria. A larga maioria, não quer dizer que a larga maioria tenha razão. Tem mais votos, mas não quer dizer que tenha razão. O futuro é que nos dá razão e, neste caso, a comissão Europeia vai dar razão ao PAN, para o ano e, por isso, é que nós abstivemo-nos e para o ano estaremos aqui, novamente, para verificar se é a maioria que tem razão ou, se calhar, é um aprofundamento um pouco mais devoluto daquilo que nós necessitamos. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Parecendo não haver vamos dar por encerrado este ponto terceiro da nossa ordem de trabalhos e avançamos para o ponto quatro da nossa agenda. Proposta de Decreto Legislativo Regional 25/XII que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional. É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Uma breve apresentação a este diploma, embora, ele seja, de alguma forma, já habitual vir a esta casa, na atualização que teremos que fazer, em relação à remuneração complementar regional, pois que, tendo sido criado em 2000, já foi objeto de 16 alterações ao longo dos anos.

A esse respeito, gostaria de fazer aqui uma pequena contextualização relativamente à remuneração complementar. O combate aos custos da insularidade pela via fiscal faz-se, pelo menos, há 35 anos. Foi em 1987 que,

pela primeira vez, tivemos taxas do IVA reduzidas àquilo que se passava no plano nacional. Depois, em 98, tivemos a Lei das Finanças das Regiões Autónomas do Engenheiro António Guterres com o Dr. António Sousa Franco, já falecido, como Ministro das Finanças, que foi um passo muito importante nesta abordagem, nesta e em várias outras. Por um lado, trouxe estabilidade àquilo que era o relacionamento financeiro entre a República e a Região e isto foi de forma perene. Por outro lado, num momento, à data de 1998, através dessa Lei e, através das decisões políticas tomadas então, reduziu-se a dívida da saúde que a região tinha a zero, portanto, o contador da dívida da saúde passou a zero e a dívida global, o stock de dívida da região, também foi substancialmente reduzido. Nessa altura, também, foi permitido, pela primeira vez, um diferencial fiscal de 30%... já lá chegamos... um diferencial fiscal... estou a contextualizar Sr. Deputado António, vai perceber já de seguida. O contexto é este vai já perceber porquê. Porque em 98, também, foi através da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, pela primeira vez, aberta a possibilidade de se fazer a redução fiscal nos Açores, e isto aconteceu, depois, subsequentemente, através da iniciativa legislativa deste Parlamento Regional. E, através de Decretos Legislativos Regionais foi aproveitada esta faculdade de, não só no âmbito do IVA, mas, também, no âmbito dos outros impostos e, nomeadamente, do IRC e o IRS, podermos fazer a redução fiscal. E é por este contexto que eu quero explicar a razão de ser da remuneração complementar, do acréscimo ao salário mínimo e do complemento de pensão. É que estas abordagens regionais do complemento de pensão, do acréscimo ao salário mínimo e da remuneração complementar, têm a ver com o quê? Têm a ver com a necessidade de atingirmos outros públicos que não eram beneficiados pela via fiscal. Quer isto dizer que a abordagem fiscal de atenuação dos custos da insularidade através da diminuição das taxas do IVA, IRC e IRS para algumas classes sociais dos Açores e profissionais, não beneficiavam com essa diminuição, nomeadamente, em sede de IRS. E, é por isso que, no ano de 2000, em

janeiro de 2000, é aprovada nesta casa, pela primeira vez, a resposta a esta situação que não considerava todos por igual na atenuação dos custos da insularidade por via fiscal, exatamente, para aqueles que não eram objeto de IRS por os seus rendimentos serem demasiado baixos. É por isso que se criou o complemento regional de pensão, é por isso que se criou o acréscimo ao salário mínimo, e é por isso que se criou a remuneração complementar. Para públicos específicos, naturalmente, o acréscimo ao salário mínimo abrangendo todos aqueles que recebem o salário mínimo, o complemento de pensão, para os pensionistas e a remuneração complementar para o funcionalismo público. E, agora, Sr. Deputado, penso que percebe melhor a contextualização que eu referi, porque, acho que é importante, também, todos estarmos sintonizados com um trajeto importante que se deve ao processo autonómico, se deve ao trabalho desta casa e se deve à preocupação que esta casa teve, independentemente, dos partidos em poder, dar a mão àqueles que, pela via da redução fiscal, não tinham esse benefício no âmbito dos custos da insularidade. E a remuneração complementar, criada em 2020, como disse, foi objeto já de 16 alterações e 16 alterações porquê? Porque teve que responder a mudanças que existiram por via dos orçamentos de estado, por via dos salários mínimos regionais, por via de conjunto de situações que foram sucedendo. E é por isso, também, que vamos aqui propor a 17.^a alteração e o que é que se pretende com esta alteração? Pretende-se, por um lado, atualizar os limites inferiores e superiores de todos os escalões remuneratórios em 0,9% para garantir que nenhum trabalhador desça de escalão e não veja reduzida a sua remuneração relativamente ao que se passava anteriormente e ajustar os limites inferiores e superiores a partir do escalão de 80% para garantir que os trabalhadores se mantêm no escalão atual e ajustar os escalões entre 100, 90 e 85%, evitando que, entre classes profissionais, por exemplo, entre um assistente operacional e um assistente técnico, supostamente, não podemos ter aqui um vencimento de um assistente operacional, em início de carreira, superior ao de um assistente técnico em

início de carreira. É por isso que apresentamos este diploma aqui como os sucessivos Governos foram apresentando para responder tecnicamente a esta situação. Posso dar nota, também, a esta casa que este Decreto Legislativo Regional poderá beneficiar 3.740 trabalhadores na taxa máxima e com efeitos produzidos a partir de 01 de janeiro de 2022. Dito isto, está apresentado o diploma, ficando, naturalmente, à disposição para alguma questão que queiram colocar.

(Aplausos das bancadas das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Secretário Regional, está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições. A mesa já tem uma inscrição, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Francisco Coelho: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo, Sr. Secretário das Finanças, aproveito para o saudar e para o parabenizar pelo seu novo e reforçado cargo e, também (vai, com certeza, compreender-me), para me juntar, porque não resisto e porque é, com certeza, um assunto importante e com história e com evolução nesta casa, a sedimentação dos princípios de diferenciação, pelas duas vias que referiu, quer pela via fiscal, quer pela via da compensação de rendimentos a que chegámos, a que fomos gradualmente consensualizando e, nesse aspeto, é natural que eu me lembre da história, eu que fui, recentemente, reconhecido por chanceler oficial como dinossauro, apesar de ter sido colega de escola do Sr. Secretário Duarte Freitas, ele é ligeiramente mais novo do que eu, é verdade, mas, temos ambos, nesse aspeto, alguma obrigação e, felizmente, alguma memória. E é fundamental percebermos que a autonomia, independentemente da sua história, foi-se progressivamente alargando, generalizando a todas as ilhas e a todas e todos os açorianos. E, foi isso,

gradualmente, que fomos fazendo, com dificuldades, às vezes com dúvidas, às vezes com posições inicialmente não coincidentes. Eu vou privilegiar, não esquecendo a história, aquilo que me parece ser o resultado final, porque é isso que interessa. E, também, aí fazendo justiça à sociedade civil e aos nossos sindicatos. Eu recordaria que, por volta dos anos 80, os sindicatos da função pública começaram a reclamar na região, aquilo a que chamaram, então, de subsídio da insularidade. Foi, na altura, rejeitado neste Parlamento e só numa situação especial de um deputado independente, em que o PSD perdeu, temporariamente, a maioria absoluta, em 1991, foi esse diploma aprovado. E vigorou durante 91, fez 91, 92, 92, creio eu, porque essa passagem e essa alteração de forças terá acontecido em novembro de 91, se bem me lembro. Em 92, tivemos eleições, o Partido Social Democrata venceu-as com maioria absoluta e, houve uma altura, um Decreto Legislativo, relativamente a esse diploma, e há mais alguns, que achou por bem revogar um conjunto de diplomas, na altura, a que alguém chamava “produto da maioria espúria”. E, portanto, tivemos que esperar pela legislatura de 96-2000, quer para adaptar e criar, pela primeira vez, uma lei de finanças regionais, que permitiu a adaptação fiscal, que permitiu a redução de impostos e, ao mesmo tempo, e por quem não beneficiava dessa redução devido aos seus fracos rendimentos e por já estar isento de IRS e, portanto, não beneficiava, através dos complementos de pensão. Quer o Governo de então, quer os Grupos Parlamentares, foram estudando esse assunto e foram sendo feitos progressos, é verdade. E se historicamente temos que atribuir esse primeiro arroubo de compensação aos sindicatos da função pública dos Açores, a verdade, é que, depois, pensou-se estender isso, designadamente, também, aos escalões mais baixos do nosso funcionalismo público, o que acabou por dar a remuneração complementar e, também, por proposta do grupo de trabalho do Governo feito neste Parlamento, não esquecermos os mais idosos, os pensionistas e os reformados com as pensões mais baixas. E acabou por ser nessas 3 frentes, conforme bem referiu o Sr. Secretário, então,

na altura, deputado nesta casa, que se conseguiu ir para esta questão que permanece até hoje e que podemos considerar hoje, nos termos da terceira revisão estatutária, como um adquirido autonómico e para saudar, depois dos acidentes de percurso históricos, aquilo que é verdadeiramente um consenso nesta casa. Gostava de vos garantir que, nestas matérias, os socialistas prescindem bem do sentido de propriedade em nome do adquirido e da consensualidade. É melhor que os adquiridos sejam de todos porque isso será a melhor garantia para eles. É claro que, apesar de tudo, há uma história, não é verdade Sr. Deputado Joaquim Machado? Há pouco viu, um bocadinho com falta de ar, as burcas sanitárias têm destas coisas, mas isso passa, Sr. Deputado. É o meu contributo, em complemento àquilo que o Sr. Secretário das Finanças aqui nos trouxe. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado:** Muito obrigado Sr. Presidente por me conceder a palavra. Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Francisco Coelho, apesar de, também, eu ter sido vítima da doença da moda, não me sinto diminuído na minha capacidade física...

Deputado Francisco Coelho: Nem eu insinuei isso Sr. Deputado.

O Orador: ... nem quanto às faculdades respiratórias.

Deputado Francisco Coelho: Nem outras!

O Orador: E ainda que a máscara continue a ser um incómodo, creio que, para alguns, é uma vantagem.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Para mim, confesso, com toda a sinceridade, que não é vantagem, não é vantagem, mas, também, não é dificuldade e, portanto, V. Exa. enganou-se redondamente quando me viu com dificuldades respiratórias. A sua intervenção suscitou a minha participação no debate, não esta parte, digamos, pneumónica, porque ela, de facto, não tem qualquer relevância, mas, antes, para dar conta de duas coisas que me parecem importantes. A história deve-se fazer de forma completa, não de uma forma seletiva nem submetendo-a a qualquer tipo de reinscrição. Indo por partes, o PSD sempre teve o entendimento de que o combate aos custos da insularidade se devia fazer pela via fiscal. Desde logo, pela circunstância de esse ser o caminho que abrange, efetivamente, todos os açorianos e não apenas para aqueles que, sendo funcionários públicos, beneficiam da remuneração complementar. É verdade que há outros instrumentos que compensam outros açorianos, mas, que, ainda assim, continuam a deixar muitos concidadãos nossos da compensação que lhes, também, devia ser devida para suportarem estes sobrecustos que o destino ou a opção determinou que aqui quisessem e pudessem e estejam a viver. Dito isto, também, com a precisão histórica, se deve dizer que a remuneração complementar é devida ao Partido Socialista. Não há nisso, também, qualquer problema de reconhecer, é factual e, portanto, as coisas são como são em virtude de serem assim mesmo, repetindo aqui uma velha expressão de um antigo colega nosso, deputado, que já partiu para o outro destino final. Mas, sobre a remuneração complementar, também, é preciso dizer mais algumas coisas e, porventura, este interregno nos muitos anos que leva de vida política pública, ou, porventura, então, uma coisa que me parece bem mais preocupante, que é ter feito uma revisitação seletiva dos tempos que passaram, lembrar ao Sr. Deputado Francisco Coelho que, por exemplo, entre 2012 e 2016, a remuneração complementar não teve qualquer atualização nos Açores, ainda que, durante esse período, a taxa de inflação registada nos Açores tenha sido superior à nacional. A alusão que fez às reivindicações dos sindicatos que, trazidas aqui ao plenário, por intermédio

de quem aqui tinha assento, foram chumbadas pelas maiorias de, então, do PSD, pois, eu também devo dizer que, neste período de 2012 a 2016, o PS tinha a maioria absoluta e, portanto, tinha todas as condições políticas para decidir aquilo que lhe aprouvesse, mas, nesse período, houve sindicatos a reclamar, houve um sindicato que apresentou uma petição e o Partido Socialista foi insensível a isso. Já agora e, para terminar, uma terceira e última referência. É que este Governo Regional de coligação do PSD, do CDS e do PPM, em dois anos consecutivos, isto é, em 2021 e 2022, fez a atualização da remuneração complementar com o valor percentual de 2,5 em cada um desses anos. E, logo no início deste ano de 2022, na decorrência daquilo que foi a alteração dos vencimentos dos funcionários públicos, determinada pelo Governo da República, em 0,9%, logo se apressou e, bem, a dar resposta com a atualização dos valores da remuneração complementar, por forma a que aqueles funcionários públicos da região que auferem salários mais baixos, pudessem perceber, na totalidade, o valor da remuneração complementar.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Isto, também, diz bem da justiça e da sensibilidade social que este Governo da coligação tem, relativamente a estas matérias.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Portanto, teria sido da sua parte, uma aula de história mais completa, se se tivesse referido a estes termos ou a estes factos que aqui enunciei. Já, agora, e mesmo para terminar, ocorre-me uma coisa que com esta tem relação, que é, este Governo Regional não determinou o aumento da função pública, mas, está decidido e empenhado a atualizar a remuneração complementar. O Governo da República de António Costa fez o aumento do salário mínimo, compensou as empresas do continente por esse facto e esqueceu-se das Regiões Autónomas.

Deputado Miguel Costa: O senhor está quase em Secretário das Finanças!

O Orador: Isso é o centralismo que a anterior ministra, creio que da coesão, chamou de Governo mais centralista de sempre. Espero que o atual, deixe ser o mais centralista de sempre e compense as Regiões Autónomas por esse encargo acrescido que atirou para cima das empresas. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Coelho:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado. Em primeiro lugar, e para ver se nos entendemos, vamos recapitular alguns factos. V. Exa. não negou nenhum dos factos da história que eu referi. Repare que eu, também, na minha intervenção não neguei, por exemplo, por ser um facto histórico, a referência do Sr. Secretário Regional das Finanças, Duarte Freitas, à história do IVA, que, já agora, para ser completo, e se não estou em erro, foi feita, pelo então, Sr. Secretário das Finanças, Álvaro Dâmaso, ainda sem lei das finanças regionais, é verdade, mas que permitia, na prática, uma primeira diferenciação. E a história da evolução destes complementos é, efetivamente, Sr. Deputado Joaquim Machado, aquela que eu referi, tendo, também, saudado a sedimentação que é, ao longo da história, das posições e a consensualidade que hoje há nesta Câmara incluindo, naturalmente, a bancada do PSD acerca destes assuntos. Mas, a história é história, Sr. Deputado, como V. Exa. muito bem sabe, até por formação académica e profissão de que sei gostar. Mas, repare, Sr. Deputado, a história e as pessoas têm, também, ao longo da história os seus comportamentos legítimos. V. Exa. também teve nesta matéria, olhe, eu recordo-lhe – mão amiga, conforme se

dizia antes e que faz sentido ainda hoje – trouxe uma intervenção feita nesta casa por antigo deputado do PS, António Lopes Gomes, que bem conhece, de maio de 2003 e, à respeito desta revogação, às tantas, lembre-se Sr. Deputado, em 2003, o seguinte: “Assim, e quando o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa terminava a sua intervenção, dizendo que a bancada do PSD estava disposta a revogar tudo o que anteriormente tinha sido aprovado em benefício dos açorianos, ou seja, os já referidos decretos, respondia o então subsecretário regional da comunicação social, Joaquim Machado, hoje ilustre deputado, em 2003, como hoje, de mal. Acrescentava o Presidente do Governo Regional, Mota Amaral, ao mesmo tempo que se ria, mal, todo o mal será revogado.” Escusado será dizer que se estava a referir, também, à revogação da mencionada remuneração complementar. Eu folgo muito e folgo, sincera e verdadeiramente, por hoje ninguém achar, creio firmemente na bancada do PSD, que a remuneração complementar é algo de mal. Isto é um facto histórico e é um facto indesmentível. Ponhamos a tónica no essencial. É mais importante a posição atual do que a posição histórica, mas, também, não vamos negar a posição histórica. A respeito da burca sanitária, Sr. Deputado, V. Exa. usará a sua como melhor lhe aprouver. Alias, eu diria, mesmo, cada um compra os espelhos que quer e que pode, mas eu, lembrar-lhe-ia, a este respeito, e a respeito de espelhos, é preciso lembrar sempre o precedente do narciso, murchou. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sabrina Furtado:** Obrigada Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sra. e Srs. membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados. Antes de entrar nesta aula de história, apesar de estar longe de ser algum dinossauro e de, obviamente, haver coisas que eu própria não consigo pesquisar e que apenas

se registam nas memórias de alguns, mas, é sempre um gosto ouvir-vos e aprender convosco, não posso deixar de fazer alguns registos. Primeiro, congratular, obviamente, o Governo Regional e, nomeadamente, o Sr. Secretário das Finanças, Duarte Freitas, por não ter feito esta atualização à luz de uma régua e esquadro e tendo o cuidado de analisar todos os limites dos escalões, os superiores, os inferiores, a ver se alguém, quando passasse de escalão, se não ficaria a ganhar menos do que no ano anterior, parece-me bastante importe. Além de que, e ainda não foi aqui falado, a importância do n.º 2, do art.º 11.º da mesma republicação, que garante que, além da remuneração complementar, esta própria pode ser acrescida em 25% para que eventuais retenções na fonte de IRS não prejudiquem a medida em si. Por isso, está de parabéns, obviamente, o Governo Regional dos Açores e, obviamente, eu tenho que dar, Sr. Deputado Francisco Coelho, os parabéns ao Governo em funções, não retirando qualquer propriedade ao Partido Socialista e, muito menos, obviamente, a alguém da bancada do PSD acharia, no seu perfeito juízo, que a remuneração complementar podia ser alguma coisa má. Mas, como diz, e usando as suas próprias palavras, uma coisa é a posição atual e factual sobre o que estamos aqui a discutir e outra coisa é a posição histórica. E foi aqui recordado, e bem, pelo Sr. Deputado Joaquim Machado que, entre 2012 e 2016, a remuneração complementar nos Açores esteve congelada e poderiam, eventualmente, algumas cabeças mais imaginativas, dizer que a culpa era do mesmo de sempre, a culpa seria do papão Passos Coelho. Mas, de facto, desta vez, a culpa não é do papão Passos Coelho, porque, em maio de 2012, lê-se em todos os jornais da região “Lisboa resgata Açores com assistência financeira que pode chegar aos 185 milhões de euros”. Isto é ser rigoroso com a história,...

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

A Oradora: ... mas, a mim, que sou um bocado mais jovem, confesso que me faz alguma confusão um pormenor – e, já agora, agradecia que alguém me explicasse. Nós tínhamos um Governo que todos os dias dizia que os

Açores estavam extremamente confortáveis financeiramente e, até houve a celebre palavra *superavit* extremamente repetida, que nós todos nos recordamos. Mas, depois, o mesmo Governo é aquele que diz que a região não sofreu qualquer assistência imposta pela Troika,...

Deputado Francisco Coelho: E é verdade!

A Oradora: ... mas, depois, pede assistência financeira de 185 milhões de euros que obriga a congelar a remuneração complementar e todos os outros apoios sociais.

Deputado Bruto da Costa: Bem lembrado.

A Oradora: Mas, mesmo que não fosse suficiente e, agora, termino, porque há pormenores, de facto, nas aulas de história pelos quais eu tenho muito carinho, este é um deles, e volto a repetir, para quem quiser ouvir, os Açores pediram um resgate de 185 milhões de euros que fizeram congelar todos os apoios sociais entre 2012 e 2016, à República.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Foi assim que a região andou, foi de mão estendida, apesar de, em todos os jornais, dizer que estava com as finanças em estado bastante saudável. Mas, não sendo suficiente, nomeadamente, o PSD trouxe inúmeras vezes, durante este tempo, a esta casa e a este Parlamento várias propostas para que se atualizasse e aumentasse a remuneração complementar, e, no fim de 2018, volta a ler-se – e peço outra vez a sua ajuda, Sr. Deputado Francisco Coelho, para que eu consiga compreender factualmente a história – nos jornais da Região “Parlamento dos Açores chumba propostas de atualização da remuneração complementar”, sendo que o Partido Socialista tem maioria absoluta. Não entendo a coerência de todos esses factos históricos e se alguém me explicar, eu agradeço. Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. Eu peço a palavra para participar neste debate para, em primeiro lugar, confessar que já aprendi.

Deputado Paulo Estêvão: É uma nova vida! Não se farta de aprender, Sr. Deputado!

O Orador: Já aprendi hoje aqui alguma coisa pelas intervenções do Sr. Deputado Francisco Coelho e do Sr. Deputado Joaquim Machado. E peço para intervir, sobretudo, porque, a última intervenção da Sra. Deputada Sabrina Furtado suscita-me alguns apelos à memória e, talvez, algumas recomendações que, espero, Sra. Deputada, não me leve à mal. Em primeiro lugar, talvez lhe recomendasse que, ao invés de se ficar pelo título do jornal, pudesse, talvez, consultar a documentação que o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, tiveram a oportunidade de, nesse período a que fez referência, **publicar** em relação à situação das finanças públicas da Região Autónoma dos Açores. E, por aí concluirá que não é verdade aquilo que este título do jornal indicia.

Deputado João Bruto da Costa: Ah, mas eu tenho aqui!

O Orador: É verdade que foi assinado um memorando de entendimento, aliás, bastante debatido e dissecado na campanha eleitoral de 2012 – na qual a Sra. Secretária Regional dos Transportes e eu próprio tivemos a oportunidade de trocar argumentos, permitam-me, também, fazer um bocadinho de apelo à memória histórica - e, portanto, verá que não é bem assim. A segunda questão tem a ver com aquilo que V. Exa. invocou como grande problema do congelamento da remuneração complementar. Eu gostava de relembrar que, no período da Troika, exatamente, 2011, 2012, os Açores tiveram a oportunidade, - e, por isso, tivemos o ato inédito de ter um orçamento, o de 2014, com um pedido de fiscalização preventiva da constitucionalidade -, de

criar outras medidas compensatórias, nomeadamente, para a função pública que foram, no fundo, aquela resposta que demos de compensação à grande questão do cortes que o Governo da República de então entendeu fazer e,...

Deputado João Bruto da Costa: Seja rigoroso!

O Orador: ... até, não foi apenas uma questão de legitimidade, foi uma assunção clara de que foi mais além. Mas, não é por aí que eu gostaria de ir. Dizer, pura e simplesmente, “bom, mas foi suspensa a remuneração complementar”, não falando e não revelando que, no lugar da remuneração complementar, houve uma coisa que se chamou, salvo erro, a remuneração compensatória que cobriu essa questão dos cortes, parece-me que há, no mínimo, uma falha grave de memória. Mas, esta discussão em que aqui estamos não é apenas uma discussão quanto à relevância histórica desta proposta. Ela tem, também, um significado político atual. E tem um significado político atual face a algo que, muito recentemente, depois de um ano e meio de funções, o Governo Regional tem ensaiado, mas, que, foi desmentido pela intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, quando enalteceu o sentido social e de assunção clara de que este Governo faz aquilo que é necessário fazer - registe-se, não aquilo que pode fazer, mas aquilo que é necessário fazer, para corresponder à questão da atualização da remuneração complementar. Dizia eu, esta proposta tem, também, um significado político atual, que é o de constituir um dos mais eficazes e cruéis desmentidos à invocação da pesada herança que este Governo recebeu, em termos de finanças públicas, do Governo anterior. Porque, este é mais um exemplo. Nós estamos de acordo com a proposta, mas, não é possível, ao mesmo tempo, invocar uma coisa e invocar outra. Os Srs. apresentam essa proposta nos termos e na dimensão...

Deputado Joaquim Machado: O senhor é que está se a contradizer! Ainda ontem disse isso!

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado Joaquim Machado, tenha calma... Os Srs. fazem esta proposta na dimensão que entendem justa, que entendem

adequada e isso tem o significado político de dizer que têm condições de fazer a proposta na dimensão que, efetivamente, entendem justa e entendem adequada. Mas, há outra questão, que desmente também, que não está em discussão neste momento, mas que eu não posso *ad latere* poder invocar, porque, também, já foi invocada aqui, nomeadamente, pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, quando invocou a questão da redução fiscal e que é, efetivamente, a redução fiscal que constitui mais um desmentido à pesada herança que este Governo, registre-se, só muito recentemente - ainda ontem o Sr. Presidente do Governo, na sua prestação televisiva começou a invocar a pesada herança.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Srs. Deputados, reduzir os impostos que os Srs. aceitaram fazer e apresentar este tipo proposta, é, afinal, o reconhecimento que a herança que os Srs. receberam, permitiu reduzir os impostos e permite criar esse tipo de medidas de apoio social. É o desmentido da desculpa esfarrapada que os Srs. têm ensaiado nos últimos dias. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sabrina Furtado:** Obrigada Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é para mim uma honra merecer a primeira vez que se levanta num ano e meio para fazer algum tipo de debate comigo e ainda mais...

Deputado Miguel Costa: A senhora é que se levantou há pouco.

A Oradora: ... é uma honra para mim, é uma honra para mim, não estou a ser irónica, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não se enerve.

Deputado Vasco Cordeiro: Sra. Deputada, eu é que achei que devia falar antes que isto acabe...!

A Oradora: Exato, ou antes que se vá embora.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas, não podia, obviamente, deixar passar em claro, algumas coisas que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acabou por dizer, apesar de, mais uma vez, isto hoje, deve ser de mim, com certeza absoluta, é de mim, não ponho a responsabilidade em mais ninguém. O que eu acabo por perceber da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é que não acha bom que se atualize a remuneração complementar, porque, se achasse bom, não usava o argumento de termos dito que recebemos uma pesada herança socialista, apesar de ser verdade, mas que conseguimos contornar porque esta é uma medida prioritária para este Governo e para todos os açorianos. Portanto, o que se conclui é que o Partido Socialista não queria que a remuneração complementar fosse atualizada, nem revista, nem nada que se parecesse. Mas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tanto é pesada a herança, tanto é pesada a herança, que do resgate e da assistência financeira pedida em 2012 pela Região Autónoma dos Açores - estamos em 2022 e, a última prestação, pelas poucas contas que eu sei fazer históricas, mas, posso até estar enganada, apesar de achar que não, a última prestação só é paga ainda faltam 4 meses Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Mas, apesar disto, há que definir bem prioridades e a remuneração complementar e todos os apoios sociais, para quem merece, para quem trabalha e para quem tem que ver no fim do mês o seu esforço compensado, são e serão sempre uma prioridade deste Governo Regional dos Açores. Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Não venho provar paternidade nenhuma, Sr. Deputado Paulo Estêvão, venho apenas lembrar que a redução de impostos foi considerada diabolicamente má pela bancada Parlamentar do Partido Socialista,...

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

(Aplausos das bancadas das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... mas, que, na verdade, redundou num aumento da receita fiscal e que se aumento da receita fiscal vai permitir, entre outras coisas, como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ontem, embora a receita líquida seja de 6 milhões, na verdade, o que a redução fiscal proporcionou foi um aumento da receita fiscal de 27 milhões. Depois, é que há aqui uma redução das transferências da lei do orçamento do Estado que veio fazer com que liquidamente, em termos líquidos, essa receita tenha aumentado, apenas, 6 milhões de euros. E todos estes milhões de euros que não se cobraram de receita fiscal por via da redução dos impostos ficaram nas empresas e nas famílias açorianas e isso é que interessa. Mas, vão-me permitir que, neste debate, – eu não sei como é que hei-de dizer isto se é um debate entre pequenos da quarta classe que estão medindo quem é que tem mais força do que o outro, se, até, será um debate histórico mais longínquo do que a maioria espúria de 1991 – neste momento, a Região Autónoma dos Açores encara um momento decisivo para alterar todo o sistema económico financeiro que foi

acumulado até agora, bem ou mal, por um lado ou por outro. Os tempos são os seus tempos e as decisões são as suas decisões e como lembrou, e bem, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro – que, até, foi criticado por mim enquanto comentador político, mas, isto não é chamado aqui para o caso – o Partido Socialista contornou o problema da Troika com soluções diferentes da remuneração complementar. Mas, o que mais interessa é olharmos para a frente. O que mais interessa é a partir de agora, do quadro financeiro que temos agora, do quadro económico e macroeconómico regional, nacional e internacional que temos agora, encontrar soluções para o futuro. E, por isso, é que peço, exorto as bancadas do PSD e do Partido Socialista que esqueçam o passado, esqueçam as heranças pesadas que um herdou em 96, que o outro herdou em 2020, isto não interessa nada aos açorianos. O que interessa aos açorianos é que lhes apresentemos soluções para o futuro. Os açorianos estão em casa à espera de um sinal de esperança, não estão à espera que fiquemos aqui discutindo quem é que teve mais culpa, se foi o Dr. Mota Amaral, se foi o Carlos César, se foi o Sr. Dr. Vasco Cordeiro. Não é isso que importa agora. O que importa é a realidade que nós temos, os problemas que ainda vamos ter que enfrentar e que ainda nem conhecemos a dimensão, porque, ninguém conhece a dimensão. Não é porque sejamos mais ignorantes do que outros, é porque ninguém conhece, de facto, a sua dimensão e temos que olhar para eles com medidas como esta e como outras que possam dar esperança aos açorianos. Eu tenho esperança de que esta terra, um dia, pode ser uma grande terra. Eu tenho a esperança que os Açores não têm que ser, para o resto da sua existência, um sítio onde seja difícil viver, um sítio onde seja cada vez mais difícil de viver, mas, uma região onde seja cada vez melhor viver, desenvolver a atividade económica e desenvolvê-la sociologicamente por forma a encarar desafios que nos vão aparecendo à cantos de cada esquina que vamos dobrando. E, por isso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Sr. Deputado Bruto da Costa, um apelo que faço aos Srs. enquanto líderes parlamentares, que nos tragam mais esperança e menos passado.

Deputado Francisco Coelho: Há passados que nem vale a pena falar!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. A mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Vamos avançar... Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Eu acabei de chegar, não sou desses tempos, não sou do paleolítico,...

Deputado Nuno Barata: Mas parece!

O Orador: Não pareço nada.

... mas, também, obviamente, posso dar aqui um contributo. Eu considero que esta discussão em torno da história, e de outras matérias que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, entretanto, se foi lembrando, têm um propósito e o propósito é distrair a atenção, adormecer as pessoas em relação àquilo que está a ser discutido, que é a atualização da remuneração complementar. É que o Partido Socialista o que aqui veio dizer é que concorda. Concorda com a remuneração complementar e que é importante e teve a oportunidade, mas, penso que teria sido esse, também, o propósito de felicitar o Governo por esta medida. Isso é que o essencial, tudo o resto são discussões que têm como objetivo descentrar o assunto, dispersar a atenção. Quem nos está a ouvir o que sabe é que este Governo está a implementar esta medida e que o Partido Socialista, sem argumentos, a não ser dizer que está à favor, votará, favoravelmente, esta mesma medida. Tudo o resto são artifícios, artifícios de quem já está aqui há algum tempo neste Parlamento, conhece bem e reconhece bem. Em relação a uma outra questão que é em relação à redução dos impostos, é preciso, isto não se faz porque o Partido Socialista e os Governos do Partido Socialista deixaram a região numa situação excelente, isto faz-se porque, esta maioria, acredita que essa é a estratégia correta para o crescimento económico da região e para a justiça social. É tão simples como isto. Porque, a redução dos impostos vai provocar o aumento da receita,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E porque pode fazer!

O Orador: ... irá provocar o crescimento económico desta região, e com o crescimento económico desta região virá o crescimento, virá, também, o aumento do rendimento das pessoas. É tão simples como isto. É uma estratégia que V. Exas. tentaram travar neste Parlamento, não só discordaram da redução dos impostos, como fizeram de tudo para travar essa redução neste Parlamento. Isto é que é a verdade. Isto é que a verdade em relação a esta matéria. Por isso, há, na minha perspetiva, duas conclusões a retirar em relação a este debate. Em primeiro lugar, que há, efetivamente, um esforço, uma concretização em relação à atualização da remuneração complementar que era um compromisso do Governo e, cumpre-se. Esta matéria cumpre-se. É justo que assim seja. Em segundo lugar, que a estratégia – porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro anda a apreender muito, fez aí declarações a dizer que num ano e meio já apreendeu muito. Eu acho que ainda precisa de mais tempo para apreender mais coisas Sr. Deputado.

(Aplausos das bancadas das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas há uma das coisas que o Sr. Deputado já apreendeu, é que a redução dos impostos resulta e é muito favorável para o crescimento económico da região. E, também, é essa a aprendizagem que o Sr. Deputado realizou, mas, há um ano e meio não pensava assim.

(Aplausos das bancadas das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. A mesa não tem mais inscrições. Podemos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros dos Governo. Eu não posso, obviamente, deixar de intervir, exatamente,

porque o silêncio pode passar por aceitação tácita de algumas das afirmações que aqui foram proferidas.

Deputado Joaquim Machado: Era mais prudente!

O Orador: E eu gostava de me centrar, sobretudo, numa questão que me parece merecedora de um esclarecimento, quanto ao posicionamento do Partido Socialista. Quer-se criar a ideia de que o Partido Socialista é o partido inimigo da baixa de impostos.

Deputado João Bruto da Costa: E foi! E é!

O Orador: Eu gostava só de lembrar que, se foi possível baixar os impostos até 30%, como esta Assembleia baixou,...

Deputado João Bruto da Costa: Com o seu voto contra!

O Orador: ... isso deve-se, também, a uma lei que foi negociada entre Governos do Partido Socialista e que foi este o partido que iniciou este processo de baixa de impostos numa altura em que o Partido Socialista tinha maioria absoluta. Qual é o problema que nós vemos na última redução de impostos que foi realizada? Não é o problema de baixar impostos. É que para baixar impostos nos termos em que foi feito, há dois problemas. O primeiro é assumir como critério ir ao limite máximo, apenas porque existe um limite máximo. Esse não é um bom critério,...

Deputado Bruto da Costa: Isso dava outra discussão, Sr. Deputado!

O Orador: não é um bom processo, na nossa opinião. Mas, o segundo problema é baixar os impostos sem atender às consequências que eles têm, ou que esta baixa tem, do ponto de vista dos recursos para região fazer face às suas despesas. E, portanto, se a região, se este Governo, enveredasse num processo de redução de impostos paralelamente à atenção quanto à parte da despesa, a discussão estaria noutra plano, mas, não foi isto que este Governo fez. Este Governo -, para já não referir quanto as questões da necessidade de apoio político -, baixou os impostos não atendendo às consequências que isso poderia ter. Por isso é que nós entendemos que muito do endividamento que este Governo está a fazer é, exatamente, para garantir a cobertura de despesas

de funcionamento, despesas correntes que, de outra forma, eram satisfeitas por aquilo que era a receita fiscal. E, portanto, relativamente, a baixas de impostos a posição do Partido Socialista é esta e não pode, de forma nenhuma, aceitar tacitamente que se lhe queira colar este papel do partido que é inimigo da baixa de impostos, não, não é...

Deputado João Bruto da Costa: O senhor votou contra!

Deputado Paulo Estêvão: Votou contra!

O Orador: Votei contra pelas razões que acabei de explicar e que expliquei na altura.

Deputado Bruto da Costa: É uma forma de ser “inimigo”!

O orador: Se esta Assembleia baixou impostos, baixou impostos, exatamente, porque foram Governos do Partido Socialista que garantiram as condições para o fazer. E, em relação à última baixa, temos, e continuamos a ter, essa discordância e para lá vamos. Relativamente, ao tempo em que eu aprendo, ou deixo de aprender, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu estou sempre a aprender. Se o faço na oposição, ou se o faço no Governo, deixe lá que o povo açoriano há de decidir isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão: O povo tem sempre razão e nós estamos aqui em representação do povo!

Deputada Ana Luís: Algum povo!

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Srs. membros do Governo. Apenas para fazer aqui 2 ou 3 referências em relação ao debate que se verificou. Eu acho que é importante fazermos aqui a contextualização e foi, por isso, que eu expliquei a razão de ser de termos a

remuneração complementar, o acréscimo no salário mínimo e, foi, por isso, que eu fui a 87 para explicar a diferenciação fiscal como via de compensação dos custos de insularidade e, para aqueles que não pagavam impostos, nomeadamente, as classes mais desfavorecidas, por via das remunerações complementares. Foi, por isso, que quis explicar que esta era a 17.^a, porque, sucessivamente, os Governos tiveram que adaptar a intenção àquilo que era a legislação no quadro nacional e regional. Mas, permitam-me que faça mais duas afirmações. A primeira, é que a posição do XIII Governo Regional e da maioria que o suporta, tem-se vindo a mostrar, claramente, merecedora de crédito de apoio. Baixamos os impostos e subiu a receita fiscal. As pessoas com mais dinheiro na sua algibeira e as empresas criam mais riqueza.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: É através das pessoas, das famílias e das empresas que se cria riqueza e isso, para nós, é fundamental. E, uma segunda afirmação, que aqui faço, perante esta casa: o XIII Governo e eu próprio, não estamos aqui para fazer igual e não vamos fazer igual.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, levantou-se daquele lugar para dizer que não era inimigo da descida de impostos. No entanto, o que disse, é que mantém a mesma posição que anteriormente e o que é que ele fez anteriormente? Esteve contra a descida dos impostos e, por isso, é uma incongruência, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. E age V. Exa., como, entretanto, diz que faria exatamente a mesma coisa, como se o mundo

estivesse parado e a sua posição, de há uns meses, tivesse exatamente o mesmo contexto. Ó Sr. Deputado, e as circunstâncias atuais? V. Exa. bem referenciou há uns tempos. Não acha que aconselham a que as famílias... veja bem ao que é que estariam submetidas as famílias se não tivesse existido uma descida de impostos. E, então, tudo aquilo que tem vindo a acontecer, não altera a opinião de V. Exa.? É, porque, eu estou convencido que, tendo V. Exa. dito que, naquela altura, fez o que fez, esteve contra a descida dos impostos e, que, nesta conjuntura, uma conjuntura cada vez mais difícil para as famílias e para as empresas, que manteria a mesma posição, eu acho que V. Exa. reforça é essa imagem de que é contra a descida dos impostos. Acaba de reforçar, porque, mesmo num contexto difícil, manteria a mesma posição. Como diria o Sr. Deputado Francisco Coelho, se V. Exa. terminasse rapidamente essa aprendizagem que está a realizar, eu estou convencido que, se calhar, iria reparar todo o mal que já aconteceu e a descida dos impostos eu vejo que, para V. Exa., é um mal que precisa de ser reparado.

Deputado Vasco Cordeiro: Não, não é!

O Orador: Por isso as famílias açorianas têm que ter a consciência que o Sr. se terminar a aprendizagem que está a realizar neste momento, V. Exa. iria aumentar os impostos, mesmo nesta conjuntura das taxas de juros a aumentar, mesmo nesta conjuntura do custo de vida a aumentar, mesmo nesta conjuntura provocada pela crise internacional. Mesmo assim, V. Exa. não altera uma vírgula, porque, V. Exa., em relação a esta matéria, tem uma ideia errada de como é que se promove o crescimento económico numa região. Nós temos a convicção que é descendo impostos, é melhorando o rendimento das famílias, é melhorando as condições das nossas empresas. V. Exa. não conseguiu o crescimento económico com a sua receita, a sua receita de esmagar as empresas e as famílias com impostos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. O Sr. Deputado Paulo Estêvão aprende depressa, mas não ouve as minhas exortações. Aprende muito rapidamente e eu fico satisfeito com isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão. O Sr. é, de facto, muito bom aluno. Mudou, passou um ano e o Sr. que tinha votado contra uma proposta de redução do diferencial fiscal, já estava à favor da proposta de redução do diferencial fiscal, ainda, mais radical do que aquela proposta de redução do diferencial fiscal que o Sr. tinha votado contra no ano anterior.

Deputado Paulo Estêvão: Está enganado!

O Orador: É verdade Sr. Deputado. Eu não gosto muito de falar de legislaturas anteriores, porque não estive cá. E para falar, também, da de 96-2000, também, já é muito lá para atrás, não vale a pena,...

Deputado Paulo Estêvão: Está enganado!

O Orador: ... mas, é só para lembrar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que, de facto, reconheço-lhe este dom da aprendizagem. É muito importante, é muito importante, de facto, na política, para podermos fazer diferente, para podermos dar esperança aos açorianos, que apreendamos depressa com erros que vamos cometendo no passado. E é só isso que eu gostava de lembrar, foi, talvez, por uma questão tático-política de não aprovar uma proposta de um deputado independente que tinha criado um sismo num partido de um amigo do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão entendeu, naquela altura, que o diferencial fiscal não era de grande justiça para os açorianos e, inclusivamente, utilizou um argumento – fui ler aos diários das pessoas, vejam só o trabalho que eu tive – que foi utilizado aqui pelo Sr. Deputado, hoje ausente, Sérgio Ávila, de que este aumento do diferencial

fiscal ia apenas beneficiar os mais ricos. Pois, o Sr. Deputado Paulo Estêvão que em 2020 estava contra o aumento do diferencial fiscal porque ia beneficiar apenas os mais ricos, hoje, já sabe, que o aumento do diferencial fiscal foi importante para a baixa dos impostos, para potenciar a economia dos Açores. Parabéns, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, eu prescindo, para já não dizer que faço minhas as palavras do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Bem, seguramente, não me caberá a mim fazer mais reconstituição histórica, porque devo ser o menos habilitado aqui nesta casa para o fazer. No entanto, eu pedi a palavra para realçar aqui uma intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando, há pouco, e defendendo que o Partido Socialista tinha sido o pai da lei das finanças regionais, admitiu que existe a possibilidade da redução de impostos até ao limite dos 30%.

Deputado João Vasco Costa: Mas isso era só para os impostos!

O Orador: Mas, a forma como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro falou nesse assunto dá-me a impressão de que a redução até aos 30% deve ser uma espécie de vaca sagrada que existe, mas não é para usar. Portanto, ela está lá, mas, é mesmo só para constar, porque, não há-de haver justificação nenhuma que permita isso. Não é o facto de a economia regional estar numa situação desastrosa, fruto da pandemia que assolou o mundo inteiro, não é facto de as empresas, também, estarem hoje com grandes debilidades a nível económico para fazerem face às suas despesas, não é o facto de as famílias, também, estarem extremamente asfixiadas pela redução de receitas e de rendimentos

que decorreu da pandemia a que todos estivemos expostos, nem perante todo este cenário havia uma justificação para usar aquela situação que era mesmo extrema, mas, que, à escala do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ainda não era extrema o suficiente para usar aquela, se calhar, quase espécie de bomba atómica dos impostos, que é, aquilo existe, mas é só para dizer que existe. Portanto, eu acho que, sinceramente, isso é uma questão, é uma questão de opção. Obviamente, que eu não vou discutir com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro se era a opção certa ou era a opção errada, eu acho que, aliás, nenhum de nós estará à altura de dizer que era a opção mais lógica manter uma carga de impostos como existia na anterior legislatura, ou esta que existe agora, porque, há “n” de fatores que contribuem para isso. Da bancada da direita já vimos aqui a defesa de que a redução de impostos cria mais investimento, eu acredito que sim. Também, acredito, de alguma forma, que, numa altura de aperto, se calhar, o aumento das receitas por parte do Estado poderá ter um impacto positivo, principalmente, a nível social, mas, lá está, existe um mecanismo, esse mecanismo que estava ao dispor, a quem fez as opções de governação, de usar ou não esse mecanismo. Ao que parece, e pelos motivos que já são públicos, foi uma opção assertiva porque teve bons resultados. Lá está, não quer dizer que seja para sempre. Poderá um dia deixar de o ser, se assim se justificar que assim seja e deixa de lá estar, outra vez, essa bomba atómica para um eventual momento em que a nossa economia precise, outra vez, desse reforço, de incentivo à atividade económica. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Eu devo dizer, Sr. Deputado Nuno Barata, que eu nunca aprendi devagar, mas, V. Exa. ainda aprende mais depressa do que eu, porque, veja bem, V. Exa. conseguiu aprender toda a cartilha do Partido Liberal há dois meses das eleições, das últimas eleições, dois meses antes, V. Exa., integrava o CDS, dois meses depois, uma aprendizagem muitíssima

rápida. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, meta os olhos aqui, aprende-se aqui depressa.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH, IL e do Governo)

O Sr. Deputado converteu-se e aprendeu tudo, tudo, o que o liberalismo lhe disse. Tudo, aprendeu tudo, aprendeu tudo mas executa mal. Aprendeu tudo, mas executa mal. Sr. Deputado, eu quero dizer-lhe o seguinte, ainda há pouco, V. Exa. dizia, eu gosto de olhar para o futuro, não gosto de olhar para o passado. Viu-se, V. Exa. estava a olhar para o futuro quando saiu do CDS e estava a olhar, já não queria olhar para o passado. Nisso, V. Exa., mostrou, que tinha aqui uma perceção apurada do futuro. Mas, o que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que, já que quer olhar para o passado, tem que olhar com competência, porque, se olhar para a proposta em causa e se tem o diário, verifica que a proposta tinha erros técnicos grosseiros, grosseiros. Não fui eu que o disse, foi, até, o próprio Partido Socialista que identificou esses erros grosseiros e outras intervenções que se verificou que não se podia aplicar, pura e simplesmente, uma medida que tinha erros técnicos, erros técnicos graves. V. Exa. diz, “-Bom, eu fui ler, fui ler...”, não, alguém leu, alguém lhe transmitiu uma informação errada, porque, eu não posso, porque, se tivesse lido, e se analisar a proposta, verifica que ela, tecnicamente, era uma barbaridade e, portanto, eu não poderia aprovar um diploma que estava cheio de erros. Foram, até, dados alguns exemplos muito específicos, em que a redução chegava a ser contraproducente (veja bem, chegava a ser contraproducente), em relação aos seus objetivos. Por isso, Sr. Deputado, o PPM votou contra e votou contra porque não poderia aprovar, uma proposta que estava, tecnicamente, mal elaborada.

Deputado Nuno Barata: Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Penso que terá sido realizada por alguém, que, na altura, também, cavava uma certa distância, também, em relação ao CDS, tal como, V. Exa., depois, veio a fazer mais tarde,...

Deputado Nuno Barata: Mas o senhor estar a falar do CDS? O senhor também quer ir para o CDS?

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, se quer olhar para o futuro... oiça, continue, continue a fazer aquilo que faz bem, Sr. Deputado oiça com atenção, continue a fazer aquilo que faz bem, que é, com o faro apurado, olhar o futuro, porque, quando olha para o passado, bem se vê que não tirou um curso de história, Sr. Deputado.

Deputado João Vasco Costa: Em que ano o Sr. Deputado deixou o CDS, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins:** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Era só para registar o quão profícuo é o CDS na formação de quadros que estão nesta casa e isso muito nos agrada.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM, CH, IL e do Governo)

O nosso Grupo Parlamentar está muito aquém daquela que é a sua verdadeira dimensão, mas, de qualquer das formas, e recentrando o debate, é só para dizer que o CDS vai votar favoravelmente esta iniciativa do Governo. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Vamos passar à votação. Vamos começar por votar na generalidade esta proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII, foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, a proposta tem 5 artigos, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação, na especialidade, todos os artigos do diploma, os 5. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: Os artigos colocados à votação, foram aprovados, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Votação final global. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII, foi aprovada, por unanimidade, em votação final global.

Presidente da Assembleia: Encerrado este ponto da nossa agenda, avançamos para o ponto 5. Projeto de Deliberação n.º 1/XII - Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República - Agendamento da Proposta de Lei n.º 106/XV/2.^a - “Primeira alteração do Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice e do regime geral de segurança social. É um projeto apresentado pelo Sr. Deputado independente. Conforme definido pela conferência de líderes, o autor do projeto e os Grupos Parlamentares e representações parlamentares, dispõem de 5 minutos, podendo intervir por uma única vez. Sr. Deputado Carlos Furtado para a apresentação do Projeto de Deliberação, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. O Projeto de Deliberação que apresentei aqui nesta casa visa, acima de tudo, aligeirar um procedimento que já está há tempo há mais para ser resolvido. É certo que, no verão do passado ano, foi aprovado aqui na Assembleia Regional, um Projeto

de Lei, o 2 de 2021, que visa, essencialmente, repor a justiça, nomeadamente, entre outros, a parte dos funcionários da Base das Lages Americana, na Ilha Terceira. Com efeito, parte desses trabalhadores que tiveram uma aposentação forçada, sentem, ainda hoje, diminuídos aqueles que são os seus rendimentos, relativamente, a outros colegas de trabalho por uma situação que lhes é alheia. O que é certo é que este diploma foi aqui aprovado nesta casa, chegou à Assembleia da República a 26 de julho do passado ano e, desde essa altura, até agora, ainda não teve qualquer seguimento. E, utilizando um instrumento que está previsto pelo art.º 169.º do Regimento da Assembleia da República, que permite que a Assembleia Regional fixe na ordem do dia da Assembleia da República a marcação do agendamento deste diploma, para que, desta forma, se dê seguimento a esse processo, afim de que seja restituído o valor a esses funcionários da Base, que são tão ex-funcionários quantos os outros e que vêm que todos os meses há uma diferença entre aquilo que eles auferem, relativamente, aos seus colegas da mesma ocupação profissional que tiveram. Esperamos que, com a aprovação deste Projeto de Deliberação, entremos, agora, num novo período em que a Assembleia da República terá mesmo que dar seguimento a esse Projeto de Deliberação que aqui poderemos aprovar e que essa Proposta de Lei tenha o devido seguimento para que se faça justiça. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. Eu gostava, em nome do Partido Socialista, de dizer que votaremos à favor desta deliberação. Efetivamente, concordamos que a argumentação geral apresentada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, pelo tempo transcorrido e pela unanimidade que, atempadamente, se gerou nesta casa à cerca do Decreto-Lei n.º 70/2020 e, motivado, fundamentalmente, pelas razões que nós sabemos. Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, eu vou levar muito à sério a sua alergia a um tempo cujo tempo nunca lhe direi e,

portanto, gostava, apenas, de lhe lembrar, se, porventura, tiver alguma noite de insónia e/ou de angústia existencial, que a Lei 32/96, que resultou de uma Anteposta desta casa, apresentada por quem não direi, em tempo cujo tempo não situarei, poderá sempre consultá-la nos melhores arquivos da especialidade e lê-la nas correspondentes plaquinhas de argila. Atendendo à sensibilidade do material, agradecia algum cuidado para não partir o bocadinho. Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. Consideramos muito importante conferir celeridade a este processo, pois, o que se pretende com esta iniciativa, é, também, conseguir, em 2022, a reposição integral das pensões de os antigos trabalhadores da Base das Lajes, nomeadamente, os que atualmente são prejudicados pelo fator de sustentabilidade. Apesar de, em setembro de 2020, o Governo da República ter decidido eliminar, para uma série de profissões, o fator de sustentabilidade, nos regimes de antecipação de idade de pensão, a verdade é que muitos ex-trabalhadores da Base das Lajes não foram abrangidos. Embora a legislação nacional, que eliminou o fator de sustentabilidade, abranja os trabalhadores da Base das Lajes, excluiu todos os que foram obrigados a solicitar a reforma antecipada entre 2015 e 2018, por via da redução do contingente militar norte-americano. Assim, estando esta proposta há 9 meses na Assembleia da República é mais do que tempo de ser votada e daí considerarmos muito pertinente este Projeto de Deliberação apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Furtado. Disse.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. Estamos perante um Projeto de Deliberação para que a Assembleia da República agende uma iniciativa proposta por esta Assembleia que já lá está pendente há mais de 9 meses. É, obviamente, imperioso que se dê seguimento a essa Anteposta de Lei aprovada nesta Assembleia, em julho de 2021, para que, o mais rápido possível, seja reposta a justiça a este numeroso grupo de antigos trabalhadores da Base das Lajes, que veem, todos os meses, parte do seu rendimento retido por conta do fator de sustentabilidade que lhes é aplicado, ao contrário dos restantes antigos trabalhadores, nas mesmas circunstâncias, não têm esse pendor sobre o seu vencimento. E, portanto, é de elementar justiça que se reponha ou se retire a estes trabalhadores a incidência do fator de sustentabilidade pelo que, obviamente, iremos aprovar esta iniciativa para que rapidamente a Assembleia da República faça aquilo que é da sua competência.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos, então, passar à votação deste Projeto de... Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Obrigada Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. No plenário de 13 de julho de 2021, foi aprovada, por unanimidade, a Anteposta de Lei - Primeira alteração do Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice e do regime geral de segurança social, apresentada pelo Bloco de Esquerda. Com esta Anteposta de Lei, pretende-se acabar com o injusto corte nas pensões e garantir que todos os trabalhadores abrangidos pelo Decreto-Lei são abrangidos pela eliminação do fator de sustentabilidade, independentemente

da data de apresentação dos requerimentos de pensão. Esta Anteproposta de Lei tem um impacto particular nos Açores porque abrange os antigos trabalhadores da Base das Lages. No entanto, relembramos aquilo que foi a diferença fundamental entre as duas propostas que foram aqui debatidas em julho de 2021. O Grupo Parlamentar do PSD trouxe uma proposta que tinha como objetivo terminar com os cortes nas pensões, apenas, para os antigos trabalhadores da Base das Lages, enquanto o Bloco de Esquerda, fiel à política de não deixar ninguém para atrás, apresentou a proposta que abrange todas as outras profissões em que esta injustiça persiste nos Açores e em todo o país e que foi aprovada por unanimidade. Esta tem sido uma luta do Bloco, quer na Região, como na República, e exige um compromisso claro para se resolver, de uma vez por todas, esta injustiça. Obviamente, que isto implica assumir aqui, novamente, a nossa posição, assim como, trabalhar junto das respetivas bancadas parlamentares na República, para que, também, lá sejam coerentes com o que defendem aqui na Região. Queremos acreditar que esta Proposta de Lei será aprovada, também, na República. Aliás, não vemos nenhum motivo para que tal não aconteça, uma vez que o PS, sendo, agora, maioria na República, votou favoravelmente aqui nos Açores. Aliás, 2 dos deputados do PS que votaram aqui à favor do fim deste corte nas pensões, estão, atualmente, sentados na Assembleia da República, onde têm maioria absoluta. Vamos estar atentas e atentos ao sentido de voto destes 2 deputados. A nossa posição é clara. Acompanhamos a proposta do Sr. Deputado independente, Carlos Furtado.

Presidente da Assembleia: Obrigado Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos votar este Projeto de Deliberação n.º 1/XII. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O Projeto de Deliberação n.º 1/XII, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o ponto 6 da nossa agenda. Projeto de Deliberação n.º 2/XII - Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República - Agendamento da Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.ª - “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 07 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. À semelhança do diploma que aqui acabamos de discutir e aprovar, o PSD traz, também este Projeto de Deliberação para Agendamento da Proposta de Lei n.º 120/XIV, da III sessão legislativa da Assembleia da República, que, como sabem, tem que ver com uma proposta que aprovámos aqui na nossa Assembleia, no passado mês de janeiro, relativamente à alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 07 de dezembro. E, o que é que era este Decreto-Lei que nós pretendemos alterar? Foi uma medida criada pelo Governo da República de compensação para as empresas enfrentarem a decisão de aumento do salário mínimo, só que, o Governo da República entendeu excluir as empresas dos Açores e da Madeira nessa medida de apoio. Ora, tal como foi suficientemente discutido no plenário de janeiro sobre esta iniciativa, nós entendemos que é urgente, não só corrigir esta injustiça, com a aprovação da alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, mas, porque, as nossas empresas, também, necessitam de todo o apoio que possa surgir no âmbito das dificuldades que têm atravessado. E se era verdade em janeiro, mais verdade é agora, porque, já depois desta proposta aprovada, tivemos a situação que se está a passar na Ucrânia e que tem alterado, de forma bastante assinalável, a conjuntura económica mundial e tem, também, consequências bastantes assinaláveis para os Açores e, desde logo, para as nossas empresas.

Deputado Carlos Silva: E o ISP?

O Orador: E, portanto, esta medida, que nós aqui aprovámos e que pretendemos que seja uma correção feita a uma injustiça provocada pelo não apoio às empresas dos Açores e da Madeira, não queremos que haja mais perda de tempo na correção desta medida e no apoio efetivo às empresas dos Açores. E, nesse sentido, à semelhança do diploma anterior, pretendemos que seja, em tempo útil, esta situação de desigualdade em que se encontram as empresas dos Açores corrigida, através de, acionando o art.º 169.º do Regimento da Assembleia da República, para a votação desta iniciativa. E, portanto, pensamos que é altura, também, desta nova legislatura na Assembleia da República, dar este sinal de que quando os Açores e a Madeira, também, atravessam as dificuldades criadas por toda uma conjuntura internacional, mas, que, quando são criadas medidas excecionais de apoio às empresas que se refletem no Continente, mas que se refletem nas empresas dos Açores e da Madeira, estas não podem ficar excluídas desse apoio. Isso ficou suficientemente debatido, e aprovámos, nesse sentido, a nossa Anteproposta de Lei e, agora, Proposta de Lei n.º 120/XIV, na Assembleia da República e, portanto, achamos que este Projeto faz todo o sentido, é necessário e é extremamente urgente para as empresas açorianas. Muito obrigado.

Deputado Rui Martins: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O Partido Socialista, em coerência com o voto que teve aquando da discussão e aprovação desta Anteproposta de Lei, votará favoravelmente esta deliberação. Mas, também, lembrará duas coisas correlacionadas e, lembrando um bocadinho a substância da Anteproposta, tal como, aliás, fez o Sr. apresentante o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Em primeiro lugar, que fique claro – e que, também, advém dessa coerência – em termos de finanças regionais o Partido Socialista e este Grupo Parlamentar,

quer no poder, quer na oposição, preocupam-se e preocupar-se-ão, sempre, na melhor salvaguarda das nossas finanças regionais. Também, como foi aflorado na altura, pelo que tenho conhecimento, é verdade que há, teoricamente, outras soluções para a resolução deste problema. E, também, é verdade que, em bom rigor, esta iniciativa que aprovámos coloca-nos a questão, neste caso, ou para futuro, também, sobre o verdadeiro alcance e limites da autonomia. Também temos que estar atentos a esta questão e, obviamente, não faltarão outras possibilidades de voltarmos a este tema. Em coerência com o voto que tivemos na Anteproposta, em coerência e em preocupação com a melhor salvaguarda com as nossas finanças públicas regionais, este Grupo Parlamentar votará à favor do agendamento potestativo, tal como votou da Anteproposta. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Nesta questão, o que é relevante é corrigir uma injustiça que o Governo da República cometeu em relação aos açorianos e aos madeirenses ao não integrar esta compensação para estes territórios, para estas regiões. Ora, aquele que foi o procedimento do Governo da República, é incompreensível e é injusto, porque trata os açorianos e os madeirenses como portugueses de segunda. Podem dizer-me, bom, mas, a Região Autónoma pode, ela própria, resolver a questão. Bom, e aí estaríamos a utilizar a nossa autonomia. Não, não estaríamos a utilizar a nossa autonomia porque estaríamos a aprofundar uma situação de desigualdade, que era utilizando os nossos escassos recursos, os escassos recursos que a região tem para compensar aquilo que o Governo da República está a fazer no resto do território nacional. É sempre prejudicar a autonomia dos Açores quando estamos a prejudicar e a afetar os recursos próprios da região. Portanto, sendo esta medida, uma medida de âmbito nacional, vivendo-se num contexto – porque esta medida responde a um contexto de crise – é obvio, que o

Governo da República, o Governo da República tem que resolver esta questão com toda a urgência e não existe outra solução, a não ser, o Governo da República afetar os seus recursos para fazer, também, nos Açores e na Madeira o que está a fazer no resto do país.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

O Orador: Era só o que faltava, que a autonomia apenas servisse para imputar responsabilidades ao Governo Regional e imputar maior sobrecarga ao orçamento regional. Portanto, esta questão, na defesa da autonomia, na defesa da justiça entre todos os portugueses, deve ser resolvida por quem criou o problema, por quem criou a injustiça e esse não é outro que o Governo da República.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins:** Obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. A minha intervenção vai muito no seguimento e no sentido desta que foi a intervenção do deputado Paulo Estêvão e, aí, notei alguma hesitação, ou, pelo menos, ali, na intervenção do deputado Francisco Coelho, porque, e para o CDS, independentemente, da nossa autonomia, esta medida o que configurou foi uma discriminação para a Região Autónoma dos Açores. Porquanto, aquilo que são as deliberações para o aumento do salário mínimo nacional, são aplicáveis na região e são aplicáveis às empresas regionais, também. Ora, quando surge um mecanismo de apoio, uma medida excecional de compensação a um aumento salarial, não faz sentido que, depois, a região seja excluída e que, agora, tenhamos nós, no âmbito das nossas finanças regionais, que arranjar mecanismos alternativos de fazer essa mesma compensação, ou seja, essa foi uma decisão nacional, como foi a decisão nacional do aumento do salário mínimo e, por isso, se há um único mecanismo de compensação, esse mecanismo tem que ser suportado pela República. Aliás, de qualquer das formas, e justiça seja feita,

independentemente, daquela que foi a observação do deputado Francisco Coelho, o Partido Socialista votou favoravelmente esta medida e demonstrou, com isso, o seu acordo e a sua concordância em que não houvesse medidas discriminatórias por parte da República e, por isso, é, sem dúvida, pertinente que, neste momento, em que se inicia uma nova legislatura no continente português, na República, que se possa fixar a ordem do dia com este assunto para que não tardem a chegar às empresas regionais, esta que é uma compensação, um mecanismo de compensação, que foi dado a nível nacional. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Pedi a palavra para, no fundo, reiterar aquilo que já foi dito aqui pelos Srs. Deputados nesta tarde e dizer que, obviamente, não vou discordar totalmente do Sr. Deputado Francisco Coelho quando diz que havia outras formas de resolver o problema. Haver, havia, mas, não seria a mesma coisa e não seria porque o problema não foi criado cá. Aliás, e até nem gosto de chamar isso um problema, porque chamar isso um problema parte quase do princípio de que o aumento do salário é um problema. O aumento do salário é uma consequência natural daquilo que se procura, que é dar melhor qualidade vida a quem trabalha fazendo com que aquilo que essas pessoas auferem possa resultar no aumento de melhor qualidade vida dessas pessoas, principalmente, quando estamos a falar de salários baixos, como é o caso do salário mínimo nacional.

Obviamente, que há mecanismos regionais que podiam resolver esse assunto, existem, com certeza, que existem, mas, o que é certo é que isso foi uma determinação nacional que, vamos quase acreditar, que foi um infeliz esquecimento incluir as Regiões Autónomas nesse conjunto de benefícios para às empresas, mas, obviamente, que não cabe à região fingir que percebeu que isso foi um infeliz incidente esquecer as Regiões Autónomas, porque, efetivamente, as coisas não são assim e, acima de tudo, temos que atender que as nossas empresas, especialmente as nossas empresas, têm um constrangimento adicional que é o facto de estarem cercadas por mar, ou seja, as empresas açorianas, basicamente, têm clientes nos Açores, numa economia que, como todos nós sabemos, é mais debilitada do que a média nacional e essas empresas que operam num cenário destes, mais do que outras num cenário nacional, precisam, obviamente, deste apoio suplementar para, assim, não sacrificarem mais do que aquilo que é a estrutura de custos da sua organização empresarial. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Nós, o que estamos a votar é o pedido de agendamento, simplificando, potestativo, desta Assembleia de uma iniciativa aprovada nesta casa. Nada temos contra esse agendamento, porque se trata disso mesmo e é isso que estamos a votar e queria deixar esta posição, também, clara, porque, nós votamos contra a iniciativa propriamente dita. Votamos contra, pelos motivos que expressamos na altura, porque discordamos desse apoio, desse princípio que é um apoio, exatamente, às empresas que pagam o salário mínimo, é um apoio injusto por natureza, é um apoio que apoia aqueles que menos precisam e é um apoio que fomenta o pagamento do salário mínimo. Aliás, os números que foram divulgados, ainda muito recentemente, sobre quem foram os maiores beneficiários desse apoio diz tudo sobre ele.

Apenas 10 empresas receberam mais de 100 mil euros cada uma para receber esse apoio ao salário mínimo. E, por exemplo, uma empresa que, se há coisa que não precisa é de subsídios para pagar salários, a Sonae recebeu mais de 450 mil euros para pagar salários mínimos, que essa empresa, e outras da grande distribuição, têm por hábito pagar. Ou seja, aquilo que se trata, num apoio deste tipo, é beneficiar exatamente aqueles que mais podem pagar e maiores lucros têm. E o que é que vai acontecer daqui para à frente com a subida da inflação, com a necessidade que vai haver, rapidamente, de atualizar salários, atualizar salários, também, o salário mínimo numa percentagem superior àquela que tem sido atualizada, porquê? Porque, se não for assim, até quem recebe o salário mínimo poderá ter uma quebra de rendimentos. Vamos a continuar a dar milhões a quem menos precisa para pagar, exatamente, salários de miséria? Bem, com isso, certamente, que não contarão com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver, vamos, então, votar este Projeto de Deliberação n.º 2/XII. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O Projeto de Deliberação n.º 2/XII, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Está, assim, encerrado este ponto 6 da nossa agenda. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Coelho:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Para deixar bem claro que o Partido Socialista votou este uso deste poder potestativo de agendamento de uma iniciativa desta Assembleia, desta iniciativa junto da Assembleia da República, com o respetivo suplemento, também, previsto no n.º 4 do art.º 169.º do mesmo regimento, no sentido de, também, no mesmo dia, ser feita a votação na generalidade, significando, naturalmente, urgência para este diploma, por

considerarmos – e não estamos arrependidos deste voto nem o voto que tivemos na substância da Anteproposta – que, em nome do princípio da igualdade, faz sentido que as empresas regionais, se a nível nacional se considerou que elas deviam ser, neste caso, compensadas, que as empresas regionais, também, o sejam, até, por maioria de razão. Nenhuma dúvida a cerca disso. E votámos quer a substância, quer a iniciativa, também, por acharmos que há aqui um argumento político poderoso neste sentido. Ao haver uma compensação, há um reconhecimento do legislador nacional, que se trata de, felizmente, de aumentos substantivos que têm esforçadamente sido feitos nos últimos anos ao nível do chamado salário mínimo nacional. Ora bem, acontece que o legislador nacional, ao decidir esses aumentos sabe que, em grande medida e para o todo nacional, vai pagá-los. O legislador nacional, decidiu esses aumentos, decidiu, unilateralmente, dentro da sua total competência, mas, que têm consequências ao nível financeiro nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que não os decidiram. Portanto, é, nessa medida, que nós votamos favoravelmente, quer a Anteproposta, quer esta urgência. Mas, também, sabemos todos que a nossa autonomia administrativa, para ser plenamente exercida, deve sê-lo em todos os sentidos e, por isso, é que, eu, por exemplo, não vou fazer perguntas, por que este não é o tempo de fazer perguntas, mas, por exemplo, talvez seja por isso, porque nós também não decidindo os aumentos anuais da função pública, nunca pensamos que deve ser a República a pagá-los. Se pensarmos nisso, acho que conseguimos perceber o que é que eu quis dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tem nada a ver!

O Orador: Tem tudo a ver, Sr. Deputado. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O Partido Social Democrata, para além de tudo o mais, não podia deixar de trazer este diploma para esta votação e para

provocar esta votação e este agendamento potestativo na Assembleia da República, mas, subscrevendo, em boa parte, a declaração de voto do Partido Socialista, eu quero aqui fazer uma pequena diferenciação. O que nós estamos a falar é de uma compensação que é dada às empresas do continente pelo aumento da TSU que pagam com o aumento do salário mínimo. Ora, a TSU, é uma receita da segurança social nacional e, portanto, o que se está a fazer aqui não é só corrigir uma desigualdade, é combater uma injustiça, porque, neste momento, as empresas quando descontam, algumas, estão a ser compensadas e outras não estão, pela simples circunstância de estarem sediadas nos Açores e na Madeira. E isso é mais do que combater essa desigualdade, é acabar com a injustiça e um ataque centralista à autonomia, porque estamos a tratar de forma diferente situações iguais...

Deputado Francisco Coelho: Para isso serve a autonomia!

O Orador: ... e, nesta matéria, não podemos admitir que, em prejuízo das empresas dos Açores, no nosso caso, se possam tomar decisões que não as contemplam e que não salvaguardam os seus interesses. E, é, por isso, que há aqui uma diferença significativa no raciocínio, agora exposto, na declaração de voto do Partido Socialista e no nosso, é que nós não achamos que haja essa linha comum entre as duas situações invocadas anteriormente.

Deputado Francisco Coelho: A diferença não é essa. A diferença é que nós nos preocupamos com as finanças regionais. Essa é que é a diferença!

O Orador: O que nós achamos é que, de facto, neste caso, para além de tudo o mais, há aqui uma questão de total injustiça e tratamento discriminatório das empresas dos Açores e da Madeira, relativamente, ao apoio que recebem pelo aumento da TSU que vão pagar pelo aumento do salário mínimo. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. A questão é, como aqui já foi bem referenciado, é que esta foi uma decisão do Governo da República. Mas, esta decisão do Governo da República – tenho de tirar a máscara – esta decisão do Governo da República é uma decisão que tem impacto no conjunto das empresas nacionais. Ora, a questão é que o Governo, apenas, contempla uma compensação para as empresas do território continental e isso prejudica, gravemente, as empresas dos Açores e da Madeira e é uma situação que tem que ser corrigida. Prejudicando as empresas, prejudica, obviamente, os trabalhadores. A questão é, também, na minha perspetiva, política. É que, quando esta proposta foi discutida e aprovada, existia um outro contexto político a nível nacional e, agora, temos um contexto político novo,...

Deputado Francisco Coelho: Não!

O Orador: ... um novo equilíbrio de forças no âmbito da Assembleia da República. O Partido Socialista tem a maioria absoluta. Ora, eu – e termino – eu, o que espero é que esta medida e, também, o PS Açores, possa contribuir para a sua resolução com a influência que, certamente, terá no âmbito da sua estrutura nacional, embora, os sinais que nos chegam não são muito positivos a este nível,...

Deputado Francisco Coelho: Mas estou absolutamente seguro da sua pressão a nível nacional!

O Orador: ... tendo em conta que, por exemplo, os Açores não tem nenhum ministro e nenhum secretário no âmbito do Governo. Portanto, não estou muito otimista, estou, aliás, expectante, para saber se existe a força política necessária, desta estrutura regional, para influenciar uma decisão positiva para os Açores no âmbito da Assembleia da República.

Deputados João Bruto da Costa e Jaime Vieira: Muito bem!

(Neste momento o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Paulo Silveira)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se mais inscrições para declarações de voto? Está assim encerrado este ponto da nossa agenda. Avançamos para o ponto 7. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII - Regime Jurídico da Taxa Turística Regional. Uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a apresentação do diploma.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. membros do Governo. O setor do Turismo tem-se consolidado como estratégico para o nosso arquipélago, assumindo particular importância pelo considerável efeito multiplicador que imprime à atividade económica regional. Um investimento nas diversas áreas abrangidas pelo setor e o reforço da oferta turística têm acompanhado os indicadores do fluxo turístico que o nosso arquipélago tem, nos últimos anos, apresentado. E são particularmente visíveis na construção de novos empreendimentos, na aposta em novos serviços e na requalificação de vários espaços e pontos de interesse turístico. Na última década e, principalmente, após a liberalização do espaço aéreo açoriano, assistimos ao progressivo aumento do número de turistas e das receitas provenientes, com o seu culminar em 2019, em que se atingiu números recordes de passageiros desembarcados, quer por via aérea, quer por via marítima e de dormidas. Não fosse a pandemia do Covid 19, estimava-se que, em 2020, se iria ultrapassar os números registados em 2019, quer em números de passageiros desembarcados, quer em números de dormidas. Apesar do retrocesso e das dificuldades sentidas pelo setor em 2020, assistiu-se a uma recuperação, em 2021, ainda que longe dos números alcançados em 2019. O número médio da estadia, nestes últimos 3 anos, não ascende os 3 dias. Perspetiva-se que 2022 seja um ano de recuperação plena para o setor do turismo. No primeiro trimestre deste ano, o número de passageiros

desembarcados e o número de dormidas têm-se revelado auspiciosos e num constante crescendo que se aproxima dos números conseguidos em 2019. Fazendo uma análise em retrospectiva, e num exercício de aritmética, tendo por base a aplicabilidade desta taxa que pretendemos instituir no cenário regional, teria sido possível contabilizar, em 2019, cerca de 3 milhões de euros, ao passo que, em 2020, o valor seria, compreensivelmente, muito mais reduzido, ficando aquém de 1 milhão de euros. Já em 2021, o valor ascenderia a perto dos 2 milhões de euros. Em somatório, neste período de 3 anos, em que correspondeu ao apogeu do setor turístico, no outro viveu-se o seu pior ano e, no ano seguinte, assistiu-se à sua tímida recuperação, teria sido possível coletar cerca de 5 milhões de euros. Promover a sustentabilidade das novas atividades turísticas e garantir a preservação do nosso património natural, implica um necessário investimento público e, em especial, na prevenção e mitigação da degradação e da sobreocupação, face ao impacto da pegada turística. Uma verba desta dimensão dará, certamente, um contributo de enorme relevância para a atenuação da despesa pública associadas às atividades do setor do turismo, em especial, no que respeita à limpeza dos resíduos urbanos, ao reforço das infraestruturas e equipamentos públicos, à conservação do património natural no melhoramento da mobilidade de pessoas e bens e, ainda, na criação de redes públicas de transportes intermunicipais. A implementação da taxa turística regional irá conferir uma dotação orçamental capaz de assegurar o desenvolvimento turístico harmonioso e de conferir capacidade de implementação de instrumentos de gestão e de preservação ambiental. Enquanto primeiro arquipélago no mundo a alcançar a certificação internacional de destino sustentável, temos o ónus de preservar e proteger o nosso património natural, para que os Açores continuem, aos olhos de quem nos visita e pretende visitar, como um destino de excelência. Trata-se, por isso, não só da necessidade, mas, também, do dever em manter os níveis de qualidade de oferta, sem prejuízo de a tornar mais acessível, inclusiva, funcional e

sustentável, sobretudo, do ponto de vista ambiental, através de investimentos continuados nos domínios da paisagem, da preservação da biosfera e na proteção da biodiversidade. Feitas as contas, a implementação de uma taxa turística nos valores propostos será uma medida que beneficiará, a longo prazo, o turista, os açorianos e o destino, Açores. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, alertando que o proponente deu entrada de uma substituição integral e estão abertas inscrições. Sra. Deputada Elisa Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa:** Muito obrigada Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O turismo tem crescido ao longo dos últimos anos tendo, em 2019, registado quase de 1 milhão de hóspedes, o que se traduziu em cerca de 3 milhões de dormidas nos Açores. Com a pandemia de Covid 19, em 2020, os números do turismo caíram à pique para menos de um terço das dormidas registadas no ano anterior, tendo aumentado, depois, em 2021, ficando, contudo, abaixo dos registos de 2019. Este é um setor vital para a economia dos Açores, sendo, no entanto, um setor bastante vulnerável às crises atuais. Podemos constatar esta vulnerabilidade aquando da Covid 19, mas, atualmente, com a instabilidade, também, gerada pela crise sísmica em São Jorge. Numa altura em que o setor luta para voltar aos patamares de uma época pré-covid, torna-se imperativo alavancar o turismo através de medidas e de mecanismos que possam ser geradores de riqueza, criando empregos, garantindo a subsistência do tecido empresarial, sem nunca desvirtuar a sustentabilidade ambiental do destino Açores. Este Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PAN, para a criação de um Regime Jurídico que visa a aplicação de uma taxa turística regional surge, de acordo com o PAN, com o intuito de mitigar o impacto da carga turística. Esta taxa de 1€ por pessoa e por noite, até a um máximo de 4 noites, é entregue à Direção Regional com competência em matéria de ambiente, que, por sua vez, entrega aos municípios 75% das

verbas arrecadadas. No entender do Grupo Parlamentar do PSD Açores, dado o momento atual da retoma da atividade turística, considerando, também, que o turismo dos Açores ainda não está devidamente consolidado e, também, de acordo com as entidades que foram ouvidas no âmbito desta iniciativa, a implementação desta taxa é prematura e poderá não ter o efeito desejado pelo proponente. Não obstante essa observação, os Açores são constituídos por 19 municípios cada qual com a sua especificidade, pelo que entendemos que cada município, também, pelo conhecimento que tem da sua própria realidade deve ter a possibilidade de definir, se pretende ou não, aplicar uma taxa turística, de acordo com o impacto que este setor tem nestas localidades e, portanto, para já, Sr. Presidente, é tudo. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigada Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Pedro Neves:** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Sra. Deputada não viu, de certeza, os dados que nesta Páscoa, nesta zona, a parte sazonal da Páscoa, que é tão importante para os Açores, tem que ver os indicadores para ver que quase colámos a 2019. Esse argumento deixa de ser válido e é um pouco irrelevante. Obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Sra. Deputada Elisa Sousa, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputada Elisa Sousa:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves, deixo-lhe a questão se considera que, para si, os valores de 2019 já estavam acima daqueles que são os valores de turismo considerados normais e, portanto, que considera que a carga e que o impacto do turismo se justifica para a criação de uma taxa turística regional? Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sra. Deputada, nós temos vários artigos de opinião. Isto não tem só a ver com o fluxo turístico. Tem a ver, também, com, é uma forma preventiva, sim, não é para andarmos sempre a atrás do prejuízo como estamos sempre tão habituados a fazer. Alteramos para o princípio de 2023, mas, recorde, em muitos artigos e, também, na enciclopédia da nossa comunicação social dos Açores, eu vou-lhe dar uma que é as pegadas ambientais, porque, isto é, também, um ónus para o PAN e é muito importante a pegada turística e dos navios para nós é um grave problema, mas, também, para o seu líder parlamentar da bancada do PSD. E falo, é, sem dúvida, de um artigo de opinião do Sr. Deputado João Bruto da Costa, vem referido os navios de cruzeiros no nossos portos exige uma continuidade de serem os investimentos desta indústria para a redução da sua pegada ambiental, entre várias coisas, quer mesmo até a própria redução do navio cruzeiro que emite, em comparação com os veículos automóveis, tanto CO2 de enxofre e que, sem dúvida, que é preciso, dentro do estatuto ambiental a preservar, tem que ser alterado – e isto foi dito aqui, não sei qual é, já não me recorde, acho que foi em 2014, ou uma coisa qualquer – mas, sem dúvida, para o património natural e excelso de excelência para os Açores, nós temos a obrigação, como todas as bancadas, de preservar aquilo que é o património natural e não passar os Açores para uma Madeira. Mas, ainda bem que temos uma Sra. Secretária nova que pode ter uma posição diferente do Sr. Secretário antigo de querer comparar as Canárias à Palma de Maiorca e a Madeira como aos Açores e, isso, sem dúvida, que é um tiro no pé para esta Assembleia e para todos os açorianos. Obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros dos Governo. Pois, taxa turística, sim, havemos de falar nisto. Neste momento, não. Até, porque, só agora estamos a sair da pandemia. Ainda hoje falamos desta imagem que, às vezes, os Açores estão a transmitir através dessa comunicação social nacional, é complicado. Eu percebo o princípio e, até, posso concordar com ele, no entanto, acho que é prematuro. Também, tenho reservas e ouvindo aquilo que foram os municípios e a associação de municípios, também, esta taxa não deveria reverter diretamente para os municípios. Mas, isso é uma discussão que podemos ter mais à frente, se calhar. Neste momento, nós precisamos, sim, de consolidar o nosso turismo, apostar num turismo de qualidade, banir a massificação, temos que prevenir todos os danos que uma massificação pode-nos trazer. Eu percebo que, pronto, às vezes, as pessoas deslumbram-se com certas coisas, acham que o facto de termos muitos turistas que isso é bom. Não. O que é bom é termos turismo de qualidade, isso, sim. O que é que queremos dos turistas? Queremos dinheiro dos turistas e se queremos dinheiro dos turistas, precisamos dos turistas que tenham poder de compra, que tenham, enfim, um nível financeiro um pouco mais elevado. Esta é a aposta que nunca se fala à sério. Aí, sim, podemos por alguma taxa. Começar a taxar à torto e à direito, faz lembrar a conversa das taxas e taxinhas. E, já agora, que falamos em taxas, turísticas, deixo aqui uma questão. Eu, como cidadão português, porque é que tenho que pagar uma taxa turística no continente? Eu não percebo, eu não moro noutra país, eu não vou fazer turismo, grande parte das viagens, como eu, outras pessoas, vamos em trabalho e pago uma taxa turística, mas, porquê? Uma questão que ninguém levanta. E a vergonha do – como é que ele se chama? – do formulário de localização do passageiro, que é muito engraçado quando vamos lá preencher, pergunta a origem e a origem é Portugal. Agora, nestas coisas, que não tenho ouvido ninguém falar,

também era bastante interessante. Esta discussão prematura permite a mim, Sr. Deputado, já lhe disse, já lhe disse que, sim Sr., temos que analisar isto, compreendo os seus argumentos e concordo, é minimizar os danos, mas, também, se começarmos a falar na qualidade do turismo em vez de me falar em coisas que já ouvi falar aqui dentro, que são contrárias a tudo a que os Açores precisam e, para não sermos o que me dizia, há 20 e picos anos, um Sr. – enfim, nem vou referir quem é, mas, no outro dia tive a oportunidade de lhe dizer na Madeira – que disse, tenham muito cuidado, de não fazer com os Açores o que aconteceu na Madeira. E, quem vai à Madeira percebe o que é que a massificação, o que é que é aquilo que nós não precisamos nos Açores. E, mais, os Açores, também, tem que ser um sítio... eu não lhe estou a tirar argumentos nenhuns, eu estou a dizer que o Sr., antes do tempo, colocou a taxa turística. Apenas a dizer isto. Estou-lhe a dizer que concordo com os seus argumentos. Daqui a 2 anos, se calhar, eu estou aqui para aprovar a sua taxa turística ou de quem a apresentar. Neste momento, não, porque acho prematuro. Quem achar que é assim, garantidamente, minhas Sras. e meus Srs., é contra o turismo dos Açores. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do governo. Sr. Deputado José Pacheco, não há estudo nenhum, (Sr. Deputado José Pacheco, não há estudo nenhum) que demonstre, e esse argumento já foi usado, várias vezes, por várias bancadas, na comissão Permanente, não há estudo nenhum que diga que uma taxa diminui a quantidade de turistas que entra dentro de uma região, ou num concelho ou num país. Não há estudo que diga o contrário. E, o que o PAN pretende é que haja um turista prémio, e não um turista da loja dos 300. Por isso, se o turista vier aqui e não quiser pagar 1€ por dia, esse turista, para o PAN, não é bem-vindo. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves...

Deputado Paulo Estêvão: Só os ricos é que podem ser turistas.

Deputado Pedro Neves: Sr. Deputado não seja populista, 4 euros!

O Orador: Sr. Presidente, o Sr. dá-me licença que eu faça a minha intervenção sem prejudicar os apartes?

Presidente da Assembleia: Eu dou, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Faz favor.

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, eu não gosto de taxas e de taxinhas. Não gosto, é que não gosto mesmo. É algo que me incomoda, é algo que me incomoda, alguém que visita a nossa terra ficarmos aqui quase de chapéu na mão “olha põe aqui uns eurinhos para a taxa turística”.

Deputado António Lima: Isso foi há um ano!

O Orador: Incomoda-me isso, mas, Sr. Deputado Pedro Neves, entre dois males, eu, normalmente, prefiro escolher o menor mal e se estivermos a falar entre taxas turísticas em todos os concelhos dos Açores, e entre uma taxa turística regional que abrange todo o território, eu vou optar pela taxa turística regional. E vou optar, porque, desde logo, a proposta de DLR que o Sr. traz aqui a esta casa tem o bom princípio de limitar o número de custo de dormidas, o número de custo de taxas de dormidas para 4 noites. Eu acho que é um bom princípio e é um princípio que salvaguarda a situação de que quem nos visita, no máximo, pagará 4€ por estar nos Açores, enquanto que se estivéssemos a falar de alguém que, eventualmente, viesse 15 dias aos Açores e que estivesse em São Miguel, na Terceira, no Pico,...

Deputado Carlos Silva: Não vai! É residente, não paga!

O Orador: ... em Santa Maria, teria que pagar, se todos esses concelhos tivessem taxas turísticas, teria que pagar em todos os concelhos o que aumentaria, em muito, o valor que teriam que pagar por taxa turística. Portanto, a sua iniciativa tem o mérito de salvaguardar esta situação e, em função disso e, percebendo que boa parte dos autarcas dos Açores, nomeadamente, da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira, já tinham estruturas, mais ou menos, definidas do que é que seriam as taxas turísticas municipais, eu acho que, em bom tempo, vem a sua iniciativa, no sentido de, criar aqui algum – passo a expressão – algum arrefecimento desse excesso de taxa turística, pelo facto de uma taxa regional ser mais abrangente e não proporcionar, lá está, esse excesso de custo a quem nos visita. Devo dizer que, obviamente, e não gostando das taxas e taxinhas, porque aqui não é tanto o valor, mas, o efeito psicológico que tem sobre as pessoas a taxinha do euro, mas, porque o efeito financeiro que terá sobre as pessoas, o efeito económico, eu acho que não é relevante, porque, eventualmente, uma pessoa se estiver aqui, uma família de 4 pessoas que esteja aqui uma semana vai pagar 16€. Acho que 16€ são irrelevantes, quando comparados, por exemplo, com alugueres de automóveis que no verão passado andaram a 100€. Portanto, se esses 100€ não arrefeceram a vontade das pessoas em vir aos Açores, não há-de ser, com certeza, 16€ que o vão fazer. Portanto, em função disso, Sr. Deputado, eu vou apoiar a vossa iniciativa, sendo que, para tal, decidi apresentar umas propostas de alteração que já deram entrada, sendo que, as minhas propostas de alteração procuraram, acima de tudo, trazer alguma justiça ao setor. Eu entendi que, na sua proposta, quando propunha 2,50€ de comissão para às entidades que vão receber o dinheiro, eu acho que é muito pouco, porque, se esse valor, eventualmente, até fosse minimamente adequado para grandes unidades turísticas, para pequenas unidades turísticas de, apenas, unidade de alojamento, em que as pessoas terão que receber aquela miséria de 2,5% de comissão, eu acho que é demasiado redutor, as pessoas, também, têm o direito de não ganhar dinheiro com aquilo, mas, não

ter o custo acrescido nessa situação e, por isso, propus um aumento desses 2,5% para 10%. Eu acho que é mais justo, eu acho que quando for com os esses 10% de comissão os intervenientes que vão receber esse dinheiro, vão fazer o recebimento deste dinheiro com mais alguma folga, com mais alguma disposição e sem sequer criticar essa taxa turística. Eu acho que essa proposta que apresento de aumentar para 10% será produtiva, tal como, também, acho produtivo a outra proposta de alteração que fiz é que a entidade recetora deste dinheiro possa disponibilizar todos os meios eletrónicos para a emissão dos documentos e até para a receção do dinheiro, porque, lá está, não faz sentido que alguém, por exemplo, dos Mosteiros tivesse que vir a Ponta Delgada pagar, eventualmente, 7€ ou 10€ para liquidação dessa taxa turística que tinha recebido. Portanto, eu acho que as pessoas têm, no conforto da sua casa ou do seu escritório, poder regularizar essa situação sem ter que ter uma perda de tempo acrescida relativamente a isso. Não queria ainda deixar de lembrar que a entrada em vigor que o Sr. propõe no seu diploma é para janeiro de 2023, ou seja, já salvaguarda ainda aqui o verão de 2022. Será, no meu entender, um período de monitorização de como é que as coisas vão correr e, se, eventualmente, para desgosto de nós todos, chegarmos ao final do ano e se percebermos que é desadequado ser,...

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino Sr. Presidente... ser desadequado pôr em prática essa medida, pois, alguém desta casa há-de fazer uma proposta para que seja prorrogada a entrada em vigor deste diploma. No entanto, queria ainda e não posso deixar, não posso, mesmo, deixar de fazer referência a isso. Eu já vi aqui coisas que me incomodam profundamente. Eu acho que o turista que interessa aos Açores, não é o turista que traz a carteira cheia ou não interessa o que traz a carteira vazia. O que interessa aos Açores é o turista que venha aqui, que respeite o nosso povo, as nossas tradições, o nosso ambiente, com carteira cheia ou com carteira vazia. Não vamos fazer aqui apartheids turísticos. Não. Os Açores têm o direito, os Açores têm o dever de receber

todas as pessoas que aqui chegarem de boa-fé. Todas, independentemente, do que gastam. Portanto, não podemos ser aqui mercenários a receber turistas e, por isso, é que eu acho, estarmos aqui com elitismos, na receção de pessoas, é extremamente desagradável. Disse.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Este diploma que o PAN aqui nos traz levanta, sem dúvida, algumas questões. Tem pertinência. Considero que o trabalho que foi feito em comissão é relevante e deveria ser tido em conta e a realidade é que – e vou começar com o trabalho em comissão e isto julgo que é importante realçar este aspeto, porque, já ontem e caindo e reincidindo na comparação com o CEDO – voltamos a ter um diploma que, aparentemente, poderá colher a concordância desta Câmara, mas que, em trabalho de comissão, todos os pareceres são negativos. E já o CEDO foi a mesma coisa e, depois, nós aprovamos. Mas, posso dizer, a Câmara de Comércio de Ponta Delgada e de Angra votou contra...

Deputado Nuno Barata: Nós é que decidimos aqui ou são aqueles senhores lá fora?

Deputada Catarina Cabeceiras: Então, assim, não havia trabalho em Comissão!

O Orador: Não, não, nós fazemos um trabalho em comissão para se ouvir... fazemos.

Deputada Catarina Cabeceiras: Se já todos demos a nossa opinião!

O Orador: Se eu puder continuar Sr. Presidente.

E, como estava a dizer, a questão é que o trabalho em comissão faz-se para auscultar a sociedade civil, faz-se para auscultar os intervenientes dos vários setores...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Se eu estiver a interromper este diálogo, peço imensa desculpa, Srs. Deputados... Não sei, se calhar, posso continuar, então, Sr. Presidente... Mas, a realidade é que o trabalho em comissão faz-se, exatamente, para isso, para se ouvir as entidades do setor, para se ouvir as pessoas que são afetadas, para se ouvir, para se auscultar a sociedade civil, para se auscultar membros do Governo, ou seja, para podermos analisar dados. Mas, a realidade é que as Câmaras de Comércio são contra, a AHRESP é contra, a Associação de Alojamento Local dos Açores é contra, a Associação de Hotelaria de Portugal é contra, o Núcleo de Empresários de Lagoa é contra, a AMRAA é contra, a Associação do Turismo Sustentável do Faial diz, até, que está disponível para participar no aprofundamento desta discussão considerando que a aplicação de taxas turísticas, sejam elas de âmbito regional ou municipal, não deverá acontecer à revelia das empresas do setor. E porque é que eu refiro isto? Porque é, efetivamente, aquilo que, também, a deputada Elisa Sousa disse no início, que, a taxa turística não proporciona nenhum serviço adicional ao turista ou, pelo menos, um serviço que seja por si percecionado diretamente. E vivemos, como a deputada Elisa Sousa focou muito bem, ainda numa situação económica periclitante, do ponto de vista do turismo açoriano e, obviamente, e no nosso entender, numa forma genérica, consideramos que não será, propriamente, o momento mais oportuno para implementar este tipo de taxa. Mas, relativamente aqui ao próprio diploma, por exemplo, no regime de isenções vemos que uma família do Faial que vá passar um fim-de-semana prolongado ao Pico, 4 pessoas, 4 dias, vão pagar, não está nas isenções.

Deputado Carlos Silva: Não vai! É residente, não paga!

O Orador: Não estou a ver... eu estou a ver, não estou a ver onde é que está, mas, então, concedo essa... vou ter que reler. De qualquer das formas, passando a outro assunto, qualquer hóspede que esteja motivado por tratamentos médicos a realizar,...

Deputado Carlos Silva: Isso é o não residente!

O Orador: ... ou seja, que tem que no alojamento, mostrar um documento que comprove a menção aos dias de tratamento em que são realizados. Quer dizer, eu pergunto, se do ponto de vista, também, e levanto dúvidas e são dúvidas legítimas, não sei se já as esclareceu, quanto ao regime de proteção de dados, se faz muito sentido, ou, pelo menos, a privacidade, eu chegar a um alojamento a São Miguel e ter que mostrar se vou a uma consulta ou não vou a uma consulta. E, depois, ao mesmo tempo, em que medida é que isso configura,...

Deputado Carlos Silva: É uma opção! Se quiser beneficiar da taxa pode!

O Orador: ... qual é que é a forma que o próprio alojamento tem de comprovar que o documento é fidedigno ou não é fidedigno. E isto levanta várias questões. Depois, a outra questão tem a ver com o facto de serem os municípios de per si, que, normalmente, são onerados com os custos decorrentes de um aumento, por exemplo, do processamento de resíduos urbanos, que é o que acontece com a pressão turística e as taxas turísticas, mesmo ao nível nacional, as taxas turísticas foram implementadas para fazer face à pressão turística, porquê? Porque isso leva ao aumento de encargos com o processamento de resíduos urbanos, leva a aumentos de encargos com o abastecimento de água, leva aos aumentos de encargos com a gestão de espaços públicos e é, exatamente, essa a questão que nos leva a pensar que são os próprios municípios, normalmente, que têm esses encargos. Ora, e aí, pronto, o próprio diploma do PAN propõe e já nesta alteração final, no documento que está em análise, uma passagem de 75% da taxa para...

Deputado Pedro Neves: Se não desse 25% ao Governo os 75% iam para os benefícios!

O Orador: Mas, pronto, 75% da taxa que é para os municípios e, por acaso, em sede de audição, uma das coisas – e equívoco meu, talvez, também – é que a grande vantagem e isto para ir de encontro, efetivamente, àquilo que foram os argumentos do Sr. Deputado Carlos Furtado, relativamente a haver uma taxa municipal ou uma taxa regional. Bem, este documento, este Projeto de DLR, em primeiro lugar, não impede que os municípios criem uma taxa municipal, uma taxa turística municipal, não há aqui qualquer impedimento legal para os municípios puderem implementar essa taxa, isto por um lado. Por outro lado, aquilo que seria a mais-valia que, eu, pessoalmente, e no CDS, víamos como uma mais-valia, ou, pelo menos, algo que era pertinente e seria uma boa medida se o PAN a tivesse vertido aqui,...

Deputado Carlos Silva: Apresente uma alteração!

O Orador: ... mas, agora, na leitura que faço, não é o mesmo entendimento, é se essa taxa, efetivamente, fosse distribuída, de alguma forma, equitativa por todos os municípios, mas, a realidade é que não, é que é distribuída para os municípios onde é feita essa dormida. Ora, então, se é assim, porque é que nós estamos a tirar uma fatia àquela taxa que os municípios poderão implementar, uma vez que eles é que fazem face às despesas de gestão de resíduos e do aumento dos custos com água e de abastecimento de água e com a gestão de espaços públicos? Acaba por não fazer muito sentido. Isto para não dizer que, depois, uma vez que esta taxa – e isto eu já tinha dito em sede de comissão – este Projeto de DLR do PAN, obviamente, é articulado e não é uma medida isolada, avulsa, e está relacionado, também, com a eventual criação do fundo ambiental regional.

Mas, eu reitero que, a realidade é que os fundos que tenta, ou seja, tenta criar uma estrutura que, depois – teremos tempo para fazer essa discussão, obviamente, quando discutirmos o diploma – cria uma estrutura de gestão, género de um instituto e que, apenas, 25%, diria aqui que era 25% da verba para a criação desse fundo, mas, que, na realidade, já não é 25%, porque, há 2,5% que seriam para a entidade que cobra esta taxa, ou, na proposta do

deputado Carlos Furtado, serão 10%, o que deixa 15 a 20% para esse fundo ambiental, o que, também, dificulta bastante, ou seja, estamos a criar um fundo ambiental, cuja receita vai pagar, segundo contas do PAN, a sua entidade gestora. Mas, isto, para dizer que, do ponto de vista do diploma, há alguns méritos e reconhecemos alguns méritos na proposta e, pelo menos, na visão de tentar que houvesse uma uniformidade na taxa, do ponto de vista regional, mas, tendo em conta a oportunidade e, tendo em conta, também, o facto de isto não permitir, ou não impedir, que haja aqui a criação de taxas municipais, o facto de os próprios municípios terem dito que estão a avaliar essa possibilidade e de – não no imediato até por causa das questões económicas que já foram aqui relevadas – mas, que, poderão, eventualmente, a vir a colocar essa taxa, não faz sentido e, aí, concordo com a intervenção, vou ao encontro da intervenção do deputado Carlos Furtado, quando disse, ao início, que parece que somos uma região de taxas e taxinhas e que andamos um bocadinho aqui à procura de esmifrar, de certo modo, quem nos visita com uma coisa que não faz muito sentido e que eu compreendo que seja, eventualmente, irrelevante o valor de mais 1€ na dormida, mas não deixa de ser uma taxa adicional que é cobrada, muitas vezes e, na grande maioria das vezes, *a posteriori*, quando a pessoa chega ao alojamento, já com o alojamento pago e, depois, tem essa taxa para ser faturada. E isso cria uma certa aura que considero que não faz sentido. O turismo nos Açores deve ser um turismo *premium*, não é um turismo de massas, sem dúvida, mas, também, não é pelo facto de criarmos esta taxa que vai haver qualquer tipo de melhoria, do ponto de vista da gestão ambiental e dos nossos próprios recursos ambientais e, por isso, não concordamos e não podemos acompanhar esta medida. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo, regressamos às 18:25h.

Eram 18 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. A mesa tem várias inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra. Se faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, era apenas para responder aqui ao Sr. Deputado, ao desafio que ele me colocou, se eu conhecia pessoas que... enfim, deixavam de ir para os lugares ou viajar pelas taxas. Olha, eu se calhar sou uma das pessoas que não gosta de taxas, e quando vê alguma taxa em alguma coisa, realmente, faz-me pensar. Obviamente, que não há de ser impedimento uma pequena taxa nem nada disto, mas é um fator dissuasor, é verdade que é. E isso temos de concordar, que ninguém gosta de taxas. Às vezes elas são necessárias, e taxas acima de taxas, já temos nos combustíveis e noutras coisas mais. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está inscrito o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, entro neste debate, obviamente para a discussão da proposta, começando por dizer que o turismo como atividade económica importante, e que gera, e pode gerar ainda mais e com melhor justiça social,

um valor... um valor para a região, seja ao nível do emprego, seja ao nível daquilo que também constitui, na prática, um retorno económico, que é, em grande medida, uma exportação, uma vez que são recursos que entram na região. E essa entrada de recursos, e a sua distribuição deve, obviamente, ser fomentada com o desenvolvimento de um turismo não massificado, um turismo de qualidade, um turismo respeitador do ambiente, do património, e das nossas vivências, como é natural. No entanto, como diziam os economistas, qualquer atividade económica tem esterilidades negativas e o turismo não é exceção; tem consequências que, para além das positivas, tem consequências negativas por demais conhecidas e reconhecidas por muitos, e estudadas pelos efeitos do turismo, onde ele, principalmente, onde ele se torna massificado, e de onde ele tem mais incidência. Ora, a implementação de uma... taxas turísticas tem sido uma medida que, em muitas cidades da Europa, e no país também, tem sido utilizada nem sempre bem, mas, muitas vezes, tem sido utilizada como um meio de atenuar os efeitos negativos o turismo. Essa taxa, se bem utilizada, não utilizada para atrair mais turistas, que, nesse caso, é um erro; mas utilizada para atenuar os impactos negativos, seja pelos impactos ambientais, seja os impactos ao nível da qualidade de vida nos meios urbanos, seja ao nível dos impactos na habitação, nos preços da habitação, essa taxa bem utilizada é uma mais-valia e é um mecanismo importante para atenuar os impactos e compensar, também, as populações pelos impactos negativos do efeito do turismo. Neste caso, esta taxa turística, consideramos que se justifica nos Açores. Haveria várias formas de a implementar, seja através de uma taxa municipal, totalmente municipal, como poderão os municípios, se entenderem, fazê-lo; uma taxa totalmente regional, ou uma taxa que, na prática, é regional, mas que pode ser estendido... cujas receitas podem ser, também, atribuídas aos municípios. A solução que se encontra neste diploma é uma solução deste tipo. Por outro lado, a utilização... a consignação dessas verbas é um fator que é extremamente importante. Pode ser... poderia não existir nenhuma consignação, poderia

existir uma consignação para fins ambientais, como é... como é proposta, ou, então, até, para outros fins, nomeadamente em outras áreas ligadas, por exemplo, à habitação, uma área que é sobejamente afetada também pelo impacto do turismo e que poderia também ser uma das hipóteses. Não discordamos, antes pelo contrário, desta solução; assiná-lo apenas que poderão existir outras, mas a solução relativamente ao seu investimento na área ambiental, parece-nos adequado. Ora, indo também àquilo que já é uma discussão já de algum pormenor na proposta, eu gostaria de dizer que parece-nos, um tanto ao quanto, desequilibrado, uma distribuição de receitas de 75% para os municípios, como se propõe, e como propõe a representação parlamentar do PAN, e de 25% para a região. Isto por dois motivos essenciais. Em primeiro lugar, porque grande parte dos locais visitáveis na região e que são atrações turísticas, elas próprias, são da responsabilidade da região e não são da responsabilidade municipal, ou seja, a região tem que as manter, tem que investir nelas, e essa taxa turística tem, efetivamente, tem um objetivo. Pode ter o objetivo de manter, permitir um menor custo de manutenção, ou compensar esse custo da manutenção, de manutenção, melhor dizendo, do impacto que, obviamente, a visitação tem nesses locais. Esse é um argumento que consideramos que é importante para se ter uma distribuição mais equilibrada, e também é um argumento para a existência de uma taxa turística regional. Por outro lado, em algumas ilhas, nomeadamente e provavelmente principalmente na ilha de São Miguel, a distribuição de camas está muito concentrada numa zona e, até, e ainda, muito concentrada num concelho. Eu não tenho dados... não consegui encontrar dados de distribuição de camas por municípios... que eu saiba, pelo menos, o Serviço Regional de Estatística não os tem. Poderão existir, certamente que existirão, mas, todos percebemos que, grande parte dessas camas estão no concelho de Ponta Delgada. Ora, distribuir a receita da taxa turística pelos concelhos, pelos municípios onde estão os alojamentos, beneficiará, principalmente, no caso de São Miguel, o concelho de Ponta Delgada. Sendo que o impacto

negativo da visitação não se resume, ao contrário do que acontece, por exemplo, numa cidade, onde os turistas ficam delimitados a um espaço daquela cidade, na região e, por exemplo, na ilha de São Miguel, como eu estava a referir, os turistas percorrem toda a ilha de São Miguel e o seu impacto, também, percorre toda... toda a ilha e há concelho mesmo distantes que são altamente visitados por todos os turistas: o concelho da Povoação, com a freguesia Furnas e tudo o que está à volta é, naturalmente, um concelho que tem visitação praticamente todos, senão todos os turistas que visitam a ilha. Por isso, a concentração dessa receita no concelho de Ponta Delgada, não nos parece a mais justa e a taxa... a distribuição pelos cofres da região será uma forma, também, de atenuar essa desigualdade que existe por via da concentração de camas numa determinada zona e, principalmente, num determinado concelho. Posto isto, nós apresentamos uma proposta de alteração, há outras também, nomeadamente do Partido Socialista, com o mesmo objetivo, com uma percentagem diferente, mas que têm, julgo eu, o mesmo... o mesmo objetivo geral. Chegado até aqui, terminando esta parte mais de detalhe, eu gostaria também de me referir aos argumentos contra a aplicação desta taxa. Em primeiro lugar, há sempre o argumento que surge, provavelmente eu recordo-me quando Lisboa implementou, ou pensou implementar, a taxa turística, surgiram, naturalmente, sempre vozes a dizer que isso poderia afastar turistas e que não era o momento. Bem, este é sempre um argumento interessante, que é “não é o momento”. A questão é: quando é que será o momento? A verdade é que esse debate já foi feito provavelmente onde a taxa turística... em todos os locais onde a taxa turística foi aplicada, e não consta que algum local e, por exemplo, Lisboa isso não aconteceu, antes pelo contrário, que a taxa turística tenha afastado turistas. E, certamente, quem já viajou para alguma cidade onde a taxa turística é aplicada, não foi, de certeza, um fator que fizesse alguém desistir da viagem por ter de pagar quatro ou cinco euros, ou seis euros, ou 10 euros, que fosse, para visitar aquela cidade. É mais um custo, certamente, mas ninguém deixa de fazer uma

viagem que quer mesmo fazer, por turismo e eu considera que é um local atrativo e que quer mesmo visitar, só porque existe uma taxa turística. Esse argumento de que isso afasta os turistas ou de que não é o momento, é um argumento que não colhe, porque, na verdade, as pessoas têm outras prioridades e o custo de uma viagem, muitas vezes, pode ser elevado, mas não é, certamente, por uma taxa turística que alguém deixa de fazer essa mesma viagem. Aliás, eu suspeito e, obviamente, já falei com muitas pessoas que viajam para vários sítios... as pessoas, muitas vezes, compreendem o impacto... o próprio impacto que têm, são turistas responsáveis e conscientes, e percebem o impacto que o turismo tem naquela região, naquela localidade, e percebem que a taxa turística é uma forma, também ela, de compensar as populações que ali vivem do impacto que eles próprios têm naquela... naquela região, naquela localidade. Por isso, a taxa turística é muitas vezes já compreendida pelos turistas de vários países, que até têm a mesma medida na sua cidade. Por isso, não nos parece que seja por aí que haja algum problema e, esse argumento, de facto, de que não é o momento ou de que isso pode afastar turistas, não é um argumento que possa entender seja... seja muito relevante para este debate. Relativamente à questão, também, de que os municípios deveriam, se quisessem, aplicar essa taxa, de facto, isso poderia ser uma hipótese, mas, como já referi, inicialmente, nos Açores, os turistas que viajam para os Açores não se ficam por um único concelho, muito pelo contrário. Nas ilhas onde há vários concelhos, eles circulam, e circulam entre vários concelhos, e circulam várias vezes. Por isso, o impacto negativo que existe, para além daqueles que são positivos, como já referi, o impacto negativo não se resume ao concelho onde as pessoas estão alojadas e, muito menos, se resume a áreas que são responsabilidade municipal. Muitas áreas são de responsabilidade regional, e é o Governo que tem de pagar a sua manutenção e é o Governo que tem de pagar os impactos que possa ter a visitação nesses locais, como tem muitos locais e que são os mais atrativos da região e que são locais, exatamente, que têm natureza de

áreas protegidas, áreas com algum tipo de classificação e algum tipo de proteção, como as lagoas, como reservas naturais, etc. Por isso, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a esta iniciativa, acompanhando o princípio, acompanhando, também, a forma como ela é aplicada. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Anjos:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu confesso que me inscrevi tardiamente na esperança de ouvir a posição que o Governo tem acerca desta matéria, coisa que não aconteceu, mas parece que está para breve. Adiante. Os Açores são um destino de natureza e experiências, focado na preservação os recursos e da salvaguarda do legado natural do arquipélago. A região soube posicionar-se na oferta turística internacional e este percurso valeu a distinção de primeiro arquipélago do mundo do mundo a ganhar o selo “Destino Turístico Sustentável”, fruto do trabalho, investimento e sentido de estratégia dos governos do Partido Socialista, em parceria com as empresas e os trabalhadores do setor. Esta distinção foi apenas o princípio de um caminho de melhoria contínua, com foco no presente, mas também no futuro, com o principal objetivo de elevar esses padrões de sustentabilidade em 2024, para obter nova certificação. Não foi por acaso que existiu uma estratégia concreta para o turismo entre 2016 e 2021, bem como um sistema de incentivos ou investimento atrativo e disponível, um verdadeiro sentido de estratégia e coesão, e não apenas proclamação. O turismo é um dos poucos setores económicos que cresce inconsistentemente, traduzindo-se em desenvolvimento socioeconómico, emprego, desenvolvimento de infraestrutura e receitas de exportação; mas só será sustentável se for desenvolvido e gerido considerando, tanto os visitantes, como as comunidades locais. O turismo nos Açores é caracterizado pela procura de espaços, tanto quanto possível intactos em termos ambientais, e com uma

forte integração das características sociais e culturais locais. Por seu lado, a região enquanto recetor, procura vias alternativas de desenvolvimento que permitam reduzir os efeitos negativos do turismo sobre o meio, que assegure uma maior diversidade de formas turísticas e, sobretudo, que integre, de uma forma harmónica, as necessidades dos turistas e da população local. A gestão do turismo envolve uma constante valorização dos serviços e recursos disponibilizados, o que implica um contínuo investimento público na manutenção e melhoramento dos níveis da qualidade de oferta. Deste modo, o grupo parlamentar do Partido Socialista considera pertinente a discussão deste diploma em análise, contribuindo com propostas de alteração, que entende melhorar e adequar o aqui apresentado, pois a implementação de uma taxa turística que garanta a preservação dos recursos naturais e que promova um turismo sustentável, merece a nossa atenção.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Se faz favor, Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sem prejuízo da bondade das intenções que estão subjacentes a esta proposta a este projeto de decreto legislativo regional, a verdade é que nos suscita um conjunto de questões que, em nosso entender, devem ser refletidas e ponderadas nesta casa.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

A Oradora: E são, desde logo, uma questão de oportunidade, uma questão de iniciativa desta taxa e, também, os custos de contexto que este diploma trará aos empresários. São questões que, numa altura em que o turismo começa a dar os primeiros passos de recuperação, depois de uma quebra de 70% em 2020, relativamente a 2019, de uma quebra de 40% de 2021 em

relação a 2019, é preciso ter todo o cuidado para não desencorajar quem nos visita.

Deputado Bruno Belo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O nosso esforço neste momento tem que ser de incentivo, de estímulo, de criação de notoriedade para o nosso destino turístico.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: Não é dar sinais contrários, não é por ser um euro ou dois euros, é o sinal contrário que isso dá, neste momento, a quem nos procura, aos mercados que são cada vez mais concorrenciais, numa conjuntura extremamente difícil, quer nacional, quer regional, quer internacional. A nível regional, nós estamos em plena crise sísmica vulcânica, graças a Deus, esperamos nós que, em fase de descer e de desaparecer e tudo voltar à normalidade, mas isso influenciou os mercados, as pessoas ouviram as notícias, as pessoas têm receio para vir, e São Jorge é Açores, temos que ter cuidado com isto tudo.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: As pessoas quando vão às Canárias não estão a pensar em ir a esta ou aquela ilha, vão às Canárias. Quando vêm aos Açores, vêm aos Açores, é um conjunto. E nós temos de ter noção de que nós não podemos desencorajar a procura, temos é que incentivar neste momento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Eu não estou a referir que esta taxa não terá a sua oportunidade, o que eu estou a dizer é que esta não é a oportunidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Então quando nós estamos a sair de uma pandemia, temos um conflito, uma guerra, no leste europeu, até poderemos beneficiar com alguns turistas que possam vir para cá, e que iam para estes mercados euro-asiáticos, temos que apelar à vinda deles e não dar mensagens contrárias a tudo isso. Temos, neste momento, um problema de inflação que está a aparecer, e a inflação faz com que os turistas fiquem muito mais sensíveis ao preço. A sensibilidade ao preço aumenta muito; é um euro, é dois euros, mas as pessoas não estão a pensar no valor, estão a pensar naquilo que isso representa em termos de falta de atração ou de desencorajamento da procura.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: E é isso que nós temos de pensar, e é isso que eu quero referir quando, neste ponto de oportunidade, coloco a questão em cima da mesa.

Deputada Alexandra Manes: Nunca é!

A Oradora: Esta não é, efetivamente, a oportunidade,...

Deputada Alexandra Manes: Nunca é a oportunidade!

A Oradora: ... nem por razões internacionais, nem por razões mesmo regionais. Não é a oportunidade. São Jorge está a pedir, está a pedir compensações para os empresários, porque têm problemas, como cancelamentos, e nós vamos aplicar uma taxa?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quem é que compreende isso? Quem é que compreende? Eu gostava de dizer ao Sr. Deputado do PAN (e eu posso dizer-lhe isso a ele, que ele sabe) que eu sou uma defensora do ambiente, aprovei muitos diplomas do vosso partido, mas não é a oportunidade, Sr. Deputado, não é esta a oportunidade. Ela virá, mas não é agora. Também lhe queria dizer que, muitas vezes, se confunde a visitação de certos pontos, a pressão sobre certos pontos, com pressão turística; não é isso. A pressão sobre certos pontos revolvem-se com outras medidas, medidas já adotadas para o ilhéu de Vila Franca, medidas adotadas para a Lagoa das Furnas, a Poça da Beija, as Caldeiras da Ribeira Grande...

Deputado António Lima: Não é uma taxa!

A Oradora: E poderíamos falar de muitos mais, mas é pontual, é pontual sobre aqueles pontos de visitação, não é uma taxa regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E isto, do nosso ponto de vista, não é bom para a nossa região, e quem defende os Açores, e quem defende a economia dos Açores, e que tem consciência que o desenvolvimento turístico é essencial para alavancar a economia dos Açores, não pode concordar com esta taxa. Mas há mais questões que nós podemos abordar, que é a segunda: a iniciativa. A iniciativa desta taxa no nosso país tem sido, sistematicamente, as câmaras municipais. Quem é que nesta Assembleia garante que, depois de se criar uma taxa regional, não vão aparecer taxas municipais?

Deputada Alexandra Manes: Daqui a 4 ou 5 anos não se poderá fazer isso?

A Oradora: Não há forma de impedir isso, porque é uma competência municipal e, portanto, é um alerta, é um alerta que eu deixo. Mas também não deixo de dizer aqui que considero que uma taxa regional não é justa.

Deputado Carlos Silva: Isso é uma contradição, Sra. Deputada!

A Oradora: E não é justa porque o peso turístico das várias ilhas não é igual, e, dentro de cada ilha, não é igual em todos os concelhos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, quando nós reclamamos, como região insular e ultraperiférica, um tratamento diferente para aquilo que não é igual, nós também não podemos tratar as ilhas e os concelhos de forma igual, quando elas são diferentes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: A outra questão que eu queria deixar aqui são os custos de contexto para as empresas. Os Srs. Deputados já se aperceberam da complexidade deste diploma, relativamente à cobrança e à distribuição das taxas que vão ser arrecadadas pelos empresários, que vão prestar um serviço à Região Autónoma dos Açores? Os empresários é que vão estar ao serviço? Nós é que defendemos os empresários. Quando eu digo que um euro vale mais no bolso de um empresário do que no bolso do Governo, não posso

depois pôr-lhe em cima a carga e o sobrecusto que este diploma acarreta na sua cobrança.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Nós não podemos defender os empresários às segundas, terças e quartas, e às quintas, sextas e sábados, defender o contrário. Temos de ser coerentes. Este diploma não pode ser aplicado desta forma aos empresários, porque... os empresários, que tiveram problemas, como a pandemia, que estão focados na sua rentabilidade e viabilidade, depois de toda esta situação, que dispensaram pessoal, que estão com poucas pessoas e não podem pagar mais do que aquelas que têm hoje, como é que vão dar resposta a toda esta complexidade que aqui está, para a cobrança e distribuição desta taxa?

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Não é, certamente, com 2,5%, nem é com 10% de uma taxa que, no máximo, será de quatro euros. Eu gostava de saber se um euro vai dar para um empreendimento turístico admitir alguma pessoa para fazer todo este trabalho que aqui está. Isto é só para dar o exemplo, porque, se não for com exemplos concretos, é muito difícil perceber-se o que é que aqui está em causa; mas o que aqui está em causa é muito complexo e é muito complicado para os nossos empresários. E, por isso, Sras. e Srs. Deputados, eu não estou a dizer aqui que nós não concordamos com esta taxa, o que eu estou a dizer aqui é que não concordamos com esta taxa agora, aplicada desta forma, mas

que virá a sua oportunidade quando, efetivamente, a densidade turística e a intensidade turística o verificar... o justificar. Efetivamente, hoje em dia, nós estamos a menos, e aqui já foi referido que nós não nós devemos comparar com as Canárias; pois não, Sr. Deputado, claro que não, mas nós temos uma margem de progressão exponencial até chegar às Canárias. E, portanto, vamos com calma, vamos com cuidado, mas não vamos, neste momento, em que as pessoas estão a levantar a cabeça, enterrarmos, novamente, as nossas empresas e os nossos empresários. Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Sei bem que não vou ter a mesma quantidade de palavras, mas isso não quer dizer que me tira a razão. Posso não ter palmas, mas gostaria de ter um bocadinho de silêncio, porque, obviamente, que a nova Sra. Secretária vai, pelo menos, dar mais luta que o Sr. Secretário, o anterior. E, tendo em conta isto, sem dúvida, sem dúvida que tem de dar corda aos sapatos para aquilo que não foi feito no turismo, durante a pandemia, pelo Secretário anterior. Eu sei, Sra. Secretária, que você vai ter muito trabalho, mas isso é trabalho seu... do executivo, em promover o destino Açores aos turistas.

Deputado João Bruto da Costa: Convinha que o senhor ajudasse!

O Orador: Agora, deu o contexto de guerra, tivemos na Páscoa... não tivemos, aliás, uma redução, tivemos um grande aumento, no contexto de guerra. Contexto sismológico de São Jorge, Páscoa, já tínhamos o contexto...

tivemos aqui todos os turistas. Ninguém, ninguém anulou as suas reservas. A Sra. Secretária falou sobre o contexto sismológico do São Jorge, que isso, supostamente, não ajudaria relativamente à taxa turística.

Deputada Catarina Cabeceiras: Hein? Em São Jorge?

O Orador: Estou a dizer que não retirou... eu estou a falar no Destino Açores, o medo, por parte dos turistas, relativamente à condição que se está a passar do São Jorge. Tenha calma, Sr. Deputado, eu não estou aqui a atacar o São Jorge nem absolutamente nada; estou, simplesmente, a argumentar o contexto e a meter em caixinhas de contextos que foram metidos de uma forma que... foi dito depois uma inverdade que é, o último onde eu quero finalizar, contexto de... que é este aqui, contexto do custeio dos empresários. Isso foi previsível, Sra. Secretária, usar... supostamente os empresários como arma de arremesso para dizer a toda a sensibilidades de todos os deputados e, neste caso, da bancada do PS que lhe faz confusão, porque sim, vai, provavelmente vai ser aprovado, pelo menos pelo que nós estamos aqui a ouvir e não é, nem por falta de sensibilidade, nem de maturidade, nem de responsabilidade política. É sim de responsabilidade política, também é uma opção política, da forma como nós podemos fazer. Agora, os empresários não vão ter custeio absolutamente nenhum, não vão ter custeio absolutamente nenhum, porque, se verificarmos, aritmeticamente, sobre quanto é que cada pessoa, seja dentro da parte de hotelaria, seja de um AL... aquilo que nós vamos conseguir retirar dos minutos que vamos ter para fazer um sistema, que não vou ser eu que vou fazer, não são os Srs. Deputados, é o Governo, obviamente, e temos vários exemplos dentro de Portugal que podem ajudar e que não têm nem custeio, nem complexidade nenhuma, que é, até, aplicações à base de internet, não é preciso, sequer, estarmos a instalar grandes coisas, que vai custear alguma coisa e será por causa disso que as empresas vão desmoronar nos Açores. Isso é uma desculpa fácil, Sra. Secretária, pensava que iria usar outras situações. Acredito que o seu partido e, obviamente, o Governo, não estão extremamente contentes para que esta taxa seja regional,

seja apenas municipal, esquecendo à partida o nosso património natural dentro da região. Nós temos património regional, e não podemos esquecer desse património, exatamente como o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda disse. Não é falta de responsabilidade dos deputados que, à partida, abracem esta iniciativa, é, simplesmente, uma opinião política diferente da Sra. Secretária. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Muito já foi aqui discutido ao longo dessa sessão plenária sobre a taxa turística e, para o Partido Socialista, é importante clarificar alguns aspetos. Em primeiro lugar, a essência da taxa turística e o diploma que está hoje em discussão, que é manifestamente diferente daquele que foi discutido em comissão, na sua versão original. E essa evolução, na nossa perspetiva, há uma evolução positiva porque, desde logo, permitiu clarificar que estava aqui em discussão uma taxa turística regional, evitando qualquer confusão entre taxas turísticas municipais.

Deputado Paulo Estêvão: Os senhores são o partido das taxas e dos impostos!

O Orador: E essa é uma vantagem do diploma que está aqui em apreciação. Em segundo lugar, também, é importante clarificar que nós não devemos entender a taxa turística como apenas uma fonte de receita. Mais importante que a receita que ela permite arrecadar, que permite, é o que ela permite alcançar ao nível de preservação ambiental, proteção dos recursos naturais e promoção de um turismo sustentável que todos nós defendemos. Esse é que deve ser o foco porque, se tivermos em consideração os valores que estão aqui em discussão, não é por um euro e, até, em algumas circunstâncias, por menos do que um euro, que qualquer turista deixará de visitar os Açores. Qualquer um de nós, certamente, já... muitos já visitaram muitos destinos e pagaram muito mais do que isso, e nunca tiveram... nunca colocaram em

causa a viagem para esse destino pelo valor que era aplicado. O que é importante salvaguardar, e penso que este diploma também permite isso, é que haja, de facto, um investimento na preservação ambiental, na proteção dos recursos naturais, na promoção de um turismo sustentável. De facto, é para isso que nós entendemos importante aprovar esta iniciativa. Em segundo lugar, disse a Sra. Secretária Regional do Turismo que esta iniciativa ia implicar um aumento de custos de contexto para os empresários. Já aqui foi esclarecido que isso não corresponde à verdade.

Sra. Secretária, desde logo por uma questão muito simples, porque o diploma prevê a criação de uma plataforma eletrónica e é o Governo...

Deputado João Bruto da Costa: O senhor é que vai lá cobrar?

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, eu sei que está muito incomodado, mas se me permitir concluir...

Deputado João Bruto da Costa: O aparte acho que é regimental!

O Orador: Se não concorda com os argumentos, tenta fazer apartes para perturbar, mas não se preocupe, tem todo o tempo do mundo. Eu estava a dizer, Sra. Secretária, que cabe ao Governo criar uma plataforma eletrónica para que o sistema de cobrança dessa taxa seja o mais fácil possível. Aliás, as entidades exploradoras de estabelecimentos hoteleiros já fazem comunicação às entidades públicas dos hóspedes e, portanto, por uma questão de articularmos informação e garantir que o processo é o mais eficaz e eficiente possível. Portanto, isso está nas suas mãos, evitar que os custos de contexto possam aumentar, sobretudo ao nível de tempo despendido pelas empresas. Também, a versão que está aqui hoje em discussão, também contempla uma verba para os custos administrativos que possa... que possa gerar para os empresários. É uma percentagem reduzida, mas, de qualquer forma, ela visa repartir uma parte da receita que é cobrada, visa ressarcir os empresários que têm esse despendo de tempo. E, também, relevante, a Sra. Secretária fala que, essa introdução dessa taxa turística é um sinal contrário ao mercado. Correto? Foi isso que disse. Senhora Secretária, certamente, ou anda desatenta, ou não

consultou a informação sobre o setor. Taxa turística: Cabo Verde. Desde 2013 que cobra dois euros por dia. Essa versão que está aqui em discussão, um euro por dia até quatro noites. Cabo Verde são até sete. Um exemplo: Baleares. Creio que é um destino mais comparável. Cobra por dia até quatro euros e isso é diferenciado em função do tipo de alojamento. A Tailândia, por exemplo, é de 2022, vai aplicar, pela primeira vez, em plena pandemia, vai aplicar pela primeira vez, oito euros por dia. Veneza, em Itália, três a 10 euros. Fernando Noronha, que é um destino reconhecido com critérios de sustentabilidade muito elevados, cobra cerca de 87 reais, aproximadamente 15 euros por dia... 15 euros por dia. A União Europeia em 2022 vai aplicar um imposto sobre o turismo a quem visita a União Europeia proveniente de fora do espaço Schengen, são cerca de sete euros. A União Europeia. A Córsega já cobra um euro. As Caraíbas cobram em 13 a 45 euros e função da estadia. A Nova Zelândia cobra até 21 euros de taxa turística sustentável. Contrária às tendências, Sra. Secretária? Aparentemente, a Sra. Secretária é que está contrária à tendência, porque a tendência é de aplicação de taxas turísticas que garantam a preservação ambiental e a promoção de um turismo sustentável. Todos nós estamos a favor disso, portanto, qual é o problema? E, depois, também diz a Sra. Secretária que isso é um problema para os empresários.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas: Que ginástica para justificar o injustificável!

O Orador: Aliás, ao longo de toda a sua intervenção, o seu único foco foi “empresários”, mais nada. Senhora Secretária, mas o que está aqui em discussão é muito mais do que isso. É criar condições... melhorar as condições de vida para quem cá reside também, através de uma taxa turística.

Deputada Elisa Sousa: Municipal!

O Orador: Claro que todos nós queremos que existam empresas, que elas gerem riqueza... mas é valorizando o turismo, como aqui se pretende também, que terá benefícios diretos para as empresas. E, portanto, não vemos

qualquer problema na criação de uma taxa turística nos moldes em que estão aqui previstos. Mais ainda, o Partido Socialista, reconhecendo que deveria introduzir aqui algumas alterações, introduz uma redução de 50% para incentivar a visita na época baixa e, portanto, nem um euro estamos a falar, estamos a falar de 50 cêntimos em alguns casos. A Sra. Secretária acredita que alguém deixará de visitar a região por 50 cêntimos? Nós até poderíamos estar aqui a falar, conforme dei nota, de valores mais elevados, mas entendemos que esse é um ponto de partida e que devemos aplicar e avaliar. Avaliar os seus impactos e decidir o caminho que devemos seguir, mas não vemos que isso seja um problema. Aliás, a tendência é essa. Não seguir a tendência nesta matéria é que seria um erro. Portanto, da nossa parte, estamos confortáveis com a versão que está aqui em discussão e entendemos que, com as alterações que propomos, a maior parte dos partidos que aqui já... já apresentou os seus argumentos sobre essa iniciativa, poderia, até, aprovar as propostas de alteração e aprovar o diploma, porque também garantimos que uma alteração que fizemos, uma parte das receitas que são alocadas aos municípios é uma percentagem mais reduzida que aquela que estava no diploma inicial... nós propomos 25%, porque entendemos que uma taxa mais elevada, como consta, poderia desvirtuar a taxa turística regional e entendemos que, caso o município decida aplicar uma taxa turística, ele deixará de receber essa verba, porque não faz sentido receber duas vezes pela mesma taxa. E, portanto, também essa alteração visa salvaguardar essa circunstância. Foi um dos argumentos invocados até pelo Deputado Rui Martins e, portanto, certamente ficará confortável se o deputado aprovar a proposta do Partido Socialista. Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo: Então se os municípios todos criarem uma taxa essa taxa deixa de existir?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Está aqui em discussão um diploma que é o Regime Jurídico da Taxa Turística Regional, que é uma iniciativa do Partido das Pessoas, Animais e Natureza, pela voz aqui do Deputado Pedro Neves. E aproveito já para parabenizá-lo pela iniciativa apresentada e que, mais uma vez, demonstra o trabalho desenvolvido pela sua pequena equipa e em prol dos açorianos, seguindo as suas convicções, neste caso através de um diploma inovador. Porém, as audições parlamentares realizadas revelam algumas dificuldades à implementação do referido diploma. Mas, também, as mesmas vozes que contestam, também referem os prós do seu diploma. Vai daí, o grupo parlamentar do PPM suscita algumas dúvidas na sua aplicação, e referindo alguns pontos desfavoráveis temos como “burocracia de implementação e praticidade do sistema”, que foi algo que foi vincado nas audições executadas em sede de comissão parlamentar. Outro dos problemas que antevemos que, obviamente, que dá para ser alterado, mas merece uma profunda reflexão, são as coimas demasiado pesadas...

Deputado Carlos Silva: O Sr. Deputado pode apresentar uma alteração ainda!

O Orador: ... e que, aproveitando o que a Sra. Secretária Dra. Berta Cabral referiu, que um euro não é... será que a implementação desse euro de taxa e se for um, digamos, alojamento local que tenha pouca adesão, se compensa o trabalho de... de... para meter em prática esse sistema. O euro não é... não é o mais importante, o mais importante é que estas coimas, ao não serem verificadas e reduzidas, pode haver problemas em que, por descuido de quem tem... um proprietário de um alojamento local, por, por exemplo, digamos que.... o Artigo 13.º, na alínea c), “em ausência de comunicação ou inexatidão dos dados, terá uma coima, no mínimo, de 350 euros a 5.000

euros”. Claro que estamos a falar de uma contraordenação, mas também sabemos que, por vezes, e pela falta de experiência ou falta de... de... podem ser novos no mercado, se falha alguma coisa dessas e recebem uma inspeção, podem ter mais prejuízo do que vantagens. E continuando alguns pontos desfavoráveis, depois existem também dúvidas das competências do poder local que estão a ser beliscadas, como aqui já foi falado. E, por último, nestes pontos desfavoráveis, o tempo em que, mais uma vez, em que isto... esta iniciativa aparece. Não querendo tirar o mérito dela, mas querendo referir que, na verdade, estamos a sair de um... já outra vez o mesmo tema da pandemia, mas... ou seja, o contexto internacional, neste momento, é desfavorável.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

O Orador: Em suma, para conseguir um maior consenso dos empresários e das partes representantes dos mesmos, e também de alguns partidos políticos aqui representados, julgamos que será prudente esperar pelo fim deste novo verão – digo novo por estarmos a sair da pandemia COVID-19, está quase –, e acertar agulhas para este ambicioso projeto conseguir ir avante em melhores condições. Neste momento, o grupo parlamentar do PPM terá de votar contra este diploma, mas reiteramos o exausto trabalho apresentado pelo PAN e reconhecemos o seu mérito. Muito obrigado.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O Sr. Deputado Carlos Silva

trouxe-nos aqui vários exemplos de taxas turísticas e referiu algumas delas como de proteção ambiental.

Deputado Carlos Silva: Não referi a nível ambiental!

O Orador: Na Tailândia, a que vai ser criada é para proteção ambiental. Não deixa de ser um exemplo interessante comprar a Tailândia com os Açores, acho que captamos, mais ou menos, o mesmo tipo de público. Estou mesmo à espera de ver no próximo... quando andar na... na Fly Emirates... na Fly Emirates, espero lá estar a ver “Tailândia – Açores”, assim lado a lado, que é para as pessoas... que são mais ou menos o mesmo tipo de público. De qualquer das formas, acho que fez um exercício interessante, e eu fiz aqui só uma conta rápida com as taxas que nos diz. Ora, uma pessoa para vir aos Açores vai pagar sete euros para entrar na Europa, dois em Lisboa, um nos Açores, dois nas Furnas, temos aqui logo, por um dia nos Açores, 12 euros. Ainda não viu nada, entrou nas Furnas. Pagou logo 12 euros, mais a dormida, não sei quê, não teve qualquer melhoria. O que eu pergunto é: em Lisboa, todos nós vamos a Lisboa e pagamos dois euros para ficar num alojamento...

Deputado Carlos Silva: Em Lisboa é bom, nos Açores é que não!

O Orador: O que eu pergunto é: dos Srs. Deputados todos, que melhoria é que percecionaram em Lisboa deste a taxa turística? Que melhoria é que se percebe? Porque essa é que é a questão. É essa taxa turística que vai garantir que as casas de banho públicas agora vão estar mais higienizadas? Nós já pagamos, por exemplo, para aceder às Furnas, que é uma taxa municipal.

Deputado Rui Anjos: É uma taxa municipal!

O Orador: E as casas de banho nas Furnas estão em condições?

Deputado Carlos Silva: O que é que as casas de banho têm a ver com a proteção ambiental?

O Orador: É agora o aumento das taxas que vai garantir que há melhores condições para quem nos visita? E depois o outro argumento... há outro argumento que é interessante e que aí a Sra. Secretária acho que abordou

muito bem, que tem a ver com as assimetrias... com as assimetrias das ilhas. E era aquilo que eu dizia relativamente à proposta do Sr. Deputado Pedro Neves e do PAN, que era... pretende distribuir 75% da verba para ser devolvida aos municípios. O Sr. Deputado António Lima também disse que o património ambiental e natural é diverso e, obviamente, não há a mesma oferta turística de camas em todos os municípios, sendo que, lá está, em São Miguel, as pessoas podem dormir em Ponta Delgada, mas vão ao Nordeste, vão à Povoação, vão às Furnas... a taxa reverte para Ponta Delgada. Então, onde é que está a reposição ambiental no sítio que, afinal, foi visitado? Não é? Não está com os 75% a ser atribuído a um município. Aquilo que... depois, o Sr. Deputado Carlos Silva pergunta-me se eu não estou confortável, que estarei mais confortável, como é que eu posso estar confortável em votar uma medida se eu não concordo com a medida? O que o senhor faz é um paliativo, quer dizer, eu não concordo com a medida, mas tenho de ficar menos... menos triste com a proposta do... do... do... do Partido Socialista. A proposta do Partido Socialista tem uma coisa interessante, Sr. Deputado Carlos Furtado, é que... a partir do momento em que os municípios deixarem de ter de cobrar uma taxa turística regional, se tiverem uma taxa municipal, não tarda nada todos os municípios vão ter uma taxa municipal.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Claro!

O Orador: Não tarda nada, é um instantinho, é um instantinho. E mesmo municípios... e mesmo municípios que não desejassem ter taxas municipais, e posso dizer, por exemplo, Vila Nova do Corvo, posso dizer Santa Cruz das Flores, Lajes das Flores, podem eventualmente não ter qualquer interesse em ter uma taxa... uma taxa municipal, como vão ter que pagar, ou vão ter que cobrar e passar para o Governo Regional uma taxa regional, muito provavelmente o que vão fazer é criar também uma taxa municipal, porque, já assim, assim como assim, ficam com a totalidade da verba, é muito mais interessante. Mas acredite... acredito que se isto é uma forma de desvirtuar o diploma do PAN, estou consigo, eu aprovo-lhe esta medida e está desvirtuada

a medida do PAN. Mas a realidade é esta, Sr. Deputado Carlos Silva. O que eu lhe pergunto é: desde quando é que afinal, desde quando é que afinal é que está disponível, é que achou que a taxa turística era um maná, era um grande sucesso e podia ser uma solução para a região? Porque é que foi agora? Porque é que não foi em 2019 quando estávamos... que são os números de referência que temos para o turismo? Porque é que não foi em 2018? O Porto e Lisboa já têm taxas desde 2015, se não estou em erro. Já passaram de um euro para dois euros. E aqui a questão é esta: é que de taxa em taxa, nós temos... e eu volto-lhe a fazer o exercício: para chegar no primeiro dia aos Açores, já pagou em taxas, que não lhe ofereceram rigorosamente nada, 10 euros.

Deputado Carlos Silva: Isso é demagogia!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não, não é demagogia, são 7 euros para entrar na Europa, dois em Lisboa, um nos Açores, e no regresso mais dois em Lisboa e depois vamos ver se, também para sair da Europa, é preciso pagar alguma coisa, que é provável. Mas pronto, de qualquer das formas, não, não...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... nenhum dos paliativos que os Srs. tentam aqui a introduzir melhora a medida, porque, obviamente, subscrevemos que a medida não será oportuna e carece de um melhor aprofundamento, já que mais não seja para garantir, já que mais não seja para garantir que há um efetivo retorno para quem nos visitar, com o pagamento dessa taxa, ou seja, que é percecionado por quem nos visita, que paga uma taxa, mas que isso, efetivamente, garante que há espaços públicos mais cuidados, que há instalações sanitárias mais higienizadas, que há, efetivamente, maiores preocupações e que...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine.

O Orador: ... se consegue proteger melhor aquilo que é o ambiente e os nossos monumentos naturais e que essa pressão, no fundo, não depauperava esse nosso património. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. O CDS esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Eu vou dizer aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão diz, tinha que gerir melhor o tempo, Sr. Deputado Rui Martins, mas eu vou-lhe ter que responder mesmo que você não consiga responder, mas espero que não usa a defesa da honra, porque eu até vou ser mansinho. Mas nota-se a diferença de pensamento entre o CDS e o PAN. Estamos no espetro completamente contrário. Você pensa no lixo, você pensa, também, em todos os espaços sanitários. O PAN pensa no património natural, o PAN pensa nos trilhos, o PAN pensa na pegada turística que cada turista pode fazer dentro dos Açores e não, supostamente, sobre os vasos sanitários. PPM, Sr. Deputado Gustavo Alves, eu gosto tanto de si. Você falou sobre a burocracia. Temos de informar todos os açorianos que nos estão a ouvir agora que todos os donos dos AL's nos Açores são obrigados, há bastante tempo, a dar a recolha de dados de visitantes. O Governo paga alguma coisa aos empresários ou só... percebemos e queremos ajudar os empresários à segunda, à terça, à quarta, não à quinta, à sexta, ao sábado, exatamente como a Sra. Secretária... isto também já foi uma autarca, neste caso, da maior cidade dos Açores... quando houve a taxa de reclames luminosos em Ponta Delgada, estava preocupada com os empresários na altura, Sra. Secretária? Também era só taxas e taxinhas. Todos nós conhecemos e lembramos muito bem do historial de Ponta Delgada, que não discordo de todo, não discordo. Há taxas que supostamente deveriam existir, mas há outras taxas que, supostamente, não ajudava... vou-lhe dar um exemplo, também, sobre a taxa de saneamento,

que eram exatamente igual, de um restaurante bastante movimentado ou de um barbeiro apenas com um espaço de 10m².

Deputado João Bruto da Costa: Olhe, é como a taxa turística!

O Orador: E, aqui, temos algumas taxas, não podemos, obviamente, estar a defender 2005, 2010, 2015, os empresários, e depois em 2022 já não queremos. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Tenho muito pouco tempo, por isso vou ser telegráfico e vou utilizar aqui o argumento... também, vou tentar aqui rebater um pouco o argumento que já foi novamente utilizado sobre o momento. “Não é o momento”, diz o Governo, “não é o momento”, dizem os partidos da coligação. Vamos remeter isto para mais tarde e logo se vê. Nos exemplos que nós tivemos acesso sobre a aplicação das taxas turísticas, tivemos um exemplo muito interessante que entrou em vigor em março de 2020, que, por acaso, começava em força o pânico da pandemia. E, curiosamente, no município de Braga, município governado pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM e não constam... não consta que tenham adiada a entrada em vigor dessa taxa turística.

Deputado João Bruto da Costa: Município!

O Orador: Nos Açores, bem, cuidado que é aí que vem a taxa turística, um euro por dia...

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... todos os turistas. Bem, é perfeitamente escusado esta teoria do medo que a coligação quer impor aos empresários e aos açorianos,...

Deputado João Bruto da Costa: Medo de quem?

Deputado Pedro Pinto: Agora discordar é a teoria do medo!

O Orador: ... porque não colhe essa teoria do medo, porque ninguém vai deixar de vir para os Açores por pagar um euro por noite. E, felizmente, se esta proposta passar, o futuro dar-nos-á razão e certamente que teremos muitas receitas dessa taxa e elas, espero eu, serão bem empregues. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este o debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. A esquerda adora impostos.

Deputado Pedro Pinto: Taxas e taxinhas!

O Orador: A esquerda adora taxas. Há pouco, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dizia “impostos? Eu, não, não... impostos? Eu não, comigo, não. Impostos, não. Taxas, eu? Não”. E agora, à primeira oportunidade de taxar, aqui está. Taxas. Uma taxa turística, uma taxa turística no melhor momento possível. Estamos agora, como dizia o Sr. Deputado Carlos Silva, como o Taiti, as Bahamas, a Tailândia... um turismo esmagador. E agora é o momento, é o momento de dizer “tomem lá mais uma taxa, que é para ajudar a crescer o turismo, é para ajudar os empresários”. Vamos ajudar os empresários; um incentivozinho, taxa. O Bloco, o Bloco, claro, o Bloco, o Bloco não gostou muito da proposta, porque a taxa é pequena demais, quase não se vê.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Mas como é que podemos estar a favor de uma taxa tão pequena? Nós queríamos... nós não queríamos uma taxa, queríamos vinte taxas, e as taxas muito maiores, porque isto assim é muito pouquinho, é muito pouquinho, esta taxa.

Deputada Alexandra Manes: Isso é uma *fake news*, Sr. Deputado!

O Orador: É este o futuro e a alternativa que nos apresenta. Eu devo dizer o seguinte... que nos apresenta esta esquerda... Sr. Deputado, Sr. Deputado, quero-lhe dizer, da Iniciativa Liberal... eu quero-lhe dizer uma coisa: isto significa um retrocesso, um verdadeiro retrocesso civilizacional, porque sabe uma coisa? Como é que se venceu a Idade Média, como é que se ultrapassou? Foi ultrapassando as taxas! Que passava por tudo! Atravessava-se uma ponte, taxa. Não é? Um moinho, taxa. Não é? E como é que se chegou à modernidade, ao desenvolvimento, ao liberalismo. Como é que nós chegámos a esta prosperidade, ao desenvolvimento das sociedades prósperas?

Deputado Nuno Barata (IL): Sem taxas!

O Orador: É destruindo os impostos, as taxas... mas esta esquerda tem uma ideia medieval da economia e, portanto, para eles, para eles é taxas para tudo, impostos para tudo. Daqui a pouco o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dirá “taxas, eu?” Eu não estou de acordo.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais pedidos para intervenção, vamos iniciar as votações. Vamos começar, naturalmente, por votar este diploma “Projeto de Decreto Legislativo Regional N.º 49/XII, Regime Jurídico da Taxa Regional”. Votação na generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O Projeto de Decreto Legislativo Regional N.º 49/12 foi aprovado na generalidade, com 24 votos a favor do PS, dois do BBE, um do PAN e um do deputado independente; 20 contra do PSD, três do CDS, dois do PPM, um do CHEGA e um da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: O Sr. Deputado Bruto da Costa, pede a palavra para...?

Deputado João Bruto da Costa: Para uma interpelação, Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente da Assembleia: Em regimental, atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje e regressamos amanhã às 10h.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

José Joaquim Ferreira Machado

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputado que faltou à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Miguel Mendes Espínola

(*) Texto não revisto pelo orador

Transcrição efetuada por uma empresa externa